



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 44

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de dezembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de Nelson Mandela”**, subscrito por todos os Partidos e Representações Parlamentares.

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação “pelos 75 anos de existência da Filarmónica Lira Corvense”**.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelos 75 anos da Sociedade Filarmónica Lira Corvense”.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- **Voto de Congratulação “à Filarmónica Lira Corvense pela passagem dos seus 75 anos de fundação”.**

A apresentação do referido voto coube ao Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação “pelos 50 anos de aniversário dos “Montanheiros”.**

Após a leitura do referido voto pelo Sr. Deputado Paulo Borges (*PS*), usaram da palavra para intervir os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Colocado à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pela celebração dos 50 anos da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Alegria, nas Furnas”.**

Tendo sido apresentado pela Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação “à Associação de Atletismo de S. Miguel por ocasião da 50ª edição da Corrida de S. Silvestre de Ponta Delgada”.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de Gil do Couto”.**

Após a apresentação do voto realizada pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento do livreiro Gil de Sousa Inácio do Couto”.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de Álvaro de Lemos”.**

Após a apresentação do voto realizada pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (PS), usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (PSD).

Tendo sido colocado à votação, o mesmo registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de Hermano Motta”.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Graça Silva (PS).

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de Hermano d’Athayde da Motta”.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Andrade (PSD), usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (CDS-PP).

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de José dos Anjos”.**

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado José San-Bento (PS), usou da palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida (PSD).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, apresentou uma Declaração Política o Sr. Deputado Aníbal Pires (PCP).

Usaram da palavra para participar no debate a Sra. Deputada Graça Silva (PS), os Srs. Deputados Joaquim Machado (PSD), Artur Lima (CDS-PP), Paulo Estêvão (PPM) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado Aníbal Pires (PCP), usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM), tendo o Sr. Deputado Aníbal Pires (PCP) procedido ao contra protesto.

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião.**

1. **Projeto de Resolução n.º 43/X – “Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares, participaram no debate as Sras. Deputadas Graça Silveira (CDS-PP) e Marta Couto (PS), os Srs.

Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Rendeiro (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Renato Cordeiro (*PSD*).

2. Petição n.º 2/X – “Por Uma Nova Política para com os Animais de Companhia”, apresentada por Teófilo José Soares de Braga, na qualidade de primeiro subscritor.

Apresentado o relatório pela Sr. Deputada Arlinda Nunes (*PS*), relatora da Comissão de Assuntos Sociais, participaram no debate as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

3. Petição n.º 6/X – “A favor da erradicação dos sacos de plástico da Região Autónoma dos Açores”, apresentada por Daniel da Silva Gonçalves, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, usaram da palavra para participar no debate as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraída Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Borges (*PS*), Luís Rendeiro (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

4. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X – “Medidas complementares ao subsídio de desemprego”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado António Marinho, tendo participado no debate as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*) e Graça Silva (*PS*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros de **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

A nossa manhã de hoje está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos e como é habitual vamos começar pelos votos. Mesmo não cumprindo rigorosamente a ordem que o nosso Regimento impõe para a apresentação dos mesmos, irei ler um voto de pesar subscrito por todos os partidos com assento nesta Assembleia pelo recente falecimento de Nelson Mandela.

Voto de Pesar

Nelson Mandela, símbolo de liberdade e da luta contra a discriminação partiu aos 95 anos, deixando atrás de si um rasto de luz na história desumana do apartheid.

Jovem combativo e adulto tenaz, universalista por convicção, o primeiro Presidente negro da África do Sul e Nobel da Paz recebeu dos anos sabedoria, grandeza e humildade, notáveis no seu sorriso acolhedor e na serenidade do seu olhar profundo.

Herói da perseverança de um ideal de igualdade entre os seres humanos e herói da resistência ao sofrimento perpetrado pela injustiça dos homens, Nelson

Mandela percorreu um longo caminho pessoal e político lançando sementes de dignidade, de democracia, de tolerância mas também de inconformismo.

Lutou pelo país que era o seu, de milhares de sul-africanos e também de muitos emigrantes portugueses, entre eles açorianos, que ali construíram os seus lares; na verdade o seu objetivo visava a humanidade e esse exemplo converteu-se num paradigma de singular alcance.

O silêncio do mundo à sua prisão não o intimidou; fez dele um grito que ecoou até à sua libertação.

A força da sua estatura moral derrubou muitas das fronteiras que ainda hoje teimam em separar a humanidade.

Corajoso líder, defensor intransigente dos Direitos Humanos, traçou para a humanidade uma emancipação redentora; a sua elevação perante a iniquidade perdurará entre nós como um exemplo de legado a preservar no nosso património político.

Com a sua partida, não ficámos mais pobres; pelo contrário – a História ficou mais rica porque Nelson Mandela a mudou.

Honremos a sua memória nesta que é a Casa da Democracia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar, pelo falecimento de Nelson Mandela, e propõe dele dar conhecimento aos órgãos de soberania da República da África do Sul através da sua Embaixada em Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013.

Os Líderes Parlamentares, Berto Messias, António Marinho, Artur Lima, Zuraída Soares, Aníbal Pires e Paulo Estêvão

Está à votação o voto.

Pergunto antes se há alguma inscrição.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então continuar com a apresentação dos votos.

Para um voto de congratulação referente aos 75 anos da Sociedade Filarmónica Lira Corvense, apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 ANOS DA SOCIEDADE FILARMONICA LIRA CORVENSE

A Sociedade Filarmónica Lira Corvense foi constituída a 4 de novembro de 1938 na Ilha do Corvo.

O seu crescimento e evolução foi rapidamente reconhecido, passando a atuar com frequência na vizinha Ilha das Flores, já a partir de setembro do ano seguinte.

De 1938 a 1950, para além destas deslocações, a mesma fez um grande número de atuações na ilha, quer nas Festas Religiosas quer em concertos para a população.

Entre 1950 a 1960, chegou mesmo a suspender a sua atividade por falta de músicos, consequência do surto de imigração em massa que assolou a ilha, e do recrutamento de vários jovens para o serviço militar obrigatório e por conseguinte para a guerra colonial portuguesa.

O grande impulso desta Filarmónica deu-se a seguir ao 25 de abril, altura em que a mesma recebeu diversos apoios permitindo desta forma a criação de uma escola de música e a compra de novos instrumentos.

Em 1991 a Câmara Municipal do Corvo doou a esta Filarmónica um edifício, para sede própria.

Neste ano foram constituídos estatutos e órgãos sociais próprios.

Em agosto de 1997 e na sua única deslocação ao estrangeiro a Fall River, nos Estados Unidos, por ocasião das festas do Divino Espírito Santo, a mesma

atuou para a comunidade açoriana, deixando o marco Corvino nesta comunidade.

Foram vários os maestros que se deslocaram à ilha do Corvo durante vários anos num âmbito pedagógico, e de apoio aos diversos concertos, sendo um grande impulsionador desta Filarmónica, o mestre Ucrainiano Yuri, recentemente falecido, tendo mesmo criado o Hino da Filarmónica.

Faleceu este ano também o seu primeiro fundador com 94 anos, o Tio Roque como era conhecido, na ilha.

Neste momento a Filarmónica é composta por 26 músicos na sua maioria jovens e crianças.

No passado dia 20 de Maio a Filarmónica Lira Corvense foi condecorada com a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico, pela Região.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação do presente voto de congratulação pelos 75 anos de existência da Filarmónica Lira Corvense, e que do mesmo seja dado conhecimento à sua direção.

Horta, sala das sessões, 10 de dezembro, 2013

Os deputados regionais, Berto Messias, Iasalde Nunes, Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto de congratulação e apresentará ainda durante a manhã o seu próprio voto de congratulação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação também referente aos 75 anos da Sociedade da Filarmónica Lira Corvense, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade, pelo PSD.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75 anos da Sociedade Filarmónica Lira Corvense

Se é sempre pertinente assinalar as “bodas de diamante” de uma banda filarmónica na Região Autónoma dos Açores, este facto torna-se ainda mais notável quando ocorre na nossa pequena Ilha do Corvo.

A Sociedade Filarmónica Lira Corvense completou 75 anos de existência sobre a data da sua fundação a 4 de novembro de 1938.

Não foi a primeira filarmónica do Corvo, sucedendo à “União Musical Corvina” fundada em 1916, mas é das duas a mais persistente, apesar de alguns períodos de interregno, especialmente nas décadas de 50 e 60 devido ao surto emigratório e à guerra colonial. E, de facto, já em 1945 atuava apenas com 10 músicos.

A sua reativação definitiva ocorreu em 1991, sob a presidência de José Maria Fraga e com o especial empenhamento do músico Pedro Pimentel Cepo, instalando a sua sede atual na antiga escola primária cedida pela Câmara Municipal em 1998.

No Corvo, acolhe os visitantes mais ilustres e anima o calendário religioso, com destaque para a festa da padroeira Nossa Senhora dos Milagres a 15 de agosto.

Fora da ilha, registou a sua primeira deslocação às Flores em 1939 para abrilhantar a festa de Nossa Senhora da Saúde na freguesia da Fajã Grande e realizou a sua viagem maior aos Estados Unidos da América em 1997 para participar nas Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra em Fall River.

Sob a presidência de Paula Dias, a Lira Corvense conta atualmente com cerca de 30 músicos, a maior parte com menos de 18 anos frequentando a escola de música dirigida, antes, pelo maestro da filarmónica florentina e, agora, pelo professor da Mouzinho da Silveira.

Já este ano foi distinguida com a insígnia autonómica de mérito cívico no Dia da Região Autónoma dos Açores.

Se é difícil manter uma única filarmónica em ilhas com quatro ou cinco mil habitantes, como Flores e Santa Maria, constitui certamente um desafio muito maior – e, por isso, ainda mais meritório – manter a filarmónica de uma ilha com menos de 500 habitantes, como o Corvo.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelos 75 anos da Sociedade Filarmónica Lira Corvense, do qual deve ser dado conhecimento formal à instituição aniversariante e ao Município do Corvo, reconhecendo a valia do trabalho desenvolvido.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, *António Ventura, António Marinho, Luís Garcia, José Andrade, Humberto Melo, Renato Cordeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora para a apresentação de um voto de congratulação também sobre o aniversário da Filarmónica Lira Corvense, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75.º Aniversário da Filarmónica Lira Corvense

Celebraram-se, no passado mês de novembro, os 75 anos da fundação da Filarmónica Lira Corvense.

A primeira filarmónica que surgiu na ilha do Corvo foi a União Musical Corvina, fundada em 1916. Por razões várias, a União Musical Corvina cessou a sua atividade em 1938.

A Filarmónica Lira Corvense, única filarmónica existente na ilha do Corvo, foi fundada a 4 de novembro de 1938, logo após a extinção da União Musical Corvina. Nos primeiros anos de existência, a Filarmónica Lira Corvense brilhou, com grande sucesso, as festividades da ilha do Corvo e também da vizinha ilha das Flores.

A população da ilha do Corvo sofreu, devido à emigração para a América do Norte, uma enorme sangria demográfica nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX. Assim, entre 1950 e 1980, a população da ilha desceu de 728 para apenas 370 habitantes. A perda de quase 50% da população da ilha acabou por afetar a atividade da filarmónica, nomeadamente impedindo o desejável rejuvenescimento da mesma.

Nas décadas de 1970 e de 1980 foram feitas, apesar de tudo, várias tentativas para reativar a Filarmónica Lira Corvense, nomeadamente através do lançamento de uma escola de música e da aquisição de novos instrumentos. O maior impulso para a recuperação dos anteriores níveis de atividade e brilhantismo da Filarmónica Lira Corvense deu-se, no entanto, a partir do início da década de 90 do século passado, após a eleição da direção composta por José Maria Mendonça, Raúl Trindade e João António Mendonça.

Na ação de recuperação da filarmónica destaca-se o papel do corvino Pedro Pimentel Cepo (mais conhecido por Ti Pedro Cepo). Outro nome incontornável deste período é o do Maestro e trompetista Yuri Pavtchinski, regente da banda a partir de 1994.

Em agosto de 1997, a Lira Corvense deslocou-se aos Estados Unidos, onde atuou, para gáudio da comunidade açoriana, nas festas de Fall River. Nas Festas do Emigrante, em julho de 1998, a Filarmónica Lira Corvense obteve outro grande triunfo. Nesse mesmo ano, a filarmónica passou a ter sede própria.

A contratação, a partir do ano 2009, de um professor de música para o quadro docente da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, permitiu a formação de novos músicos para a Filarmónica.

Assim, neste momento a banda é composta por 26 elementos, sendo que muitos deles são jovens com menos de 18 anos. Neste âmbito importa referenciar que está previsto, para o início do próximo ano, o relançamento de uma escola de música para adultos e para crianças.

Por fim, cabe referir que em 2013 foi conferida à Filarmónica Lira Corvense, pela Região Autónoma dos Açores, a Insígnia Autónómica de Mérito Cívico.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de dezembro de 2013, congratula a Filarmónica Lira Corvense pela passagem dos seus 75 anos de fundação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013

O deputado, Paulo Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos continuar nos votos de congratulação.

Para a leitura do voto do Partido Socialista referente aos 50 anos de aniversário de “Os Montanheiros”, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Paulo Borges (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Os 50 Anos de Aniversário de “ Os Montanheiros”

Primeiro que tudo gostaria de dizer que este é um momento de grande emoção para mim particularmente, porque sou membro dos Montanheiros desde os meus 13 anos e considero que os Montanheiros foram parte da minha formação humana e profissional.

Também irei fazer distribuir pelos líderes parlamentares, pelo Presidente do Governo Regional, Vice-Presidente e pela Sra. Presidente o livro que marca os 50 anos do aniversário de “Os Montanheiros”, para o qual também tive o prazer de contribuir.

A Associação Os Montanheiros, uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONG_AMB), de âmbito regional e fez 50 anos de existência no passado dia 1 de dezembro de 2013.

Criada em 1963, sob o impulso de um pequeno grupo de entusiastas pela exploração espeleológica, esta associação com sede em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, tornou-se num caso exemplar de associativismo ambiental nos Açores, sendo atualmente uma referência nacional e internacional na área da espeleologia.

A notoriedade dos “Montanheiros” e o reconhecimento público de que é alvo, traduz o resultado de muitos anos de trabalho de excelência nos domínios da Vulcanoespeleologia e da Biospeleologia, realizado por várias gerações de entusiastas pelas cavidades vulcânicas e pela natureza nos Açores. Mais tarde avançou para outras áreas do conhecimento, de interesse público, mas sempre em torno do importante valor do nosso património natural e da forma como o Homem se adaptou e o alterou.

Ao longo dos anos colaborou frequentemente com outras associações congéneres, como sejam os “Amigos dos Açores”, “Círculo de Amigos da Ilha do Pico”, “Gê-Questa”, Azórica, com instituições públicas como a Universidade

dos Açores, e com diversos departamentos do Governo Regional, sempre que foi solicitado a participar ou intervir.

Algumas das suas atividades são no entanto mais visíveis ao público em geral. Uma dessas é a atividade de gestão turística que os Montanheiros promovem, do Algar do Carvão e da Gruta do Natal, na Ilha Terceira, tendo num passado recente sido também responsáveis pela gestão de outros Centros de Interpretação Ambiental como: a Casa da Montanha, a Furna do Enxofre e a Gruta das Torres. Dessa atividade fica o bom exemplo de gestão turístico/ambiental e financeira, que deve nortear tão importantes recursos do turismo ambiental nos Açores.

De assinalar que a Gruta das Torres, na Ilha do Pico, é uma das grutas de maiores dimensões do planeta e foi descoberta pelos Montanheiros. Fui um dos envolvidos e é, digamos, um património único dos Açores e da humanidade.

Outra atividade de grande alcance público é o calendário de Percursos Pedestres que leva centenas de pessoas a conhecer as belezas da paisagem, e o valor da geo e biodiversidade das nossas ilhas.

Importante é realçar nesta associação os aspetos relacionados com as qualidades Humanas ímpares dos seus membros. “Tive (Paulo A. V. Borges) a oportunidade de partilhar as aventuras espeleológicas desta Associação desde os meus 14 anos e considero o contacto tido com muitos dos meus colegas fundamental para a minha formação pessoal e conhecimento sobre a natureza e biodiversidade dos Açores”. Notável é o facto de que, em todas as ilhas dos Açores, a população em geral conhece esta Associação e sempre com uma imagem positiva da sua atividade.

Aqui queremos deixar uma menção especial a Manuel Aguiar Silva, um dos mais carismáticos líderes dos “Montanheiros”,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor pode parar de ler que a gente não se incomoda!

O Orador: ...que conduziu esta associação durante longos anos, até ao seu prematuro falecimento em 1995, tendo projetado a associação ao nível regional, nacional e internacional.

De facto, o conhecimento sobre o património vulcanospeleológico dos Açores evoluiu de forma gradual e atravessou vários períodos da história desta Associação, sendo possível identificar um:

Período de Exploração e Aventura: inicia-se em 1963, com a fundação da Sociedade de Exploração Espeleológica “Os Montanheiros” e as primeiras explorações e descobertas das maravilhas do meio subterrâneo dos Açores ocorreram.

Período do Reconhecimento Internacional: a vinda aos Açores de um dos mais notáveis espeleológicos internacionais, o americano William Halliday, ainda na década de 80 do século XX, marca uma nova fase na atividade vulcanoespeleológica nos Açores, que assume, a partir dessa altura, um cariz mais científico e que culmina com a realização, em 1992, na Ilha Terceira, do “III Congresso Nacional de Espeleologia” e do “I Encontro Internacional de Vulcanoespeleologia das Ilhas Atlânticas”, organizados pelos “Montanheiros”.

Período dos estudos Biospeleológicos: **apenas em 1987 se dá início às primeiras investigações bioespeleológicas nos Açores, com duas expedições científicas financiadas pela “National Geographic”, e que contaram com a participação dos “Montanheiros” e a colaboração da Universidade dos Açores.**

Finalmente o **Período da Gestão e Classificação das Cavidades Vulcânicas:** em Junho de 1998 é criado pelo Governo Regional dos Açores, através da Resolução nº 149/98 de 25/Junho/1998, o GESPEA - Grupo para o Estudo do Património Espeleológico dos Açores, um grupo de trabalho multidisciplinar vocacionado para o estudo das cavidades vulcânicas da Região e enquadrado no propósito de proceder à classificação de algumas dessas grutas, no âmbito da rede regional de áreas protegidas.

Hoje, passados 50 anos “Os Montanheiros” possuem uma vasta obra técnica e científica, constituída por diversos escritos, de entre artigos em revistas científicas regionais, nacionais e internacionais, participando ainda na imprensa

local através de artigos de reflexão sobre temas vários. Consequência dessa atividade: atualmente, são conhecidas no arquipélago cerca de 270 cavidades vulcânicas naturais, e cerca de 20 espécies endémicas de artrópodes troglóbios exclusivos do meio subterrâneo dos Açores.

A sua revista “Pingo de Lava” cujo número especial dos 50 anos foi oferecido nesta sessão à Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, líderes parlamentares e também ao Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, constitui um bom exemplo do esforço desta associação para promover o património natural dos Açores e toda a natureza envolvente deste arquipélago.

À história natural dos Açores e em particular ao associativismo ambiental desta região, ficará sempre indelevelmente ligada à atividade meritória desta “Associação Os Montanheiros”. Bem Hajam!

Que deste Voto seja dado conhecimento à Associação “Os Montanheiros”.

Obrigado.

Sala das Sessões, Horta, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, *Berto Messias, Paulo Borges, António Parreira, Miguel Costa, Pedro Moura, José San-Bento, Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado e obrigada também em nome da Mesa pela simpática oferta com que nos presenteou.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto com muita alegria e regozijo, porque de facto os Montanheiros são hoje uma associação ímpar e incontornável nos Açores.

Marcaram e marcam de forma indelével a espeleologia e as atividades ligadas à esfera ambiental. São uma referência dos Açores aquém e além-fronteiras.

Ao longo do tempo os Montanheiros souberam valorizar a nossa terra e valorizar-se a si próprios como instituição.

O legado que deixam para as gerações futuras deve servir de incentivo para que o bom trabalho perdure sempre de mãos dadas com a história natural dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o CDS associa-se com gosto aos 50 anos dos Montanheiros, uma associação com 50 anos de história, que fala por si toda a sua ação e toda a sua brilhante atuação que tem tido na ilha Terceira.

Julgo que estas instituições devem a todo o custo fazer um esforço enorme para não serem politizadas, devem manter-se sempre sem um cariz político determinado, influenciador e partidário e por isso,...

Deputado Berto Messias (PS): Partidário!

O Orador: ...gostaria de saber quem é que me oferece (agradeço muito a oferta) este simpático...

Deputado Berto Messias (PS): É só ver o autor do livro!

O Orador: Se foi o Sr. Deputado do Partido Socialista em nome do Partido Socialista que ofereceu a esta casa e a mim próprio, porque se foi o Sr. Deputado eu quero agradecer-lhe a simpatia; se não foi o Sr. Deputado quero agradecer não sei a quem,...

Deputado Berto Messias (PS): Devia agradecer simpaticamente!

O Orador: ...possivelmente aos Montanheiros, ao presidente dos Montanheiros, à direção dos Montanheiros a simpática oferta ao Grupo Parlamentar do CDS, porque uma vez que foi distribuído aqui por um deputado do Partido Socialista deduzi que era uma oferta do Partido Socialista e do Sr. Deputado Paulo Borges às outras bancadas.

Deputado Berto Messias (PS): E se fosse?

O Orador: Estou a agradecer. Se foi uma oferta do Sr. Deputado Paulo Borges, agradeço; se foi dos Montanheiros, agradeço.

Deputado Berto Messias (PS): O Deputado Paulo Borges pode fazer uma dedicatória! Não tem problema nenhum!

O Orador: Parece-me que as outras considerações ficam na consciência de cada um,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que é uma revista comparada com a prestaçãozinha de um carro?

O Orador: ...sobretudo da instituição, e do Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Luís Rendeiro, aguardo que diga o que disse em aparte ao microfone!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num momento tão importante para os Montanheiros apenas queria esclarecer que é uma grande infelicidade ver este tipo de comentários, porque esta oferta é mesmo oferta dos Montanheiros. Sou apenas o correio, digamos,...

Deputado Berto Messias (PS): Mensageiro!

O Orador: ...dessa oferta.

Portanto, não é uma oferta pessoal, não é uma oferta do Grupo Parlamentar do PS, é uma oferta dos Montanheiros.

Deputado Berto Messias (PS): O Mensageiro. Nunca ouviu dizer?

O Orador: Sou apenas o humilde transitário desta oferta.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para intervir!

Presidente: Nesta fase dos votos só podem usar da palavra uma única vez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vale a pena um protesto, pela intervenção do Deputado Paulo Borges. Usarei da palavra posteriormente!

Presidente: Muito bem então.

Sras. e Srs. Deputados não havendo mais inscrições vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para um voto de congratulação sobre o 50.º aniversário da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Alegria.

Para a sua apresentação, em nome do Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bodas de Ouro da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Alegria

50º Aniversário

A Igreja de Nossa Senhora da Alegria conhecida localmente como a «Igreja Nova» começou a ser construída a 9 de julho de 1901, tendo a primeira pedra sido lançada pelo rei D. Carlos e pela Rainha Dona Amélia na última visita régia que fizeram aos Açores. Estiveram ainda presentes S. Ex.^a Rev.ma D. Francisco José Vieira e Brito, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, o Presidente do Concelho de Ministros Hintze Ribeiro e o Pároco de Furnas, Rev.mo Sr. Padre José Jacinto Botelho.

Durante os nove anos seguintes com os avultados donativos do Sr. Marquês da Praia e Monforte e com as esmolas de muitos fiéis as obras decorreram normalmente, mas o falecimento a 1 de maio de 1913 deste ilustre benemérito micaelense, veio interromper as obras deste templo durante 27 anos.

Por ocasião da II Grande Guerra Mundial, o imóvel alberga a 3ª Companhia do Regimento de Infantaria nº18, tendo recebido para o efeito, um teto provisório e sofrido algumas alterações.

Em 1946 recomeçaram as obras da igreja graças à Sr.^a Condessa de Cuba (filha do Sr. Marquês da Praia e Monteforte) que em testamento deixou um montante

financeiro considerável, o que aliado à tenacidade e coragem do Ver. Mo Sr. Padre Afonso Carlos Arruda Quental contribuiu decisivamente para a conclusão do templo religioso.

Em 1959 há uma atualização do projeto pelo arquiteto Vaz Martins e, nessa altura, avançam em definitivo as obras de conclusão do projeto.

A 23 de novembro de 1963 dá-se finalmente a bênção e inauguração da Igreja de Nossa Senhora da Alegria, com a presença do Ministro Arantes e Oliveira. E no ano seguinte, a 16 de fevereiro, realiza-se a Sagração dos Altares pelo Bispo Diocesano D. Manuel Afonso Carvalho.

A igreja voltaria a ser intervencionada em março de 2010, sendo pároco o Sr. Padre Ricardo Pimentel. Procedeu-se à adaptação do Presbitério segundo a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II.

Para a abertura oficial das Comemorações do cinquentenário da igreja de Nossa Senhora da Alegria, das Furnas, a comissão de festas organizou um concerto com o grande coro de São Miguel, que se realizou no dia 27 do passado mês de janeiro, sendo programados outros eventos para o corrente ano, onde se destaca a Missa Nova do Sr. Padre Miguel Tavares, que se realizou a 30 de junho.

A Igreja de Nossa Senhora da Alegria das Furnas esteve em festa nos passados dias 22 e 23 de novembro. Tratou-se da Sessão Solene Comemorativa do cinquentenário, o serão cultural contou com o Sr. Jornalista Paulo Martinho como orador convidado. Tendo sido apresentado um documentário sobre a história do templo religioso, realizado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da Câmara da Povoação.

As celebrações do 50º aniversário da igreja de Nossa Senhora da Alegria encerraram oficialmente no dia 23 de novembro com a missa de coroação de Nossa Senhora.

A missa cantada foi concelebrada pelo Sr. Ouvidor da Povoação, e pelos Srs. Padres das freguesias do concelho. Nesta missa marcaram presença várias autoridades da vida política e institucional da região.

Para terminar passo a citar um poema do Sr. Padre Jacinto Botelho, intitulado: «A nossa pobre casa sempre Aberta»

“Foi aqui, por aqui, que a minha infância
Entre mansos folguedos perpassou.
A saudade renova-me a fragância
Desses tempos que o tempo já levou.

Do colo que, na infância me enlevou
Saboreio o perfume ainda agora;
A mão que o pobre berço me embalou
Inda me embala pela vida fora.

Cansado do presente, receoso
Dum futuro que é todo nebuloso,
Peço ao passado sombra benfazeja

E tenho sempre ali guarida certa:
A nossa pobre casa sempre aberta
E sempre aberta a nossa linda igreja.”

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: Muito obrigada.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Dezembro, que aprove um voto de congratulação pela celebração dos 50 anos (bodas de ouro) da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Alegria nas Furnas, Ilha de S. Miguel, Concelho da Povoação e que dele seja dado conhecimento a sua Excelência Reverendíssima, o Bispo de Angra Dom António de Sousa Braga, ao Rev.mo Ouvidor da Povoação, Padre Doutor Octávio Medeiros, ao Pároco das Furnas Sr. Padre Ricardo Pimentel, à junta de Freguesia das Furnas, ao Centro Social e

Paroquial das Furnas, à Comissão de Festas e à Câmara Municipal da Povoação.

Disse.

Muito obrigada.

Horta, sala das sessões, 10 de dezembro 2013

Os deputados do Partido Socialista, Berto Messias, Benilde Oliveira, Catarina Moniz Furtado, Marta Couto

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se naturalmente a este Voto proposto pelo Partido Socialista e congratula-se também com a comemoração dos 50 anos da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Alegria.

Sendo um dos mais jovens templos católicos dos Açores – ou, até, exatamente por isso – a sua existência de meio século é muito importante para a comunidade das Furnas e, portanto também, para a nossa Diocese de Angra.

Saudamos a Paróquia de Nossa Senhora da Alegria no empenhamento das suas sucessivas gerações e na pessoa dos seus primeiros responsáveis – o histórico pároco Padre José Jacinto Botelho, que testemunhou o início da construção em 1901, e o atual pároco Padre Ricardo Pimentel, que acompanhou a celebração das “bodas de ouro” da sagração da igreja, no passado dia 23 de novembro.

Bem hajam por isso!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um voto de saudação referente à 50.^a edição da Corrida de São Silvestre de Ponta Delgada.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO
50^a EDIÇÃO DA CORRIDA DE S. SILVESTRE
DE PONTA DELGADA

Em 31 de dezembro de 1964 as ruas da cidade de Ponta Delgada ganharam uma animação nunca vista. Antes dos folguedos próprios da passagem de ano, depois de terminadas as celebrações de “Ação de Graças”, já noite adentro, muitos populares concentraram-se nas principais artérias citadinas para assistir a uma corrida noturna. Começava aí a Corrida de S. Silvestre de Ponta Delgada, uma prova que veio a afirmar-se como tradição no calendário do atletismo e da época natalícia.

Organizada pela Associação de Desportos local, a primeira edição da corrida contou com a participação de pouco mais de três dezenas de atletas, número que subiu consideravelmente nos anos seguintes, atestando a popularidade que rapidamente a competição ganhou no meio desportivo micaelense.

Nessa altura em Portugal só na cidade do Funchal se realizava prova idêntica no último dia de cada ano, apesar de tal já ser muito comum em diversas capitais da Europa e, principalmente, no Brasil – mais precisamente em S. Paulo, cujo início remonta a 1925.

Foi vencedor dessa prova inicial o atleta do Clube União Micaelense, Alberto Céu, e nos anos seguintes subiram ao pódio atletas locais que regra geral também eram praticantes de futebol.

Em 1978, por ocasião da sua 15.^a edição, a Corrida de S. Silvestre de Ponta Delgada contou pela primeira vez com a participação de uma equipa vinda expressamente do continente português, na circunstância o Sport Lisboa e

Benfica que triunfou por clubes e individualmente através do fundista José Abreu.

Depois de completar as suas bodas de prata, em 1989 a competição foi aberta a senhoras, cabendo o triunfo a Susana Câmara, da Escola Preparatória das Capelas.

A participação de atletas femininas e a classificação por escalões etários, de juvenis a veteranos, fizeram crescer exponencialmente o número de participantes nesta tradicional corrida de fim de ano, cuja organização entretanto transitou para a responsabilidade da constituída Associação de Atletismo de S. Miguel.

A internacionalização da prova veio a acontecer na 40ª edição, em 2003. Logo no ano seguinte Philip Kipcoech, do Quênia, foi o primeiro estrangeiro a inscrever o seu nome na lista dos vencedores, seguindo-se-lhe depois atletas de Marrocos e da Moldávia.

Quando agora atinge a sua 50ª edição, a Corrida de S. Silvestre de Ponta Delgada, que por razões do calendário nacional e internacional é antecipada em duas semanas, transformou-se num evento de relevante interesse desportivo, no qual participam mais de 300 atletas, 80 dos quais vindos de fora da Região, com evidentes repercussões na animação da indústria turística local e consequente divulgação dos Açores no país e além-fronteiras. A comprová-lo está o reconhecimento que disso mesmo é feito pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, principal patrocinador da prova, e pelo Governo Regional, por intermédio da Direção Regional do Desporto.

As bodas de ouro da Corrida de S. Silvestre de Ponta Delgada são neste ano de 2013 assinaladas com a presença do primeiro campeão olímpico português, Carlos Lopes, a que se junta outra referência da modalidade, Francis Obikwelu, bicampeão europeu e medalha de prata olímpico.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Saudação à Associação de Atletismo de S. Miguel por ocasião da 50ª edição da Corrida de S. Silvestre de Ponta Delgada,

do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva entidade, à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados, *António Marinho, António Ventura, Luís Maurício, José Andrade, Joaquim Machado, Luís Garcia*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista quer associar-se a este voto e salientar a persistência da organização destas provas e de muitos eventos desportivos por parte da sociedade civil, nomeadamente dos clubes desportivos da região.

Tal como a prova de São Silvestre que faz agora 50 anos, há muitas provas em várias modalidades que têm uma história no âmbito da história do desporto açoriano.

Pode falar-se, por exemplo, dos torneios de golfe que se organizam há muito tempo, do Rali Sical na Terceira, que é um rali que já tem mais de 30 anos sempre com o mesmo patrocinador, o SATA Rali Açores, etc., uma série de provas nas mais diversas e variadas modalidades desportivas que têm prestigiado os Açores e o desporto açoriano.

O que é aqui de assinalar é que estas provas, sem dúvida, fazem parte da tenacidade, da persistência da sociedade civil, dos clubes desportivos que se têm mantido ao longo dos anos. Para isso tem sido muito importante o apoio que essas entidades têm recebido ao longo dos tempos dos sucessivos governos regionais, nomeadamente dos governos regionais do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para os votos de pesar.

O primeiro é do Partido Socialista referente ao falecimento de Gil do Couto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar – Gil do Couto

Se pessoas há que marcam um sítio, uma cidade, uma ilha, uma Região – este pedacinho de terra, afinal, que nos é dado habitar – o Sr. Gil (Gil de Sousa Inácio do Couto, de seu nome completo) é, seguramente, uma dessas pessoas. Porque soube, sempre, grafar de humildade, inteligência, generosidade e lucidez todos os projetos em que se envolveu, todas as ideias que, com admirável determinação, ergueu.

A Rua Diário dos Açores, em Ponta Delgada, será sempre a sua rua. Terá, para sempre, o seu rosto. Ali fez nascer, no início da década de sessenta, um dos mais emblemáticos cafés – senão mesmo o mais emblemático – da cidade, o café «O Gil». Um sítio que foi muito mais do que um café de servir bicas. Foi um pouso seguro, uma âncora de acolhimento, por onde passaram gentes de todas as idades, estudantes ávidos de Mundo, discussões acaloradas rumo a uma sonhada Liberdade, leituras de todo o género. Um lugar central para aquela geração, mas também para as que se seguiram, e que continuaram a dele fazer, pelos anos vários em que o café permaneceu acalorado pela mão do Sr. Gil do Couto, uma casa soalheira.

Mas o seu espírito empreendedor, palavra tão cara à nossa gíria moderna, e o seu ânimo criativo não estavam saciados. Nunca, aliás, estiveram saciados. O Sr. Gil andava – andou sempre – à frente do seu tempo. Soube, como poucos, dar passos ousados, muito para além do que a vista temerosa alcança. Era um homem corajoso, um ser humano que a nossa memória evoca com maiúsculas,

pleno de uma retidão e de uma lisura raras de encontrar. E então, movido por essa busca e por um refinado gosto pelas letras, fundou, em 1977, do outro lado da rua (como que em espelho), a famosa e muito querida por todos «Livraria Gil», uma das mais antigas da cidade de Ponta Delgada – ou, melhor dizendo, o primeiro espaço comercial de Ponta Delgada integralmente dedicado à venda do livro e à promoção da leitura.

Ali circulavam obras de múltiplas paragens, novidades editoriais de todas as áreas do saber, provenientes das mais diversas e conceituadas chancelas. Dali partiam os seus pedidos, de onde quer que lhe chegassem, em busca do exemplar que não podia facultar de imediato. Mas, como homem atento e minucioso que sempre foi, sagaz e lúcido no acompanhamento dos tempos, depressa dotou também os seus escaparates de obras produzidas nestas ilhas, colaborando igualmente, de forma concreta e consistente, com o então Instituto Universitário dos Açores, a cujas solicitações procurou responder, invariavelmente, com toda a eficácia. Assim se transformou a Livraria Gil, para além de todo o mais, num sítio de incontornável referência para a Cultura açoriana, na sua mais ampla aceção.

Nascido a 22 de setembro de 1923, o Sr. Gil de Sousa Inácio do Couto morreu no passado dia 5 de dezembro, aos 90 anos. Morreu o seu corpo, que há muito o traíra. Deixa-nos, porém, o seu nome, o seu incontornável nome, gravado naqueles que serão sempre o “seu” café e a “sua” livraria, independentemente do rumo a que o tempo os obrigue. E deixa-nos ainda – ou acima de tudo – o seu legado de humildade, sensibilidade, empenho e audácia, um exemplo maior para todos nós, especialmente neste calendário em que vivemos, tantas vezes vergado a outros lemas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, e que dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas e sentidas condolências.

Horta, sala das sessões, 10 de Novembro de 2013

Os deputados regionais, *Berto Messias, Renata Correia Botelho, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, passamos para o próximo voto também de pesar e referente ao falecimento de Gil do Couto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Gil do Couto

Emanuel Jorge Botelho considera que Gil Inácio do Couto era “um homem humilde, corajoso, sábio, autêntico, incansável”.

Foi, aliás, por sugestão do poeta que o livreiro recebeu merecida homenagem, ainda em vida, a 23 de abril, Dia Mundial do Livro, no salão nobre dos Paços do Concelho da sua cidade de Ponta Delgada, com a entrega do Diploma de Reconhecimento Municipal, que já então não conseguiu presenciar por razões de saúde.

Faleceu a 5 de dezembro, aos 90 anos, com a mesma descrição com que viveu. Mas deixa o legado da primeira grande livraria da cidade de Ponta Delgada e da ilha de São Miguel.

A “Livraria Gil”, fundada em 1977 na Rua Tavares de Resende, a meio caminho entre o jornal Diário dos Açores e o Liceu Antero de Quental, marcou uma época, abriu uma porta, serviu uma causa.

O seu fundador e mentor, por quase quatro décadas consecutivas, prestou relevantes serviços à promoção local da literatura açoriana, como palco de livros, viveiro de leitores, laboratório de livreiros.

O “Senhor Gil” preenche hoje e para sempre o imaginário coletivo de sucessivas gerações micaelenses como o mais antigo livreiro, que encomendou um livro escolar e recomendou uma obra essencial.

Se um bom livro é um amigo, um ótimo livreiro é um familiar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento do livreiro Gil de Sousa Inácio do Couto, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e ao Município de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, *António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, José Andrade, Luís Maurício.*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto refere-se ao falecimento de Álvaro de Lemos. É do Partido Socialista e é apresentado pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar – Álvaro de Lemos

A madrugada de 29 de novembro último levou consigo uma das maiores vozes da nossa rádio e um eco da nossa vida coletiva. Álvaro Arnaldo Almeida

Correia de Lemos faleceu, poucos dias antes de completar 84 anos, nessa quase manhã de outono.

Nascido em Lisboa, a 16 de dezembro de 1929, cedo começou a trilhar o seu caminho aos microfones, quer ao nível radiofónico (aos 4 anos de idade dava já voz a versos na Rádio Graça, deixando antever, desde cedo, a ligação que manteria para sempre com a rádio), quer ao nível teatral (integrou, aos 8 anos, o elenco de uma peça infantil de grande sucesso, sob orientação de Eugénio Salvador, levada à cena nas salas lisboetas Éden Teatro e, posteriormente, Teatro da Trindade).

O trabalho na Rádio chegou logo aos 14 anos, quando foi convidado para o Clube Radiofónico de Portugal, e aos 16, já apresentador dos programas de variedades daquela estação, passou a ser o mais novo locutor português. Daí avançou para a Rádio Renascença e, em 1958, com 29 anos, desempenhou o papel de repórter no grandioso, controverso e hoje tido como um verdadeiro clássico da rádio, *A Invasão dos Marcianos*, uma adaptação para o nosso país da emissão de Orson Welles, da responsabilidade de Matos Maia, que causou grande alarido entre os ouvintes portugueses e levou à detenção do realizador para interrogatório.

Mais tarde, Álvaro de Lemos ruma a Moçambique, onde passa a década de sessenta, como chefe de locutores da Rádio Clube de Moçambique, regressando a Lisboa logo após o 25 de Abril, e ingressando nos quadros da então Radiodifusão Portuguesa. Dois anos depois vem para os Açores, acedendo a um convite para integrar a RDP/Açores, onde se manteve, no ativo, até ao ano 2000, embora a sua colaboração tenha permanecido muito para além dessa data, em circunstâncias várias, das quais destacamos a sua tão doce quanto acutilante crónica semanal «Uma no Cravo Outra na Ferradura», integrada no programa *Manhãs de Sábado* e publicada no jornal *Correio dos Açores*. Colaborou ainda com programas de enorme projeção, como *O Teu Programa*, um clássico radiofónico infantil nos Açores, e *Programa da Manhã*.

Mas a força da sua voz e a energia da sua presença, emprestou-as igualmente à televisão. Colaborou com a RTP/Açores em situações tão distintas como a série

televisiva *O Barco e o Sonho* (realizada por José Medeiros, em 1989) e o programa para crianças *Finalmente Sábado*, onde encarnava o inesquecível Avô Fajeca.

Era, pois, segundo aqueles que com ele trabalhavam e privavam, um profissional de fino recorte, respeitado e acarinhado por todos, e uma figura incontornável da história da Rádio nos Açores.

Retomo, em jeito de conclusão, as palavras com que Álvaro de Lemos inicia a sua participação na já referida *A Invasão dos Marcianos* e passo a citar: «Boa noite, caros ouvintes. Fala-vos Álvaro de Lemos, que se encontra no Observatório Astronómico de Cascais. Estou numa enorme sala semicircular muitíssimo escura e apenas com uma fenda comprida no teto. Por essa abertura vejo uma poeira de estrelas que projeta uma espécie de brilho frio sobre o mecanismo intrincado do imenso telescópio. O tic-tac que ouvem é a vibração do mecanismo do aparelho. O professor Franco está instalado numa pequena plataforma a olhar pela luneta gigante. Tenho de pedir paciência a todos os ouvintes por alguns atrasos que possam surgir durante a entrevista. Além de examinar o céu, o professor Franco pode ser interrompido a todo o momento pelo telefone ou por outras comunicações. Durante este período encontra-se em contacto constante com os centros astronómicos do mundo. Senhor professor, podemos começar?» Fim de citação.

Há vozes assim, que a noite – que é como quem diz a morte – não silencia. Porque acompanham a nossa história pessoal e coletiva, porque nos ecoam dentro. Álvaro de Lemos não se encontra já, com certeza, no Observatório Astronómico de Cascais, entrevistando o professor Franco, nem a preparar a sua próxima crónica de Sábado. Mas quase conseguimos vê-lo naquela sala semicircular, contemplando uma poeira de estrelas. E, sobretudo, ouvimos tão claramente a sua gargalhada.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, e que dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas e

sentidas condolências.

Horta, sala das sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, *Berto Messias, Renata Correia Botelho, José San-Bento, Pedro Moura, Graça Silva, Catarina Moniz Furtado*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para informar que o Grupo Parlamentar do PSD tanto se associa a este voto de pesar proposto pelo Partido Socialista que até tem e mantém um voto de pesar de semelhante teor previsto para a nossa sessão de amanhã.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para outro voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista referente ao falecimento de Hermano da Estrela Athayde Motta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE HERMANO DA ESTRELA ATHAYDE MOTA

Faleceu inesperadamente, aos 72 anos, na madrugada do dia 23 de novembro, Hermano da Estrela Athayde Mota, proprietário e responsável pela plantação e pela Fábrica de Chá Gorreana, a maior das duas existentes no concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, e que são únicas na Europa.

Hermano Mota casou, em 1966, com Margarida Hintze, filha única e herdeira da propriedade e da fábrica de Chá Gorreana. Dedicou, a partir daí, grande parte da sua vida à indústria do chá, marcando, assim, de forma indelével a história da Fábrica, bem como do Concelho da Ribeira Grande.

Soube manter o legado respeitando as tradições originais do Oriente e as suas qualidades ancestrais. A Fábrica de Chá Gorreana, em grande parte devido à sua dedicação, para além da produção de chá, tem um carácter museológico, pois continua a utilizar maquinaria do século XIX e início do século XX. A produção anual de chá é hoje de cerca de 38 toneladas, com uma plantação de 32 hectares. A maior fatia da produção destina-se ao consumo da Região, com uma parcela para o continente português, para a Alemanha, para os Estados Unidos da América e para o Canadá, e ainda para a Áustria.

Na tarefa de acolher visitas na sua fábrica, repartida por toda a família, Hermano Mota recebia sempre de forma superior, tanto turistas, como locais. A forma apaixonada como transmitia o seu conhecimento sobre o chá era impressionante, referindo com alguma graça “ Nós aqui quando temos sede não bebemos água, bebemos chá. Aqui, na Região nasce-se com o chá”.

Um dos sonhos que teimosamente perseguiu foi o de preparar os filhos para lhe sucederem no negócio. E a sucessão parece assegurada, visto que hoje os cinco filhos colaboram no dia-a-dia do funcionamento da empresa, prosseguindo o exemplo do seu pai.

A Fábrica de Chá Gorreana foi, a 24 de maio de 2010, agraciada com a insígnia Autónoma de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola, pela Região Autónoma dos Açores.

O Engenheiro Hermano Mota ou “menino Hermano”, como era carinhosamente conhecido pelas gentes daquela zona do Concelho, mantinha-se também ligado às instituições locais, participando, em lugar de destaque, na Banda Filarmónica Espírito Santo Lira da Maia, na Santa Casa da Misericórdia da Maia, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande e na C.A.S.A. Bernardo Manuel da Silveira Estrela.

Esteve também na Política como Presidente do Município da Ribeira Grande, entre os anos 1986 e 1993, onde deu sempre o seu melhor, ajudando muita gente. Era uma pessoa muito generosa, o que foi testemunhado por quem com ele de perto trabalhou, chegando mesmo, não raras vezes, a dar do seu próprio bolso a quem se dirigia àquela instituição pedindo ajuda.

Com a morte do Engenheiro Hermano Mota os Açores ficaram mais pobres, pois para além de perderem um ilustre empresário, perderam também um dos mais distintos embaixadores da nossa Região.

Pelo exposto, e nos termos das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de pesar pelo falecimento de Hermano Mota.

Importa dar conhecimento do voto, além da sua família, às instituições referenciadas reconhecendo a sua forma de estar e o modo como geriu a sua vida em prol do bem comum.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, *Berto Messias, Graça Silva, Catarina Moniz Furtado, Marta Couto*

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a leitura de um voto de pesar também referente ao falecimento de Hermano Athayde da Mota, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade pelo PSD.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Hermano d'Athayde da Motta

Os seus 72 anos de vida empreendedora e altruísta cessaram repentinamente a 23 de novembro.

Hermano d'Athayde da Motta era agora especialmente reconhecido como proprietário familiar e gerente dinâmico da plantação e da fábrica de chá da Gorreana, a maior e a mais antiga das duas últimas atualmente existentes no concelho da Ribeira Grande e na ilha de São Miguel.

Uma fábrica fundada em 1883, na mesma família há cinco gerações, que chegou a ser a única da Europa durante o último quartel do século passado e que mantém ainda uma produção anual de 38 toneladas de chá preto e chá verde, com 12 trabalhadores em 32 hectares de cultivo, graças ao esforço de modernização e ampliação desenvolvido pelo engenheiro Hermano Motta.

Mas Hermano d'Athayde da Motta deixa uma obra de vida que vai muito para além das características plantações da Gorreana. Foi co-fundador da Associação Agrícola de São Miguel, sócio-gerente da Agência Açoreana de Viagens, sócio da Empresa de Lacticínios de Santa Clara, administrador da Caixa Económica Açoreana, diretor do Lar Bernardo Manuel Silveira Estrela, membro do Círculo de Amigos da Ribeira Grande e da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia. Foi presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, em dois mandatos, de 1986 a 1993, e foi homenageado com a Medalha de Honra do Município na sessão comemorativa dos 25 anos da sua cidade em 2006.

Hermano Motta deixa um exemplo cívico, uma indústria emblemática, uma família marcante, um sorriso cativante, uma memória condigna. Merece a consideração e o reconhecimento da Maia, da Ribeira Grande, de São Miguel e dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento de Hermano

d'Athayde da Motta, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e ao Município da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, *António Marinho, António Ventura, Luís Maurício, José Andrade, Luís Garcia, Renato Cordeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se com pesar a este voto pelo falecimento do Sr. Eng. Hermano Motta que foi também dirigente do CDS, foi dirigente regional e também dirigente de ilha em São Miguel.

Como não se trata aqui de um concurso de votos também teríamos um para apresentar amanhã, naturalmente que fica aqui a nossa associação com pesar ao falecimento do Sr. Engenheiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para a leitura do último voto de hoje, voto de pesar referente ao falecimento de José Anjos.

Pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Falecimento de José Anjos

No passado dia 2 de outubro faleceu, vítima de acidente de viação, aos 57 anos, o conhecido empresário micaelense José Anjos.

José Anjos nasceu em Ponta Delgada, na Fajã de Baixo, a 21 de novembro de 1955.

Depois de concluir o ensino primário arranjou o seu primeiro emprego aos dez anos de idade, numa mercearia.

Aos 14 anos concorreu e foi admitido numa companhia de seguros. Na sequência do novo emprego retomou os seus estudos, à noite, na Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada onde concluiu o Curso Geral de Comércio.

Nos seus tempos livres fez parte de um grupo de teatro, do grupo coral da igreja da Fajã de Baixo e de uma banda denominada por “Rebeldes”.

José Anjos foi durante largos anos mediador de seguros, profissão que abandonou no ano de 1989. Nesse mesmo ano, a 25 de novembro, inaugurou ao canto em cima da Rua Hintze Ribeiro o bar restaurante “Cantinho dos Anjos”, um dos mais conhecidos e emblemáticos bares da Ilha de São Miguel e dos Açores.

Mais recentemente fundou um grupo de motards denominado “Angel’s Bikers Friends”, sublinhando dessa forma uma das suas grandes paixões de tempos livres: as motos.

Enquanto empresário José Anjos ficou conhecido pelo seu profissionalismo, pela sua simpatia e pela dedicação que tornou o “Cantinho dos Anjos” conhecido internacionalmente pelos muitos turistas que o frequentaram.

Como pessoa o Sr. Zé será sempre lembrado pela forma carinhosa e calorosa com que tratava todos os que tiveram o grande privilégio de privar consigo. Ele era um mestre da arte de bem receber.

José Anjos deixa três filhos e sete netos bem como a sua mãe ainda viva.

E deixará para sempre uma enorme saudade a todos os seus familiares e muitos amigos que jamais o apagarão das suas memórias.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores manifeste pesar pelo falecimento de José dos Anjos, enaltecendo o seu elevado mérito profissional, e enderece as mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos.

Horta, sala das sessões, 10 de dezembro de 2013

Os deputados regionais, Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Pedro Moura

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. José Anjos é uma pessoa acarinhada por todos os ponta-delgadenses e por todos os que passavam no seu estabelecimento comercial.

Quem não conhecia o Cantinho dos Anjos?

O Cantinho dos Anjos era o ponto de paragem para muitos turistas, para muitos ponta-delgadenses e transeuntes da cidade de Ponta Delgada e acima de tudo para muitos jovens que para a academia açoriana vinham estudar.

É precisamente para com muitos estudantes que o Sr. José Anjos tinha uma palavra de carinho e de ajuda, nomeadamente para aqueles que longe das suas famílias passavam dificuldades no seu dia-a-dia. Era o Sr. José Anjos que lhes dava uma palavra de apreço e de solidariedade para com as suas dificuldades.

É preciso não esquecer que o Sr. José Anjos, conhecido como José do Cantinho dos Anjos, sempre com a sua simpatia e dedicação será lembrado como um amigo, um bom profissional, um homem dedicado e empenhado nos movimentos da sociedade onde estava inserido

Desta forma, o PSD associa-se a este voto de pesar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio dia.

(Eram 11 horas e 26 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pedia que ocupassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Vamos entrar no período das declarações políticas.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado o verão e o relativo alívio que trouxe à economia regional, a que não terá sido alheio a devolução do subsídio de férias aos trabalhadores da administração pública regional, mas registe-se que, em relação ao mercado de trabalho, este alívio não consistiu em efetiva criação de emprego mas, tão-somente na redução do ritmo de crescimento do desemprego. Passado o mês de setembro, vemos a realidade da situação da economia regional voltar a **submergir:**

- Mais 2477 desempregados inscritos, apenas no mês de outubro, o que corresponde a mais 34,6% do que no mês de setembro e mais 23,6% do que no mesmo mês do ano anterior;

Atingimos, assim, o número estarrecedor de 18.663 açorianos desempregados.

Usando de alguma generosidade para com o Governo Regional, poderíamos subtrair aos 18 mil desempregados os 4.692 açorianos que se encontram em programas ocupacionais – que acabam, em boa parte, por substituir, desta forma, trabalhadores em postos de trabalho permanente – não fosse dar-se o caso de serem pessoas que efetivamente não conseguem encontrar nem o emprego nem o rendimento a que têm direito.

Para lá da estatística e da retórica governamental, a verdade é que são tão desempregados como os outros.

Este nível de desemprego tem um custo humano incalculável, mas representa também um custo de oportunidade esmagador para a Região. Em termos simplistas, se cada um destes trabalhadores desempregados acesse a um posto de trabalho e auferisse, pelo menos, o salário mínimo, seriam mais de 130 milhões de euros anuais a serem injetados na economia regional! Se para os partidos da troika o desemprego é uma inevitabilidade, para nós, para o PCP, o desemprego é um desperdício económico e parte da vossa estratégia dos partidos troikistas de desvalorização do trabalho.

E se olharmos para as razões que levaram estes trabalhadores ao desemprego, percebemos outra parte significativa do mecanismo que foi criado a nível regional e nacional:

É que a esmagadora maioria dos novos desempregados chega a esta situação por via de “fim de trabalho não permanente”. De igual forma, nos Açores, vemos os contratos sem termo a reduzirem-se enquanto os contratos a prazo aumentam mais de 12 por cento, e o subemprego a aumentar mais 10 por cento comparando outubro deste ano com o ano anterior.

A isto é o que os partidos da troika chamam “modernização do mercado de trabalho”, flexibilização da mão-de-obra, mas cuja designação é, na realidade, “precariedade laboral”, ou despedimento a prazo, se assim o preferirem.

Passado o verão doce da propaganda do Governo Regional, entramos no inverno amargo da realidade do sofrimento das famílias açorianas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se ninguém nega que o desemprego é um problema nacional e que a campanha de destruição da economia nacional, levada a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP tem fortemente contribuído para o seu aumento, a verdade é que há razões que explicam o facto de o desemprego crescer mais, e mais depressa nos Açores do que noutras regiões do país. E essas razões, não as vamos encontrar lá longe, do outro lado do mar, mas sim aqui mesmo, do outro lado deste hemisfério, nas políticas do Governo Regional e da maioria que o suporta.

Foram as opções dos sucessivos governos regionais que fizeram com que os milhares de milhões de euros investidos nas últimas décadas não tivessem servido para tornar a nossa economia menos frágil, menos dependente e menos volúvel às flutuações dos mercados externos.

Foram as políticas dos sucessivos governos regionais que não souberam consolidar, expandir e diversificar o nosso setor produtivo, não souberam preparar nem encontrar alternativas para o fim das quotas leiteiras, não souberam ou não quiseram combater a ditadura das grandes superfícies que mantém o rendimento dos agricultores a níveis miseráveis.

Foram os sucessivos governos regionais que não souberam modernizar e dar valor à nossa pesca, limitando-se a ampliar a dimensão das embarcações e a distribuir a todos subsídios que pouca ou nenhuma riqueza criam.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma metralhadora! Dispara para todo o lado!

O Orador: Foram os governos regionais que contribuíram para criar, na nossa Região, um desmesurado setor da construção civil, envolvendo milhares de trabalhadores, com baixas qualificações. Agora, que é necessário abrandar o ritmo de obras e inaugurações que caracterizou épocas recentes, não há qualquer resposta para estes trabalhadores.

Deputado Francisco César (PS): Essa intervenção é uma verdadeira contradição!

O Orador: Foram os sucessivos governos regionais que não souberam criar um verdadeiro mercado interno,...

Deputado Berto Messias (PS): Essa cassete já tem bigode, Sr. Deputado!

O Orador: ...que recusaram sempre criar os circuitos de transporte de que precisamos, andando agora, tarde e a más horas, a inaugurar ferries e a anunciar novos navios, navios que há muito tempo já cá deviam estar a operar no nosso mar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foram os sucessivos governos regionais que mantiveram sempre a política de baixos salários, e teimam em mantê-la recusando-se a aumentar o

acréscimo regional ao salário mínimo, que esmaga a procura interna e reduz brutalmente as vendas das nossas empresas, geradoras de riqueza e criadoras de emprego.

Foi a crise internacional, sim, mas foi sobretudo a vossa política, regional, que não conseguiu desenvolver os Açores nem proteger o povo açoriano.

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As vistas curtas dos partidos da troika – e falo de todos eles: os que assinaram o Memorando e os que o executam lá e cá...

Deputado Berto Messias (PS): Mas que azedume é esse, Sr. Deputado?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é azedume!

O Orador: ... –, como dizia, foram as vistas curtas dos partidos troikistas que fizeram deste ano que termina mais um ano amargo e difícil para os portugueses e para os açorianos em particular.

Não tinha de ser assim, tal como 2014 não tem de ser o ano negro que nos anunciam e que querem dar como inevitável.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é o grito do Avante!

O Orador: As dificuldades que vivemos não são uma inevitabilidade, são o resultado de uma política que é, nos seus aspetos essenciais, partilhada por PS, PSD e CDS-PP.

A solução não passa, obviamente, nem por deixar tudo como está, nem por insistir em mais do mesmo.

Deputado Francisco César (PS): É esse bigode aí!...

O Orador: A única saída, para os Açores e para Portugal, é uma mudança profunda das políticas que nos arruinam mais e mais a cada dia.

Deputado Francisco César (PS): Tem que ouvir o hino outra vez, Sr. Deputado!

O Orador: A única esperança que nos resta está nessa mudança, cada vez mais urgente, cada vez mais irrecusável.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Coreia do Norte ou Cuba?

O Orador: Os nossos votos são que 2014 seja o ano em que mais portugueses, nas regiões autónomas e no continente, façam ouvir a sua voz e reclamem o poder,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Coreia do Norte ou Cuba? Escolha!

O Orador: ...o poder que é seu, o poder do povo e para o povo.

Será, não tenho dúvida, o Povo a construir a mudança e a repor Portugal na senda do progresso civilizacional e a derrubar a barbárie neoliberal.

Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Isso na Coreia do Norte era bem aplaudido!

Deputado Berto Messias (PS): O povo não é propriedade do PCP, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exceto nas regiões comunistas!

Deputado Berto Messias (PS): Exatamente!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições para participar no debate.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Estava a ver que a senhora não dava resposta ao Sr. Deputado!

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que em verdade foi o Governo Regional que também tomou e decidiu no sentido de promoção de políticas de emprego na região, nomeadamente com a reposição atempada dos subsídios de férias, coisa que, por exemplo, não aconteceu no resto país e, aliás, só por insistência e por inconstitucionalidade do próprio Tribunal Constitucional é que foram repostos os subsídios de férias aos trabalhadores da função pública.

Foi também o Governo Regional, através do Orçamento da Região para 2014, que fez aumentar e que aumentou a remuneração complementar, quer em montante, quer alargando a mais trabalhadores.

Também é o Governo Regional que, criando programas que o Sr. Deputado Aníbal Pires considera menores, tem ajudado muitos trabalhadores, como é exemplo disso o programa Recuperar,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...que tem ajudado a que muitos desempregados tenham uma ocupação remunerada e que não fiquem pelo subsídio de desemprego, por exemplo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É também o Governo Regional que de forma a atenuar os trabalhadores em situação de desemprego cria medidas de formação com bolsa de formação para trabalhadores desempregados que não têm qualquer rendimento.

Foi, portanto, o Governo Regional que criou estas medidas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Medidas que não funcionam!

A Oradora: ...no sentido de atenuar aquilo a que nós não estamos isentos, que são as medidas do Governo da República,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Lá vem a cassete!

A Oradora: ...essas sim têm destruído empresas e postos de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas é só cá?!

Deputado Luís Garcia (PSD): As medidas do Governo Regional não destruíram nada!

A Oradora: Têm destruído postos de trabalho a nível nacional, como os senhores sabem, e na região e também através do aumento de impostos quer na República, quer na região para as empresas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso mesmo!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, o Governo Regional tem sim, e é de louvar, trabalhado no sentido de atenuar as medidas gravosas do Governo da República na região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Por isso é que temos mais desemprego!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Grande momento de alegria nesta casa! Já é Natal!

Deputado Luís Garcia (PSD): Pelo menos não incentivamos num sindicalista a falar!

O Orador: Ao iniciar esta intervenção ouvi o aparte do Sr. Vice-Presidente e o aparte teve este conteúdo: “Aqui temos um momento de felicidade neste Parlamento”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É um elogio!

O Orador: Só a irresponsabilidade política pode estar na base de uma afirmação destas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque mesmo quando a oposição se levanta para denunciar a falência das medidas de combate ao desemprego e de promoção do emprego, mesmo quando isso acontece, quando a oposição se levanta com esse intuito,...

Deputado Berto Messias (PS): Oh senhor, está a perder tempo!

O Orador: ...fazendo parte do trabalho que lhe compete, não há nisso qualquer grau de satisfação,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque enquanto houver um açoriano desempregado está aí um problema que nos deve a todos, como responsáveis políticos, mobilizar para um trabalho que seja capaz de resolver essas situações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa tem direitos de autor!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Essa é minha!

O Orador: Mas 21.545 desempregados não pode deixar ninguém indiferente, menos ainda não pode deixar ninguém tranquilo e este número 21.545 é um trágico record nos Açores. É um número que envergonha, tem de envergonhar a autonomia,...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ...tem de envergonhar quem tem responsabilidade de governar esta região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Devia ter vergonha de dizer isso!

O Orador: Porque esse também é um número que tragicamente é o balanço mais evidente do primeiro ano de governação deste executivo presidido por Vasco Cordeiro.

Deputado Berto Messias (PS): Sim senhor! Aliás, vimos isso nas propostas do PSD sobre o Plano e o Orçamento!

O Orador: Apesar de uma Agenda para o Emprego, apesar da abundância dos fundos comunitários e da tão propalada boa execução, apesar de uma Carta de Obras Públicas,...

Deputado Berto Messias (PS): Eram muitas peças legislativas sobre os desempregados!

O Orador: ...apesar de tantos programas que vão dos Estagiar ao Recuperar e a outras coisas muito bonitas, apesar de tudo isso, a região regista este número dramático, 21.545 desempregados aos quais a CGTP, que é a central sindical onde até há bem pouco tempo militava a Sra. Deputada do Partido Socialista, Graça Silva, acrescenta ainda mais um contingente de trabalhadores com emprego precário e subemprego que resulta do dizer dessa central sindical e julgo que hoje essa central, pela circunstância de já não ter nas suas fileiras ativamente a Sra. Graça Silveira,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Menos!

O Orador: Graça Silva, perdão!

...não deixou de ser menos importante ou menos credível do que há 13 ou 14 meses.

Ainda que isso possa incomodar muito as hostes socialistas, os indicadores estatísticos mais recentes, que são os do 3.º trimestre deste ano, dizem-nos que nós, contrariamente do que fomos outrora, altura em que éramos a segunda região do país onde a taxa mais baixa de desemprego se verificava, hoje somos a segunda maior do país.

Há pouco tempo neste Parlamento o Sr. Vice-Presidente dizia com alguma euforia, ou pelo menos com algum otimismo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo!

O Orador: ...que era melhor estar entre as que têm menos desemprego do que estar entre aquelas que têm mais desemprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas, Sr. Vice-Presidente, esse princípio continua válido hoje, mas infelizmente já não pode ter essa euforia, nem esse otimismo, nem essa propaganda que lhe é habitual,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque infelizmente hoje já somos a segunda região com a maior taxa de desemprego do país. Mas os indicadores estatísticos ainda são mais dramáticos quando fazemos a análise em termos homólogos, porque das três regiões que subiram a taxa de desemprego entre o trimestre de 2012 e o 3.º trimestre de 2013 lá estão os Açores à cabeça e esse crescimento não foi um crescimento qualquer, foi um crescimento, por exemplo, 11 vezes maior do que o registado na região de Lisboa ou 23 vezes maior do que o registado na região norte, porque essas foram as outras duas regiões que, em termos homólogos, fizeram o registo de crescimento de emprego no 3.º trimestre de 2013.

Quando as políticas do país são aqui tantas vezes criticadas como já foram há instantes em aparte pelo Sr. Deputado das Flores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Flores! Deputado das Flores!

O Orador: Sim, do círculo eleitoral das Flores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Círculo eleitoral das Flores é diferente de Deputado das Flores!

O Orador: Ah, não é? Não foi eleito pelo círculo eleitoral das Flores?

Oh Sr. Vice-Presidente, seria bom que dedicasse esse seu preciosismo linguístico a resolver o problema dos 21.545 açorianos que estão desempregados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Esses que não têm sustento, que não têm modo de sobreviver, esses estão pouco incomodados e pouco preocupados com o preciosismo, se é o Deputado das Flores, ou se é o Deputado eleito pelo círculo eleitoral das Flores.

O que eles queriam da sua parte era o empenhamento, era que o senhor fizesse aquilo que dizia aqui em março, que mais importante do que a execução quantitativa das políticas eram os resultados a que elas conduzem e infelizmente para 21.545 açorianos as políticas do Partido Socialista e do seu Governo Regional conduziram a este número trágico que envergonha, que é record, a autonomia e que tem de envergonhar os governantes que estão sentados nessa bancada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

O Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que a problemática do desemprego é sempre um assunto pertinente.

Reafirmo aquilo que sempre assumimos sobre esta matéria: não estamos a discutir se é um, se são mil, a quantidade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é que são 21.545 desempregados!

O Orador: Basta haver um desempregado nos Açores para isso ser um problema que exige uma solução.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não estamos obviamente satisfeitos, porque cada desempregado é um problema que nos exige uma solução e que queremos dar,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...mas os açorianos desempregados não são números, são pessoas que merecem uma resposta eficaz e clara.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pois é!

O Orador: Os desempregados açorianos não são estatísticas, são vidas que urge dar um sentido.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos desempregados não são também arma de arremesso político,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São armas de demagogia política!

O Orador: ...são famílias que merecem ter um futuro melhor, cujos sonhos urge concretizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por falar em demagogia!

O Orador: Por isso mesmo os açorianos desempregados são por tudo isso a nossa principal prioridade e a promoção de criação de emprego constitui o fundamento das nossas políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Continuam a ser então!

O Orador: Sempre definimos como prioridade da nossa intervenção.

Temos consciência que existe muito para fazer.

Temos consciência que é fundamental unir todos os esforços e todas as propostas para dar resposta a este desafio.

É para isso que convocamos todos os açorianos e todas as instituições.

Temos consciência de que nesse âmbito aquilo que fizemos e aquilo que nos propomos fazer terá efetivamente os resultados necessários para vencermos este desafio, porque dentro do limite das nossas competências, dentro do limite dos nossos recursos tudo iremos fazer para dar uma resposta a cada uma das famílias que sente o drama do desemprego.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Faltam os resultados, Sr. Vice-Presidente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem que seja uma resposta negativa!

O Orador: Não o faremos assumindo e identificando responsabilidades de outros. Não é esse o discurso que interessa aos açorianos.

O discurso que interessa aos açorianos não é saber de quem é a culpa, é saber essencialmente quem está ao lado da solução.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A culpa como já não é da República, já não são problemas!

O Orador: O que interessa aos açorianos não é apenas andar a promover o problema, é contribuir para o encontro de soluções e para isso é que nos devemos convocar a todos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O próprio Governo dos Açores humildemente assume que pode ter errado quando procurava não errar e que pode não ter feito tudo o que pretendia, quando pretendia concretizar, mas é essa dinâmica e é essa vontade de fazer sempre mais e melhor que nos pode dar a certeza que tudo, mas tudo faremos, para dar uma resposta eficaz a cada açoriano que precisa de uma solução neste âmbito.

Faremos mais e melhor se tivermos o contributo de todos e faríamos mais e melhor se, por exemplo, o PSD não se limitasse apenas a levantar a bandeira do número de desempregados e contribuísse com propostas para resolver este problema.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Infelizmente depois de um ano desta Assembleia a única proposta que conhecemos construtiva do PSD foi uma proposta para promover o emprego nos Açores na exploração e prospeção de petróleo. É muito pouco para quem identifica o emprego ou o problema do desemprego como um problema para os Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): “Quem diz o que quer, ouve o que não quer!” É um ditado muito antigo!

O Orador: Mas não nos interessa o passado. O que nos interessa é que possam também contribuir com soluções para este problema. Todos, mas todos, seremos poucos para enfrentar este problema que é um problema dos Açores, que é um problema nacional, que é um problema na Europa e que é um problema que nos deve a todos unir para encontrar as soluções para o resolver. Nós temos o nosso caminho traçado, a nossa estratégia definida e as nossas medidas estão a ser executadas e implementadas, mas também temos a consciência de que com o contributo ativo de todos poderemos ainda fazer mais e melhor,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não parece!

O Orador: ...porque o que interessa nesta matéria é dar resposta a todos os açorianos, o que não interessa nesta matéria é nos dividirmos com querelas que são menores perante o grande objetivo que é dar uma resposta aos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tipo aquilo que o senhor acabou de fazer!

O Orador: Para dar uma resposta aos açorianos contem com o Governo sempre com a humildade necessária de identificar que este é o principal problema dos Açores e com a humildade necessária para poder acolher todas as propostas que

nos possam ajudar a dar uma resposta a todos os açorianos que merecem ter essa resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já estava com saudades de umas palminhas. Isto está muito mais alegre!

O Orador: É para isso que aqui estamos, é para isso que queremos debater e contribuir. Perante quem apenas nesta matéria tenta dividir, terá como nossa resposta o silêncio; para quem pretender unir, terá como nossa resposta a colaboração franca e positiva.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O silêncio foi em relação à declaração política!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho curiosa esta declaração política comunista do Sr. Deputado eleito pelo PCP, que vem aqui mais uma vez brandir contra o capital, o neoliberalismo e todos esses males da humanidade.

Oh Sr. Deputado Aníbal Pires, tenho uma pergunta muito concreta para lhe fazer: no Chipre que regime imperava e impera quando chamaram a troika?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor agora enganou-se. Já não é o Partido Comunista do Chipre que está lá!

O Orador: É verdade ou não é verdade que no Chipre também está lá uma troikazinha, que o país está em *default*, que entrou em falência?

Portanto, foi ou não foi o Partido Comunista do Chipre que chamou a troika para salvar a banca, para salvar o capital, para salvar a banca do Chipre, Sr. Deputado Aníbal Pires?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já não estava!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires vem cá com uma conversa, mas omite a conversa europeia.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o Chipre faz parte da Europa. Está tão resgatado como Portugal e foi um governo comunista que levou o Chipre à falência e ao *default*.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal não foi só Sócrates!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires vai ter que explicar muito bem como é esta sua contradição de um regime comunista, defensor do emprego, promotor da economia.

E a banca comunista burguesa da União Soviética que fez para salvar os depositantes russos do Chipre?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para fugir aos impostos!

O Orador: Isso é que é grave, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Resgatar um país com dinheiros europeus para salvar depositantes milionários russos e não lhes vou chamar outros nomes, porque não tenho provas, mas no mínimo fugir ao fisco. Foi isso que fizeram! Além de não se saber com exatidão a proveniência daquele dinheiro.

Sr. Deputado Aníbal Pires, dinheiro comunista, de proveniência duvidosa foi pago com impostos europeus, por isso é que falta dinheiro, Sr. Deputado Aníbal Pires, para resgatar um país democrático que efetivamente entrou em *default* por outras razões que não me compete nesta altura analisar.

Sr. Vice-Presidente, não podia deixar também de lhe dar uma palavra.

Concordo absolutamente consigo quando diz que os açorianos não são números. Essa expressão também tem direitos de autor, como o Sr. Vice-Presidente bem se lembra.

Também concordo consigo: dividir querelas, culpas. É verdade!

Agora devia ter dado uma instrução ali à Sra. Deputada do Partido Socialista...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...para também não vir com querelas estéreis, com questiúnculas estéreis que não levam a nada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem visto!

O Orador: Portanto, julgo que também outros estão a fazer um esforço para salvar um país e também agradecem que lhe deem alguma colaboração, Sr. Vice-Presidente.

Mas há uma coisa que não bate certo. Estamos todos preocupados, com certeza, com o desemprego na região. Estamos todos!

Agora quando há números como o senhor referiu aqui que por cada empresa que fechava abriam 4, isso é contraditório com o aumento do desemprego, que subiu dois pontos percentuais.

Portanto, o que nós devemos fazer, sim senhor,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Os açorianos não são números!

O Orador: ...é debruçar-nos sobre o problema, percebermos o que se passa, porque esse número já foi avançado pela CGTP, aliás, o ex-sindicato da Sra. Deputada e ela corroborava esse número quando era sindicalista (ainda chegou a assinar esse número dos 35 mil desempregados ou dos 34 mil desempregados). É um número que também existe e que nunca foi desmentido, mas que existe na comunicação social. Existe isso!

Portanto, julgo que por não serem números é que merecem respostas, respostas humanizadas e eficazes.

É verdade que o Governo tem tido algumas políticas nesse sentido, mas uma coisa é combater o desemprego e outra é a promoção do emprego. São duas coisas bem diferentes sobre as quais temos que nos debruçar.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM partilha muitas das críticas que aqui foram feitas por parte do Deputado do PCP em relação à atual situação que o país está a enfrentar e a região.

Devemos dizer que, se partilharmos as críticas, não podemos de forma nenhuma partilhar a postura do ponto de vista político e também a ausência de propostas que o Sr. Deputado aqui apresentou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Certo!

O Orador: O Sr. Deputado apresentou aqui um discurso crítico, como o PCP faz sempre, quer na Assembleia da República, quer também aqui na Assembleia Legislativa e não apresentou nenhuma alternativa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos no Chipre!

O Orador: Sr. Deputado, devo dizer-lhe também que o PCP, neste momento, tem uma dificuldade quer na política nacional, quer na política regional. É a ausência, Sr. Deputado, total de referências.

Qual é a sua referência?

Qual é o seu modelo atualmente? É a China?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em que os trabalhadores são explorados, em que neste momento nós temos um modelo que defende um contributo político que nada tem a ver com a exploração que é feita, ou seja, neste momento temos uma contradição tremenda?

É que no maior país comunista, no país de referência do ponto de vista do comunismo internacional, o que acontece é que é precisamente nesse país que os trabalhadores estão mais desprotegidos do ponto de vista daqueles que são os seus direitos de dignidade ao trabalho, de dignidade no exercício das suas funções.

Portanto, a grande contradição é que neste momento os trabalhadores são explorados e trabalham em condições absolutamente indignas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: ...num país que se diz um país comunista.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Portanto, a China não é nenhuma referência e também não encontro nenhuma outra referência por parte do Partido Comunista Português. Não encontro também um projeto alternativo. Também não encontro, Sr. Deputado, um compromisso no sistema parlamentar português e no sistema parlamentar açoriano, porque nós temos que estar aqui, em relação a estas questões (não podemos estar apenas no contra, na crítica), disponíveis para o compromisso.

Ao longo destes 38 anos de funcionamento do sistema parlamentar em Portugal o Sr. Deputado diga-me um momento de compromisso parlamentar do Partido Comunista com o país?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): É verdade!

O Orador: Diga-me um momento em que o Partido Comunista tenha estado ao lado da solução e não comodamente sempre na crítica a quem está a desempenhar funções governativas?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Devo dizer também, Sr. Deputado, que nós, em relação à fragilidade da economia açoriana (vejo que o meu tempo está a terminar),...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já terminou, Sr. Deputado!

O Orador: Nós já sabíamos que a economia açoriana era uma economia aberta e muito frágil, mas é inegável que esta crise encontrou uma economia açoriana mal preparada. É por isso que o desemprego é muito significativo, é por isso que o nosso tecido produtivo está em parte desmantelado.

Portanto, nesse sentido, nós temos enormes fragilidades e é evidente que o Partido Socialista e o Governo Regional têm, por assim dizer, em relação a esta matéria, responsabilidades acrescidas, porque governam há 17 anos.

Portanto, governando há 17 anos...

A verdade é que os Açores foram apanhados no âmbito de uma crise internacional (é verdade!), com políticas recessivas que foram implementadas pelo Governo da República (é verdade!), mas é verdade também que ao fim de

17 anos de um governo, ao fim de 17 anos de governação, o que se encontrou foi uma região muito mal preparada para resistir a esta crise.

É inegável que nós neste momento encontramos uma taxa de desemprego enorme e neste momento encontramos pessoas e famílias açorianas com enormíssimas dificuldades.

Respostas? Não tenho nenhuma varinha mágica, mas é evidente que é preciso ser assertivo do ponto de vista daquele que é o investimento público, temos que apostar evidentemente no crescimento do nosso setor produtivo, temos que ter políticas muito assertivas do ponto de vista do crescimento do setor produtivo e fundamentalmente temos que ter uma grande dinâmica do ponto de vista político, no sentido de dar luta a esta crise, no sentido dos Açores e dos açorianos poderem triunfar.

Estou certo que com o contributo dos diversos intervenientes políticos nós vamos triunfar, o povo dos Açores vai triunfar. Vamos vencer esta crise.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma mensagem de esperança do Deputado do PPM! Esqueceu-se da Europa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para encerrar a declaração política, tem a palavra.

Sra. Deputada Graça Silva, pede a palavra para?

Deputada Graça Silva (PS): Para um protesto contra o que foi dito pelo Sr. Deputado, pelas declarações que me foram dirigidas.

Presidente: Um protesto?

Sra. Deputada Graça Silva foram agora proferidas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Deputada Graça Silva (PS): Pelo Sr. Deputado Artur Lima!

Presidente: Sra. Deputada, a pedir um protesto teria que tê-lo feito logo a seguir à intervenção que deu origem a esse protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Não propriamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai protestar porque foi dito que era sindicalista!

Presidente: Por isso não lhe poderei dar a palavra Sra. Deputada.

Agora sim, Sr. Deputado Aníbal Pires, para encerrar o debate, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar apenas por uma consideração à intervenção e à participação neste debate sobre a minha declaração política feita pelo Deputado Artur Lima, em nome do CDS-PP, e pelo Deputado Paulo Estêvão, em nome do PPM.

Dizer ao Deputado Artur Lima que sobre as suas confusões históricas não lhe posso fazer nada. Nem a União Soviética, salvo erro, acabou no fim da década de 90, para aí em 89, e a crise do Chipre que V. Exa se estava a referir aconteceu à coisa de 1 ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não parece!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Rússia!

O Orador: Mais! O senhor disse União Soviética!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Rússia!

O Orador: O que é que eu tenho a ver com isso?

Mais! O Chipre não é governado pelo Partido Comunista Cipriota, mas por um partido da sua ala.

Relativamente ao Deputado Paulo Estêvão que também confundiu a figura regimental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nega a realidade!

O Orador: Isto é uma declaração política, não é uma iniciativa que eu tenha vindo a apresentar sobre políticas de emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que as estátuas continuam a cair!

O Orador: Foi uma declaração política.

Depois lembre-se Sr. Deputado que, ao contrário de V. Exa., o PCP já fez nesta Assembleia um conjunto vasto de propostas para a promoção do emprego.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu também!

O Orador: Mais! Tem aprovado, ao contrário do que V. Exa. esteve a dizer. Portanto, V. Exa. mentiu. O PCP nesta Assembleia tem vindo a apoiar propostas vindas quer do Governo, quer do Partido Socialista, quer ainda de outros partidos que visam a promoção do emprego.

Portanto, V. Exa. não pode afirmar que o PCP não se compromete, porque o PCP compromete-se nessa área e em muitas outras áreas, o que aliás tem sido exemplo para outros parlamentos o facto de termos conseguido posições unânimes em todas as bancadas naquilo que é essencial para os interesses dos Açores.

Sr. Deputado Joaquim Machado, não posso deixar de lembrar ao Sr. Deputado que o Governo do PSD e do CDS-PP são os principais responsáveis pela vertiginosa subida do desemprego em Portugal, designadamente nos Açores também. São os principais responsáveis

Presidente: Agradeço que abrevie, Sr. Deputado. Está a terminar o seu tempo.

O Orador: Vou já terminar.

Lembre-se que o desemprego aumentou exponencialmente nos Açores a partir do momento que o Governo do PSD e do CDS-PP subiram ao poder em que passámos de uma taxa muito baixa para a segunda taxa mais elevada do país também em virtude das alterações que o Governo do CDS-PP e do PSD fizeram na República. Dos 18 mil ou quase 19 mil desempregados, apenas, em outubro deste ano, 7983 tiveram prestações de desemprego...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A taxa subiu ou desceu?

O Orador: ...e isso, como V. Exa. sabe, depende das alterações que o Governo de V. Exas. introduziu nas prestações do desemprego.

Sra. Deputada Graça Silva, é evidente que...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou já terminar.

Sra. Deputada Graça Silva, apenas dizer-lhe.

Reconheço que o Governo da região tem vindo a atenuar, não tem vindo é a promover políticas ativas de emprego, não tem vindo é a preparar a economia

regional para os impactos negativos que nos envolvem e isso o Governo Regional não faz.

Sra. Presidente para terminar.

Sr. Vice-Presidente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fui tão simpático consigo!

O Orador: ...o seu apelo tem todo o acolhimento por parte do PCP relativamente à resolução do problema do desemprego.

Aliás, temos vindo a apoiar as propostas do Governo, mas Sr. Vice-Presidente, há uma coisa que é necessária fazer: nós não podemos continuar a insistir no mesmo, a insistir no erro.

Concluimos, pelos números,...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Sr. Vice-Presidente, insistir no erro não é solução.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente...

O Orador: É preciso ter coragem para romper com este modelo e em vez de...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dê-me um modelo alternativo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O da China!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, tenho-o dado.

A política salarial tem de ser diferente. Tem de ser diferente!

Presidente: Sr. Deputado, este não é o momento de debate.

O Orador: É preciso aumentar o consumo interno.

Sra. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tolerância, não! Bondade!

Presidente: Grande tolerância, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para exercer o direito de protesto tendo em conta que o Sr. Deputado disse que eu menti explicitamente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já não é a primeira vez que sou obrigado a protestar após uma intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque chama mentiroso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não chamei mentiroso!

O Orador: ...em que o Sr. Deputado Aníbal Pires evidentemente apresenta um conjunto de ideias políticas e essas ideias políticas são criticáveis.

Portanto, o Sr. Deputado quando exerce o direito de efetuar uma declaração política nós, em princípio, pronunciamo-nos sobre a sua declaração política e fazemos a nossa apreciação política. Foi isso que fiz.

Retirei as devidas conclusões, que são as minhas, que faço num ambiente de total liberdade, como sempre, e efetuei as críticas que considerei que eram adequadas.

Deputado José San-Bento (PS): Registo “total liberdade”! Sublinho!

O Orador: Agora, o Sr. Deputado responde sempre, quando é criticado, com um certo destempero na linguagem que penso que não lhe fica bem, Sr. Deputado, e certamente não é aceitável nesta casa.

Portanto, em relação à questão em concreto devo dizer-lhe o seguinte. A minha apreciação é que o PCP ao longo de todos estes anos, de todas estas décadas, tem procurado um sistema novo. Procura a ditadura do proletariado. É evidente, Sr. Deputado!

É muito bonito dizer que somos coerentes, mas quando se tem um programa tem que se assumir esse programa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...e o programa do PCP é esse e é essa a crítica que lhe fiz. Do ponto de vista da atuação política do PCP é sempre a crítica permanente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...a tentativa de destruição de sistema e não apresenta uma alternativa aos sucessivos governos neste país.

Esta é a crítica que lhe fiz e que mantenho.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Isto não é mentir, esta é uma análise que lhe faço em inteira liberdade e o Sr. Deputado tem que ter poder de encaixe de também receber críticas e de receber apreciações em relação às suas ideias políticas.

Numa declaração política, Sr. Deputado, não quer dizer que apenas se tenham de efetuar críticas.

Numa declaração política já aqui vi muitas vezes, nesta casa, muitos declarantes, muitos políticos apresentarem um conjunto de ideias e um conjunto de alternativas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Numa declaração política não está proibido que se apresentem alternativas, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Deputado José San-Bento (*PS*): Inclusivamente desabafos familiares!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contra protesto, Sr. Deputado Aníbal Pires, tem dois minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, V. Exa. confundiu aí aquilo que lhe disse.

É evidente que V. Exa. assim como qualquer outro deputado, de qualquer bancada tem todo o direito e dever de analisar, de criticar a minha declaração política. O que não tem direito é, por exemplo, dizer que o PCP não tem propostas ou não faz propostas.

O PCP foi aliás, no plenário passado, o partido das oposições que mais propostas de alteração propôs ao Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (*PS*): Não tem muitas, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito consequente!

O Orador: O PCP bem há pouco, pela minha pessoa, daquela tribuna, falou em propostas que o PCP tem vindo a apresentar, falou em modelos e em soluções

para o problema que a região está a passar, desde logo o aumento do acréscimo ao salário mínimo nacional,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o da Câmara de Loures, Sr. Deputado?

O Orador: ...desde logo, Sr. Deputado,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por que é que não faz isso na Câmara de Loures?

Deputado Francisco César (PS): O senhor defende a esquerda, mas dá trabalho à direita!

O Orador: ...relativamente à questão do fortalecimento da economia regional com a criação de um verdadeiro mercado interno.

Portanto, isto foi dito daquela tribuna e V. Exa., porque eventualmente não ouviu, foi por isso que disse que V. Exa. estava a mentir ou pelo menos a omitir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!...

O Orador: ...aquilo que eu disse e aquilo que tem sido a postura do PCP neste Parlamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um flic-flac à retaguarda!

O Orador: Para terminar Sr. Deputado, aconselho...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar. Tem de terminar já Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar.

Oh Sr. Deputado, sei que V. Exa. é um leitor compulsivo. Eventualmente não lhe interessará muito ler o programa do PCP, mas se for ler o programa do PCP...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já o li!

O Orador: ...não está lá a expressão ditadura do proletariado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está, está!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires este não é o momento de debate. Tem de terminar que já esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, é só para aconselhar.

Vá ler, porque não encontra lá a expressão ditadura do proletariado.

Presidente: Fica registado o seu conselho.

O Orador: V. Exa. está ainda na década de 80.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos encerrar para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 02 minutos)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

O primeiro ponto refere-se ao **Projeto de Resolução n.º 43/X – “Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Neste caso o proponente, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; CDS-PP, 13 minutos e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Alerto também para o facto de ter sido distribuído a todos uma proposta de substituição integral a esta Resolução. É sobre ela que vamos centrar o nosso debate e também é esta proposta que será votada.

Tem assim a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação do diploma.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em maio de 2012 o BE apresentou a esta Assembleia um Projeto de Resolução, cujo teor não andava muito longe daquele que hoje voltamos aqui a debater e a votar.

Voltámos, portanto, a insistir numa matéria que nos parece da maior importância e significado para uma sociedade onde o civismo, o progressismo e sobretudo a civilidade dos comportamentos humanos possam, de facto, distinguir-nos dos outros animais.

O nosso Projeto de Resolução sobre a epígrafe “Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes”, pretende entre outros desideratos o seguinte:

Primeiro, recomendar ao Governo Regional uma série de medidas de promoção do bem-estar animal e de controlo das populações de animais errantes, conforme está explícito e sintetizado no título do nosso Projeto de Resolução.

Depois defendemos que deve ser dada prioridade à esterilização de animais errantes em detrimento de uma política sistemática de eutanásia veterinária, uma vez que a esterilização tem vindo a ser reconhecida por Organizações Internacionais Zoófilas e de Veterinária, com uma estratégia mais adequada para a redução do número de animais errantes.

Também, reivindicamos um maior acompanhamento técnico aos canis, gatis (os tais que diz o povo, que são os melhores amigos do homem e da mulher, acrescento eu), aos canis, gatis municipais e que se proceda ao respetivo licenciamento para que estes se tornem como está legalmente estipulado em centros de recolha oficiais, os chamados CRO, o que pressupõe o cumprimento de requisitos básicos para garantir o bem-estar animal.

Consideramos que é necessário alertar a opinião pública em todo o País, mas sobretudo na Região Autónoma dos Açores, os açorianos e as açorianas não mereciam isto. É uma Região reconhecida pela taxa escandalosa de maus tratos de animais e isto Sras. e Srs. Deputados, para nós, BE, é vergonhoso e nós achamos e insistimos que as nossas populações não merecem este epíteto.

Portanto consideramos que é necessário alertar a opinião pública, através da promoção de campanhas de sensibilização para que se alterem atitudes e

comportamentos sobre a responsabilidade decorrente da posse de um animal de estimação.

Pretendemos também valorizar o esforço reconhecido das Associações Zoófilas através dos serviços que prestam e por isso defendemos um incentivo à criação de condições, para que os animais possam ter cuidados médico-veterinários, sejam esterilizados e que se facilite a prestação desses cuidados aos animais cujos donos não tenham condições financeiras para tal, é o que está na ordem do dia, a falta de condições financeiras para tudo e em último lugar evidentemente para poder provir às necessidades de um animal de estimação que se tenha em casa.

Por último, mas não por ser menos importante no sentido de honrar e cumprir aquilo que foi determinado pela D. Alice Moderno, pioneira na defesa dos direitos dos animais na Região Autónoma dos Açores e por forma a que o hospital veterinário com o seu nome tenha um funcionamento no mínimo próximo do idealizado pela sua mentora, propomos, dizíamos nós, no último ponto do nosso Projeto de Resolução, que o Governo Regional promova uma parceria com uma Associação de Proteção de Animais no sentido da exploração do Hospital Alice Moderno através de protocolo que assegure tratamentos médico-veterinários a preços simbólicos para detentores de animais que apresentem carências económicas comprovadas e que desenvolva esforços no sentido da melhoria das instalações deste Hospital, de modo a honrar a memória da sua mentora, pioneira na defesa dos animais, como há pouco acabei de dizer. Este contributo que pode, aos olhos de alguns e de algumas, parecer um pouco anacrónico numa época em que dentro desta Casa e fora desta Casa, ainda de manhã o dissemos, a nossa preocupação fundamental é com as pessoas, sobretudo as pessoas que não têm meios de provimento (desempregadas), com carências económicas sobejamente conhecidas, que um partido ouse trazer a esta câmara uma preocupação com os direitos dos animais.

Sras. e Srs. Deputado, sobre esta matéria eu gostaria de adiantar já, prevendo qualquer crítica ou chamada de atenção neste sentido, o seguinte: qualquer sociedade humana sai honrada na sua humanidade se tratar os outros seres

vivos, e neste caso os animais, de uma forma digna, civilizada e, sobretudo, não envergonha nem a ética, nem a moral dos humanos.

Muito obrigada.

Deputado Humberto Melo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esta questão da sobrepopulação de animais ditos doméstico, cães e gatos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E das gatas e das cadelas!

A Oradora: ... é um problema que hoje em dia é comum a quase todos os centros urbanos.

Esta sobrepopulação acaba por ter como consequência, na grande maioria dos casos, o abandono.

Esse abandono resultante de uma sobrepopulação, acaba por contribuir para um aumento das chamadas populações errantes, vulgo animais vadios.

Há muitos anos quando os humanos decidiram fazer a domesticação dos gatos e dos cães...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E das gatas e das cadelas!

A Oradora: ... para terem o privilégio do convívio com animais de estimação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem alguma coisa contra as gatas?

A Oradora: ... e com o acréscimo de qualidade de vida que esses animais de estimação poderiam proporcionar, automaticamente assumiram a responsabilidade sobre estes animais.

Assumiram a responsabilidade por questões tão simples quanto esta: ao domesticar estas espécies deixaram de ter predadores naturais e a consequência foi a sobrepopulação.

Tenho aqui colegas que até podem corrigir-me, mas há 10 anos atrás o gato doméstico era considerado ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a gata também!

A Oradora: ... a segunda ou a terceira maior praga mundial.

A maioria dos municípios tem políticas de controlo populacional das gatas e das cadelas...

Deputada Zuraída Soares (BE): Boa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que passam na maior parte dos casos pela captura, manutenção e abate.

Esta medida, obviamente não resolve o problema até por que não está a resolver o que está na génese do problema, que é na maior parte das vezes, a procriação descontrolada e aquilo que acaba por resultar de um comportamento irresponsável ou de alguma ignorância por parte dos donos.

Se quiséssemos fazer um controlo das populações pelo método clássico que é hoje praticado nos municípios pela captura e abate, teríamos que fazer abates da ordem dos 180% porque os chamados animais sobreviventes têm uma taxa de procriação tão elevada que repõe facilmente os animais que são eliminados de circulação e como devemos imaginar é obviamente impraticável.

Penso que é fundamental nesta Casa que também temos um papel de exemplo educativo, fazer um trabalho sério, no sentido daquilo que hoje em dia tanto se fala que é a chamada guarda responsável, em que as pessoas antes de decidirem adotar um animal de estimação têm que pensar em várias questões, nomeadamente se a sua casa ou o seu apartamento permite-lhe efetivamente manter um animal, se têm efetivamente recursos que lhe permitam manter esse animal, e mais, que não reajam aos estímulos de crias que são muito fofinhas, muito lindinhas e pela pressão dos filhos levar essas crias porque essas crias vão crescer, vão tornar-se animais adultos, que têm um tempo médio de vida de 12

anos para o qual as pessoas têm que estar preparadas para essa responsabilidade.

Em última análise quando decidirem efetivamente ter animais de estimação, passarem a ter uma atenção muito especial àquilo que se chama a procriação indesejada. Nós fazemos isso na humanidade, começámos numa base, hoje somos uma sociedade civilizada onde isso é inquestionável.

Portanto, temos que aplicar a mesma lógica em relação aos animais.

Penso que é consensual que temos que mudar o estado das coisas, estamos sensibilizados para atuar em relação aos animais errantes, esta sobrepopulação.

A questão que se coloca é como?

Penso que, e deixo aqui esta minha sugestão, porque obviamente este controlo tem custos, e toda a gente deve estar a colocar a questão de como é que nós vamos fazer a esterilização, até porque neste Projeto de Resolução uma das sugestões que é feita como o controlo mais eficaz das populações errante seria a esterilização, como é que se vai poder pagar esta esterilização?

Eu acho que deveria ser feito um estudo no sentido de avaliar os custos que existem neste momento nos municípios em relação à captura, transporte, alojamento, eutanásia e ainda fazer alguma coisa com o cadáver (uma cremação ou o que quer que seja), versus a vacinação, tratamento e castração cirúrgica poderia dar um contributo muito interessante para podermos adotar um modelo que funcione e que seja pagável.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao analisar este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda, consideramos que é de ter em consideração o bem-estar dos animais, fazendo o que esteja ao nosso alcance para que se consiga atingir este objetivo. Mas há pontos neste documento em que concordamos plenamente, e outros em que encontramos algumas objeções.

Do trabalho que tem sido realizado pelos meios oficiais, também estamos de acordo que infelizmente ainda não é suficiente para diminuir o número de animais errantes nos Açores, pelo que é conveniente trazer este assunto a esta Câmara.

O abate dos animais que não conseguem ser adotados, com certeza não é uma medida tomada com o ânimo leve por qualquer canil municipal, em que a procura de outras medidas tem sido incentivada quer pelos seus colaboradores, ou mesmo em cooperação com as várias associações ligadas a este tema, e até com resultados positivos, como presenciamos recentemente numa campanha de adoção com animais enviados para a Alemanha.

Mesmo com as campanhas de esterilização e identificação de animais errantes, quando a lotação destes espaços se excede por tempo indeterminado, a necessidade ao abate ainda é uma infeliz realidade.

Nem com a boa vontade de todos os que aqui estão, seria impossível adotar todos estes animais que continuam errantes, ou mesmo aqueles que continuam por tempo indeterminado nos canis e associações da nossa Região.

Deve-se continuar o reforço nas campanhas de esterilização tanto nos canis municipais, assim como nas associações de defesas dos animais. Da mesma forma investir no melhoramento e licenciamento dos centros de recolha, identificando cada vez mais animais, promovendo campanhas de educação e sensibilização pública dirigida aos detentores de animais, envolvendo as próprias juntas de freguesia, evitando o abandono e conseguindo identificar quem o pratica e penalizando estas pessoas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois claro!

O Orador: O que efetivamente estamos em desacordo é na criação de um serviço público de atendimento veterinário, criando uma concorrência desleal com as várias clínicas veterinárias da nossa Região, sendo estas responsáveis por vários postos de trabalho, que assim ficam em causa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... numa época em que todas as iniciativas criadas com este fim são de louvar e proteger.

Estas mesmas clínicas têm realizado protocolos com as autarquias e associações, realizando campanhas de tratamento, vacinações e esterilizações a custos muito reduzidos, muitas vezes até em seu prejuízo económico e de tempo, ao que criando um serviço público estamos a prejudicar quem já tem contribuído para o bem-estar dos animais que tiveram a má sorte dos donos que os abandonaram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As pessoas acomodam-se ao que lhes é dado facilmente, criando assim até melhores condições para qualquer um ter um animal de companhia, e quem sabe aliviando a consciência de quem pouco a tem, no abandono dos seus animais, não na via pública mas até nos próprios centros de recolha.

O Hospital Alice Moderno, com o maior respeito pela memória e vontade da sua mentora, surgiu numa época em que a oferta de tratamentos veterinários aos animais de companhia era praticamente inexistente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... e mesmo da parte da sociedade, a mentalidade em relação a este assunto era outra. Funcionou nas instalações dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ponta Delgada, sempre com a boa vontade dos veterinários da casa, mas não evolui com o tempo, aparecendo então por iniciativa e da necessidade que se verificava as clínicas que hoje conhecemos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda hoje em dia, nas antigas instalações deste hospital veterinário, se praticam alguns tratamentos, mas nem sempre quem aparece são as associações zoófilas ou pessoas com dificuldade económica e que querem o bem-estar dos seus companheiros de quatro patas, muitas vezes quem aparece são pessoas que não se enquadram nestes perfis, e mais por vergonha e por bem querer, não se tem negado qualquer tratamento.

Os animais têm direitos, e antes de alguém ter o direito de ter um animal, tem que ter a consciência de se o pode ter ou não.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A defesa dos direitos dos animais tem sido desde sempre uma luta constante, felizmente, e tem conhecido avanços significativos nos últimos tempos.

Sabendo nós que será sempre uma questão que deverá merecer a melhor atenção e cuidado e que nunca deverá cair nas malhas do esquecimento, o PS demonstra aqui também a sua profunda preocupação para com os animais e os seus direitos afirmando também que esta é uma luta nossa e que subscrevemos com toda a nossa dedicação.

Salientamos com satisfação os avanços civilizacionais que significam o regime sancionatório aplicável aos maus tratos contra animais e o alargamento dos direitos das Associações Zoófilas, apresentado pelo PS e aprovado na passada semana na Assembleia da República e porque não dizê-lo, também, a criminalização dos maus tratos animais de companhia apresentado pelo PSD e também ele aprovado na Assembleia da República.

Salientamos também a atitude profundamente humana de centenas de açorianos que se juntaram recentemente dando as mãos num cordão humano pelos direitos dos animais nesta luta que claramente é de todos e aqui, em nome do Grupo Parlamentar do PS, reconheço com respeito.

Esta luta não deve conhecer cores partidárias deve apenas ser uma luta das pessoas por estes animais que tanto têm para nos dar e que o mínimo que podemos dar-lhes é o nosso reconhecimento e a nossa dedicação.

Temos dado passos positivos e assim é com satisfação que sublinho a abertura do BE às alterações propostas pelo PS à sua proposta inicial num espírito do mais elevado interesse pelos nossos animais.

Sendo assim o Grupo Parlamentar do PS irá aprovar o presente Projeto de Resolução reiterando a sua preocupação para com os direitos dos animais e para com a mudança de mentalidades que é estritamente necessária e acreditando verdadeiramente que debaixo deste teto devemos todos colher o melhor de nós próprios, proteger os desprotegidos e dar voz àqueles que não a tem.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente o Projeto de Resolução apresentado pelo BE e que tem a ver com a “Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes”.

Esta recomendação não vem resolver todos os problemas que têm a ver com esta temática e penso que a proponente tem disto consciência, mas é de facto um passo para um caminho que temos de percorrer até para se cumprir o desígnio que a Deputada Zuraida Soares referiu no final da sua intervenção.

Julgo que é fundamental que as câmaras municipais, as juntas de freguesia sejam envolvidas neste processo. É fundamental que as câmaras municipais sejam dotadas dos meios, designadamente os meios humanos para que possam ter ao seu dispor técnicos que possam contribuir até para que esta recomendação ao Governo possa ser cumprida e lembro que nem todas as câmaras municipais (ou pelo menos até há pouco tempo) da região tinham veterinário municipal.

Por exemplo, na cidade da Horta, até há bem pouco tempo não havia veterinário municipal e quem esteve durante algum tempo a exercer essas funções foi, eu não sei se uma senhora ou um senhor veterinário, em regime de ESTAGIAR L. Portanto há também esta questão.

É fundamental que existam os meios, designadamente os meios humanos e técnicos para que este conjunto de recomendações, possam ser levadas à prática.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é pertinente e merece da parte do PSD – Açores uma cuidada atenção. E a segunda versão do documento é bastante diferente da primeira, o que me levou a achar que aqui havia gato, ou se calhar havia PS.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não era estranho!

O Orador: É. É substancialmente diferente.

Essa cuidada atenção deriva do facto de haver partes do documento com as quais estamos de pleno acordo e outras com as quais discordamos e que serão merecedoras de adequado contraditório.

Concordamos com o facto de “o normativo legal em vigor sobre a proteção dos animais de companhia e a promoção do bem-estar animal, só por si, ser insuficiente para reduzir o número de animais de companhia errantes” nos Açores, pelo que “urge reunir medidas que o tornem consequente”.

No entanto, não achamos que os canis dos nossos municípios privilegiem o abate dos cães e gatos errantes não reclamados em detrimento de qualquer outra medida, como seja o controlo reprodutivo pela esterilização.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não?!

O Orador: A realidade, infelizmente, obriga a que o abate destes animais seja uma opção, a última das possíveis e, que, demasiadas vezes se torna inevitável, pelo simples facto de ser impossível alojar, alimentar e manter, nas melhores condições e por tempo indeterminado, o tão grande número de animais que são abandonados e posteriormente recolhidos pelos canis municipais ou pelos canis das associações de defesa ou de amigos dos animais.

Infelizmente, e ao contrário do que diz o texto do Projeto de Resolução do Bloco, a esterilização não é uma alternativa ao abate. É uma medida essencial aos objetivos que o Bloco pretende atingir, e com a qual concordamos, bem

como concordamos com a promoção de campanhas de incentivo à adoção responsável, mas que não evita que o abate daqueles animais que pura e simplesmente estão “recolhidos” há demasiado tempo e para os quais não se encontra a tal adoção responsável que tanto se deseja. O abate será sempre a medida de fim-de-linha.

Certamente que a Senhora deputada Zuraida Soares e todos aqueles que, como eu próprio, defendem os direitos dos animais, gostam de animais e tratam bem dos animais, não podem levar para casa e recolher todos os animais que veem pelas ruas. Do mesmo modo, serão sempre limitados os lugares nos canis e gatis que albergam os animais errantes que vão sendo recolhidos.

Que se tem de melhorar a aplicação e fiscalização dos normativos legais na Região, tem, sem dúvida.

Que se deve fazer da esterilização uma prática corrente e dotar os centros de recolha, canis municipais e ou pertencentes a associações de defesa dos animais de condições físicas ou protocolos com Médicos Veterinários para que se facilite a prática da esterilização dos animais em causa, plenamente de acordo.

Que se invista no melhoramento de condições e no licenciamento dos centros de recolha, de modo a que tenhas as condições mais próximas do ótimo que seja possível, também apoiamos.

Que se insista cada vez mais nas campanhas de educação e sensibilização pública, dirigidas aos detentores de animais, de modo a evitar os abandonos e a promover políticas de adoção responsável, do mesmo modo que também se deve fazer compreender às pessoas que só deve ter um animal de estimação quem dele puder cuidar devidamente; sem dúvida.

Que se corrijam as falhas existentes ao nível dos sistemas de registo dos animais, como é o caso do SICAVE, muitas delas fáceis de identificar e de resolver ao nível das juntas de freguesia; vamos a isso!

Agora, não concordamos que se crie um serviço público de atendimento veterinário seja ele com ou sem parcerias com uma associação de defesa dos animais em detrimento de outras. Talvez até já esteja escolhida a associação mais amiga dos animais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Se calhar está escolhida a privada!

O Orador: O que eu temo e foi aqui que se viu o dedo do PS, é que haja aqui uma ARRISCA animal neste processo.

Deputado Manuel Pereira (PS): Não arrisca!

O Orador: Chega de onerar o erário público quando tal não é necessário. As associações podem, só por si, desenvolver as próprias parcerias e protocolos. Deixe-se funcionar a livre iniciativa e criem-se condições para que essas parcerias sejam boas e germinem.

Os preços descem tanto quanto a ferocidade da concorrência seja em que atividade for. E, neste momento, o exercício da Medicina Veterinária privada é das atividades mais concorrenciais que existem nos Açores. Já há muito que passou o tempo em que havia falta de Médicos Veterinários na Região e, nos dias de hoje, as clínicas veterinárias, e os clínicos a nível individual, concorrem imenso entre si, quer ao nível dos serviços, quer também ao nível dos preços praticados.

Hoje em dia, governo, autarquias e associações, têm todas as condições para protocolar serviços e conseguir as mais favoráveis condições à prática dos atos Médico-Veterinários desejados. E se há detentores de animais que, com a crise, se viram a braços com enormes dificuldades para bem cuidar dos seus fiéis amigos, também há, em número igualmente grande, aqueles que são especialistas em se aproveitar de todas as vantagens de um eventual parasitismo do erário público.

Julgamos que o caminho mais adequado será o do fomento do associativismo nas organizações de defesa e direitos dos animais e a celebração de protocolos com estas entidades que possam trazer vantagens nos cuidados Médico-Veterinários prestados aos seus associados, mediante quotização. Assim se cria escala e assim se junta o útil ao agradável.

Quanto ao Hospital Alice Moderno, e sem querer desrespeitar a vontade da sua mentora, julgo que os tempos mudaram, a Medicina Veterinária evoluiu e aquele centro de atendimento está a cair na obsolescência não se justificando

por isso e por tudo o que atrás já foi referido, o investimento público naquela instituição.

Para terminar, é e será sempre importante educar as pessoas para o facto da decisão de ter um animal de companhia ser um compromisso de grande responsabilidade e longa duração. Quem não puder assumir esse compromisso, não deverá ter animais de companhia apenas por gostar deles. Também é preciso ensinar isso a algumas pessoas, infelizmente.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de destacar de facto a importância e a pertinência da discussão deste tema neste Plenário.

Dizer também, daquilo que é o entendimento do Governo sobre esta matéria, que é de facto do apoio a esta iniciativa, do apoio a todas as ações que contribuam para a diminuição dos animais errantes, em todas as ilhas da nossa Região.

É isso que de facto temos feito.

Mas gostaria de lembrar que toda a problemática que este tema em si envolve, está devidamente legislado e que recaem fundamentalmente sobre as autarquias a responsabilidade da condução destas matérias.

O Governo poderá, assim faz, e assim fará, desenvolver atos de sensibilização de promover iniciativas que conduzam a estes objetivos, mas a responsabilidade primeira do desenvolvimento da prática destas ações, é sem dúvida das autarquias sejam elas câmaras municipais, sejam elas juntas de freguesia.

O Governo tem apoiado iniciativas públicas, como certamente saberão, ao nível da vacinação, ao nível da identificação de animais em cooperação com associações protetoras de animais; o Governo promove e promoverá ações de sensibilização junto das populações, junto das associações, junto das próprias autarquias para que todos em conjunto possamos levar a bom porto todas as

iniciativas necessárias à obtenção dos objetivos que estamos aqui a discutir; o Governo poderá naturalmente atuar no desenvolvimento destas campanhas, junto dos cidadãos, junto das associações protetoras, junto das autarquias conforme o BE propõe; o Governo poderá, e fará naturalmente, com gosto a promoção de protocolos de cooperação com associações protetoras de animais que tenham iniciativas nesse sentido também; quero referir que em termos de SICAF o esquema está perfeitamente montado. O Governo não assume aqui quaisquer responsabilidades em termos de alguma deficiência na sua intervenção, porque o sistema está montado, funciona.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Mas o PS vota a favor!

O Orador: Existe a obrigatoriedade para que os médicos veterinários devam informar as juntas de freguesia até ao décimo quinto dia do mês seguinte de todas as intervenções que fizeram em termos de identificação animal no mês anterior.

Portanto o Governo poderá naturalmente incentivar o desenvolvimento destas ações, mas não assume aqui qualquer responsabilidade em termos de falha na sua intervenção.

Quanto ao Hospital Veterinário Alice Moderno, foi de facto um legado à Região da D. Alice Moderno, já há largas décadas atrás e de facto o hospital teve ao longo deste tempo determinadas evoluções que foram determinadas em função dos tempos que entretanto foram evoluindo.

O hospital teve, numa determinada época, um funcionamento diário em termos de horário completo, depois mais recentemente funciona ao final da tarde em cada um dos dias e aos sábados durante as manhãs e é assim que se mantém praticando preços em algum tipo de intervenção relativamente abaixo daquilo que é o preço praticado em consultórios particulares.

O Governo também já teve ao longo do tempo várias intenções de assinar protocolos com o objeto que o BE aqui propõe, com algumas associações de proteção dos animais, mas em circunstância nenhuma esses protocolos foram bem-sucedidos, porque, infelizmente, por circunstâncias várias não foram reunidas as condições para que esses protocolos e as associações que se

mostraram interessadas em determinado momento, quando era para incentivar esses protocolos, para pô-los em prática, houve aqui algum desinteresse porque as circunstâncias também não acolheram essas ideias.

Portanto, o Governo continua naturalmente disponível, havendo uma associação que se mostre interessada, em estabelecer um protocolo nesse sentido, como forma também de contribuir para que a diminuição dos animais errantes na nossa Região, que é um dos objetivos primeiros se não o mais importante da Proposta de Resolução que estamos a discutir, seja de facto efetiva.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional essa sua intervenção deixou-nos um bocadinho confusos, depois da intervenção da Sra. Deputada Marta Couto.

Sr. Secretário o que aqui está plasmado na Resolução é: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional...”.

Portanto eu não percebo como é que o Governo não tem qualquer responsabilidade nesta questão.

O nº. 3 diz: “promova a realização de campanhas de sensibilização (promove, o Governo);

“Promova a sensibilização necessária para a correção de falhas (promove, o Governo)”;

“Promova uma parceria ... (o Governo é que vai promover a parceria e para parceria é preciso dois no mínimo)”.

Eu não percebo como é que o PS aprova e o Governo se responsabiliza da situação.

Citando o Sr. Deputado Berto Messias novamente, gosto muito desta frase dele “ou se canta ou se assobia”.

As duas coisas ao mesmo tempo o Sr. Secretário não vai poder fazer de certeza.

Deputado Berto Messias (PS): Não é minha! Sejam justos. É um ditado!

O Orador: Ouvi-o aqui já citar isso duas vezes e cito sempre com gosto “ou se canta ou se assobia”. Como é que o Governo não tem qualquer responsabilidade na matéria?

É isso que nós temos que perceber Sr. Secretário.

Sobre esta matéria devo dizer que são legítimas as preocupações aqui, mas também permitam-me que chame a atenção para uma iniciativa, estou muito satisfeito com isto, da Juventude Popular de S. Jorge que recolheu uma tonelada de animais...

(Risos da Câmara)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dois touros dava!

O Orador: ... de alimentos para os animais do canil municipal.

Portanto, uma iniciativa muito meritória de cidadania, ativa, que é de facto um exemplo e deixa-nos, naturalmente, a todos muito satisfeitos, deste grupo de jovens, é a segunda vez aliás que o fazem, de recolherem alimentos para os animais do Canil Municipal de Velas, como já tinham feito o ano passado.

É preciso também alimentar os que estão lá porque se não morrem. Podem morrer também de fome, o que acontece a alguns e é bem pior do que irem para abate.

Portanto, muito meritória esta iniciativa que queria aqui deixar registo.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): E vota favoravelmente o Projeto de Resolução. A Juventude Popular não lhe perdoará, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta matéria tem vindo a ser abordada cada vez com maior frequência na vida política portuguesa, até deu origem ao surgimento de um partido político em

Portugal, que aliás tem vindo a obter resultados significativos, justamente na área do BE.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Potencial aliada do PAN!

O Orador: Considero que em relação a estas preocupações ...

Sra. Deputada o que lhe estou a dizer é que é uma realidade factual, Sra. Deputada. Então a proposta é de quem? É sua, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a falar de comigo? Desculpe!

O Orador: Estou a falar consigo, da sua proposta, da sua iniciativa.

Estava a dizer que é factual é que esta questão deu até origem ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual questão, Sr. Deputado?

O Orador: A questão da defesa dos direitos dos animais, das condições e a dignificação dos direitos dos animais, esta questão deu origem ao surgimento dum partido político.

Verdade ou não?

Agora, Sra. Deputada, a questão é que como bem sabe este partido político ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual questão, Sr. Deputado?

O Orador: Não fique assim Sra. Deputada.

Como bem sabe este partido político, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual?

O Orador: O PAN situa-se na área política do BE, com ex-militantes do BE, com ex-dirigentes do BE.

Deputada Zuraída Soares (BE): Só o senhor é que sabe isso!

O Orador: Sra. Deputada, quer que eu seja ainda mais explícito?

Vou ser mais explícito.

Esta proposta do BE é uma concorrência a esse fantasma.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Deputado, reforme o PAN!

O Orador: Oh Sra. Deputada, esta proposta tem esse objetivo estratégico.

Bom, a Sra. Deputada é que me levou por estes caminhos.

Portanto, o que lhe quero dizer é que eu considero que esse é o discurso considerado politicamente correto, mas eu considero que é importante que se

faça neste parlamento também o discurso da responsabilidade e do pragmatismo.

Deputada Zuraída Soares (BE): E da verdade histórica!

O Orador: A questão é esta.

Eu observei há muito pouco tempo uma campanha de esterilização na Ilha do Corvo, onde os gatos são de facto um problema, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda há gatos?

O Orador: ... são mais de 400 gatos, dá um por cada habitante e assistimos a uma campanha de esterilização.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quantas gatas? Sabe?

O Orador: O que é que aconteceu? Não funcionou, há mais gatos ainda.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Aí há gato!

O Orador: Ou seja, durante um ano tivemos a esterilização dos gatos na Ilha do Corvo. O que é que aconteceu? Eu olho e vejo mais gatos. Toda a gente na Ilha do Corvo verificou que existiu algum problema com o método, o método não foi eficaz Sra. Deputada.

Este é um caso real.

A seguir o que é que aconteceu?

Deputada Zuraída Soares (BE): Mataram-se os gatos!

O Orador: Depois da campanha de esterilização ter falhado, criou-se uma reserva, agora há uma reserva anti predador, ou seja foi criada uma vedação onde são protegidos os ninhos dos cagarros. Os cagarros ainda não descobriram essa reserva.

Neste momento ainda não estão a nidificar na reserva que foi criada para eles.

Deputada Zuraída Soares (BE): Os gatos?

O Orador: O que eu noto é que se está a gastar muito dinheiro público, quer na esterilização, que não funcionou, quer também em relação a esta reserva que ainda não tem um impacto que se esperava.

Ora bem, a questão é esta...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas dos gatos ou dos cagarros?

O Orador: ... é que neste momento na Ilha do Corvo nós temos um problema: tendo uma das maiores populações de cagarros dos Açores, o que acontece é que cerca de 60% dos ninhos são destruídos pelos gatos. Cerca de 60%

Deputado Artur Lima (CD-PP): Sr. Secretário, vamos lá!

O Orador: Ou seja, temos um problema grave em relação às aves marinhas, porque o seu habitat está a ser destruído pelos gatos. A questão é esta. Eu estou a dar-lhe o número e o Sr. Secretário sabe que este número é correto. 60% dos ninhos são destruídos.

Todos se lembram daquela célebre imagem do ninho do cagarro, que foi filmado em direto, todos os dias, online. O que é que aconteceu? Chegou lá o gato e comeu cagarro, ao fim de algumas horas.

(Risos da Câmara)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E em direto!

O Orador: Em direto.

Portanto, eu considero é que em relação a estas questões nós temos, ...

Sra. Deputada não fique assim!

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não fico. Eu sou assim!

O Orador: O que eu quero dizer é que em relação a estas políticas não temos que ser fundamentalistas. Muitas vezes nalgumas situações depois da esterilização não ter funcionado, temos que encontrar outras soluções.

Portanto, nestas questões eu sou fundamentalmente defensor ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Do extermínio!

O Orador: ... do equilíbrio e de políticas absolutamente pragmáticas Sra. Deputada e que funcionem, que não signifiquem que nós temos aqui uma despesa quer com a esterilização, quer depois com a construção de outras soluções que também não funcionaram e entretanto nós temos um problema real, é que 60% do número de cagarros são destruídos na Ilha do Corvo. Este é um problema e nós temos que encontrar uma solução.

Bom, eu dei-lhe apenas um exemplo real...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas há mais!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas há mais! As galinhas!

O Orador: ... mas tenho mais, mais questões para referenciar-lhe, Sra. Deputada.

Aqui no ponto nº. 6, diz a Sra. Deputada o seguinte: “Promova uma parceria com uma Associação de Proteção de Animais no sentido da exploração do Hospital Alice Moderno através de protocolo que assegure tratamentos médico-veterinários a preços simbólicos para detentores de animais que apresentem carências económicas comprovadas ...” Devem ser os donos dos animais que apresentem carências económicas comprovadas. Não é?

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não disse!

O Orador: Bom, agora o que eu lhe digo é o seguinte: este hospital está em S. Miguel. Certo?

O que é que acontece a quem tiver carências económicas e tiver o seu cãozinho na Terceira ou na Ilha do Corvo, Sra. Deputada?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai na SATA!

Deputada Zuraída Soares (BE): Com direito a acompanhante!

O Orador: Viaja para o hospital de S. Miguel com o seu cãozinho e o seu gatinho?

Deputada Zuraída Soares (BE): Pode mandar o cagarro também!

O Orador: Oh Sra. Deputada, eu considero que a sua proposta é do ponto de vista das soluções que apresenta centralizadora, porque a Sra. Deputada aqui apresenta uma situação, resolve uma situação, tem aqui uma iniciativa para uma ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Pergunto-lhe então: no seu Projeto de Resolução o que é que acontece às pessoas com carências económicas que têm o seu cãozinho e o seu gatinho noutras ilhas?

Deputada Zuraída Soares (BE): Mata-se por causa dos cagarros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É contra os cagarros?

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu?!

O Orador: A Sra. Deputada já não apresenta nenhuma solução.

Portanto, nesse sentido eu considero que a sua proposta é demasiado fundamentalista, a sua proposta não é pragmática e mais, a sua proposta é até centralista também nesta nova matéria, que nós estamos a desbravar.

Portanto, começamos mal já com uma visão centralista em relação a esta questão, por isso não posso votar a favor da sua proposta Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é por isso. É por causa dos cagarros! Seja sincero!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São espécies protegidas, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer particularmente o seu Deputado Artur Lima porque de facto não há aqui confusão de natureza nenhuma.

Aquilo que eu disse é que de facto existem competências que são das autarquias e existem competências que são do Governo e naturalmente que essas que são do Governo respeitaremos, acolhendo aqui a iniciativa da Deputada do BE e entendendo também que havendo uma resolução nesse sentido desta Casa, estas posições ficam todas mais reforçadas, porque no fundo isto não é um problema do Governo, não é um problema de muitos partidos aqui presentes, é um problema da nossa sociedade e enquanto assim é todos devemos ter o máximo empenho na minimização destas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada Sr. Secretário.

Tem assim a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com todo o respeito e até agradecimento pelos contributos dados por todas as bancadas para o debate sobre esta iniciativa do BE não posso deixar de dizer que houve, pelo menos um momento zen, que ficará para a história deste Parlamento e ao qual tentarei dar resposta nesta minha intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): É uma resposta zen, Sra. Deputada!

A Oradora: Não é Sr. Deputado. Olhe que é fácil. Já vai ver, é só um bocadinho.

Para o BE não temos a mínima dúvida que com a aprovação deste Projeto de Resolução é dado um primeiro passo nesta Casa para que seja verdade a afirmação de que uma política que na sua totalidade pretende ser progressista, não pode descurar os direitos dos animais.

Por isso o BE congratula-se com a aprovação deste Projeto de Resolução pelo Partido Socialista.

Mas não posso deixar de dar resposta a algumas das questões e dúvidas que legitimamente foram levantadas.

Uma delas prende-se com os custos do controlo, os custos da esterilização. É legítimo perguntar, mas eu que não sou uma *expert* em animais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não?!

A Oradora: Depende de quem estiver ao lado Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: ... tive o cuidado de perguntar ao senhor veterinário do canil de Ponta de Delgada, que me esclareceu e esclareceu o BE também de que o custo de uma esterilização é praticamente igual ao custo de um extermínio, nomeadamente por eletrocussão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São elas por elas!

A Oradora: Ou seja quem está preocupado que a esterilização seja um custo indigno para os cofres públicos, pode ficar tranquilo, porque quando os animais são abatidos, por exemplo, por eletrocussão, nós contribuintes, estamos a pagar praticamente a mesma coisa. Isto relativamente aos custos do controlo.

Depois a necessidade do abate. A necessidade do abate dos animais, como aqui foi dito, por excesso de população e por escassez de espaço. É verdade, porque a maior parte dos canis e gatis da nossa Região, estão tudo, menos apropriados para de uma forma minimamente digna (não é para os animais, é para nós que os pomos lá dentro) receberem esses mesmos animais.

Eu conheço alguns dos canis desta Região e alguns deles são absolutas salas de tortura. Não são salas de controlo nem de receção de animais. São de tortura. Isso é indigno, Sras. e Srs. Deputados, não é dos animais, é de nós humanos que os tratamos dessa maneira e é de uma política que permite essa situação.

Portanto, vir dizer, é necessário abater, evidentemente que nós nunca conseguiremos correr atrás do prejuízo ao ponto de garantirmos que a esterilização vai erradicar de uma vez por todas a necessidade de abate, por melhor que sejam as condições de receção e por todas as práticas possíveis.

Agora uma coisa é certa: poderemos fazer daquilo que hoje é a regra, que é o abate, a exceção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Regra?

A Oradora: É a regra.

É bom lembrar que no canil de Ponta Delgada são abatidos seis animais por dia. É considerável, Sras. e Srs. Deputados. Isto não é uma exceção, isto é a regra.

Portanto, sabendo com toda a razoabilidade que o abate não é uma prática erradicada definitivamente podemos trabalhar no sentido de a tornar cada vez mais uma exceção. Portanto, um mal necessário, digamos assim, quando todos falharam. O tal fim de linha como eu ainda agora fazia a relação com a incineradora.

Depois, a concorrência desleal com as clínicas privadas.

Eu achei curioso que, nomeadamente, da parte do PSD, que aliás teve duas intervenções sobre esta matéria, o que também diz sobre a importância que esta matéria lhe merece, concordando, se bem percebi, com todos os considerandos e com todas as alíneas, digamos assim, do Projeto de Resolução, havia um, exatamente o último, que faz toda a diferença na medida em que criou uma

concorrência desleal com as clínicas privadas, leia-se “clínicas veterinárias privadas”.

Sras. e Srs. Deputados:

Tanto que nós nesta Casa temos falado em radicalismo, fundamentalismo e até fanatismo. Eu pergunto: que maior fundamentalismo, que maior radicalismo e que maior fanatismo, do que arriscar tudo, tudo pôr em causa, e tudo o quê? A saúde pública, a civilidade, o progressismo e a humanidade do humano, em nome de quê? Em nome dos interesses dos privados...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: ... isto é, em nome do lucro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sabe que as clínicas tratam dos animais!

A Oradora: Façamos uma coisa Sras. e Srs. Deputados, acabemos com os hospitais públicos porque os hospitais públicos fazem uma concorrência danada e desleal às clínicas privadas de saúde.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não pode comparar!

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Deputada, isso é pura demagogia!

A Oradora: Tenho. Tenho que comparar. É exatamente a mesma coisa.

Agora, os Srs. Deputados, que estão preocupados com as clínicas privadas, não estão preocupados com as pessoas que ...

Deputado Luis Rendeiro (PSD): Que trabalham nas clínicas privadas! Vão ser privadas!

A Oradora: Não. Não.

... adotam e recebem animais e que a determinada altura da sua vida, por causa do tal desemprego que os senhores hoje de manhã estiverem aí, tão bem, a chamar a atenção, não têm dinheiro nem para comer, nem para os seus filhos, quanto mais para o cão e para o gato, que tem à sua frente e tem que ter uma solução para ele.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Se esterilizar deixa de comer!

A Oradora: Portanto, essa coisa de estar preocupado com as clínicas privadas, mas não estar preocupado com as pessoas e com os animais, subverte

inteiramente as boas intenções que eu acredito que estão no espírito do PSD sobre este Projeto de Resolução.

Relativamente ao Hospital Veterinário Alice Moderno.

Srs. e Srs. Deputados:

A Região aceitou o edifício e aquele edifício está em Ponta Delgada, não está na Terceira, nem no Corvo, nem na Graciosa. Está em Ponta Delgada. A Região aceitou os terrenos, que por acaso estão em Ponta Delgada, não estão no Corvo, nem na Terceira, nem na Graciosa. A senhora legitimamente disse assim: “Isto fica para a Região, com a condição de que em dois anos (ela marcou o tempo) este edifício seja transformado num hospital veterinário, onde as pessoas sem recursos, portanto as pessoas portadoras de carências económicas, possam recorrer quando querem tratar os seus animais.

Portanto, Srs. e Srs. Deputados, não vale a pena fazer essa chantagenzinha, mais uma vez esse bairrismozinho ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bairrismo, Sra. Deputada? Centralismo, senhora!

A Oradora: ... “então as outras ilhas que não têm o Hospital Veterinário Alice Moderno?”

Se a D. Alice Moderno viveu em Ponta Delgada e deixou a Ponta Delgada, nas outras ilhas não há Hospital Alice Moderno.

Se nós aceitámos o terreno e aceitámos o edifício temos que honrar a memória e temos que honrar o desejo desta senhora, que foi muito claro mas que na realidade, Sras. e Srs. Deputados, ainda não foi cumprido porque aquele hospital veterinário, ainda não é um hospital público. Mas o BE quer acreditar...

(Diálogo entre os Deputados Artur Lima e José San-Bento)

A Oradora: Não quero de maneira nenhuma perturbar o vosso diálogo, mas se me permitirem continuar.

... que este é um primeiro passo, este passo que estamos a dar aqui neste momento para que um dia a breve trecho o Hospital Veterinário Alice Moderno se possa transformar num verdadeiro hospital público.

O caminho faz-se caminhando, nós estamos a caminhar, estamos a dar um primeiro passo. Lá chegaremos com a vontade e com as decisões de todas as Sras. e Srs. Deputados.

Finalmente (eu tinha escrito aqui porque na altura o Sr. Deputado Paulo Estêvão ainda não tinha tido a gentileza de intervir neste debate) ninguém perguntou, pelo menos ninguém tinha perguntado até ao momento em que eu escrevi, o que é que acontece nas ilhas onde, exatamente, não tiveram a sorte de ter uma senhora chamada Alice Moderno, que foi pioneira na defesa dos direitos dos animais da nossa Região, que viveu em S. Miguel e deixou aquele património em Ponta Delgada.

As outras ilhas têm uma coisa que se chama Centros de Recolha Oficiais, onde o mesmo tipo de prática e preocupação deve ser correspondida.

Sendo este Projeto de Resolução, apresentado pelo BE, omissos nesta matéria, ainda que lhe pareça óbvia, fica o compromisso do BE de que apresentaremos um aditamento (este aspas) a este Projeto de Resolução, por forma a clarificar que nas ilhas onde não existe o Hospital Alice Moderno, que é como quem diz em mais 8 ilhas dos Açores, as famílias, as pessoas e os donos de animais com carências económicas, não deixarão de ter acesso ao seu tratamento, aos tratamentos necessários dos seus animais.

Fica o compromisso de que o BE entregará um Projeto de Resolução com este objetivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um?

A Oradora: E os mais que ainda estão para vir.

Finalmente, foi também dito aqui que os tempos mudaram (isto a propósito ainda do Hospital Veterinário Alice Moderno), os tempos mudaram, de facto o mundo não é como em 1912, nem 1942, mas há uma coisa que não mudou Sras. e Srs. Deputados, foi um património legado à Região, por acaso em Ponta

Delgada, com uma contrapartida, que era transformar aquele património num hospital veterinário público.

Isso não mudou de maneira nenhuma. Como é que lá chegaremos? Bom, é passo a passo. Vamos vendo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Gasta do seu bolso!

A Oradora: Até pode acontecer que o Governo da República PSD/CDS um dia destes caia pelo caminho e os recursos económicos e financeiros desta e de todas as outras regiões do País possam vir a permitir ter um hospital veterinário público na RAA.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um dos pontos aqui que a Deputada Zuraida Soares falou foi a condição sócio económica das pessoas.

Acho que o mais óbvio nesta discussão é que quem está em dificuldade para se manter, obviamente não pode manter animais. É uma decisão que tem que tomar.

Eu próprio trabalhei com uma associação de recolha de animais, que nem eram cães, cadelas, gatos, ou gatas, mas sim cavalos e éguas, em que os donos preferiam o abate do que ir lá buscá-los.

Eu não sei se a Sra. Deputada reconhece qual é o funcionamento do Hospital Alice Moderno, nos dias de hoje?

Deputada Zuraida Soares (BE): Conheço, conheço!

O Orador: Nestes dias eu estive ligando para alguns veterinários que fazem lá algum serviço, e para alguns que lá estiveram, as pessoas recorrem ao Hospital Alice Moderno com a ideia que é tudo de graça, a verdade é esta...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não é!

O Orador: Pois não, cede o espaço, mas a medicação e os tratamentos que são feitos é por conta do veterinário que lá está. No fim do tratamento as pessoas

regateiam o preço e em muitos dos casos abandonam os animais à porta do Hospital Alice Moderno.

Deputada Zuraída Soares (BE): E fica surpreendido Sr. Deputado, depois do que se passa na Região?

O Orador: Não, não fico.

O que devia ser feito eram medidas para que essas pessoas nem chegassem a ter esses animais. Mais do que os direitos dos animais há as pessoas aqui também. Acho que isso tem de ser visto primeiro.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: A GNR tem feito algum trabalho neste sentido.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem feito!

O Orador: Do resultado deste trabalho tem se visto alguma redução dos animais que havia.

Deputada Zuraída Soares (BE): Na rua!

O Orador: Na rua e não só.

Derivado às queixas, se esses animais têm chip se não têm e por aí é que se tem feito alguma redução.

Não sei se conhece, por acaso não conheço, quais são os dados do abandono animal, se tem reduzido, se tem havido um aumento ou não.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! Estão a aumentar. Aliás, à medida que as carências económicas aumentam, os cães são abandonados!

O Orador: Outra coisa que faltou aqui também ver foi qual o parecer da Ordem dos Médicos Veterinários em relação a isso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual parecer?

O Orador: Para discutirmos isto deveríamos ter também acesso ao parecer.

Deputada Zuraída Soares (BE): E por que é que não há parecer?! Não é por causa do Bloco de Esquerda que não há parecer. Não fazemos parte da Comissão!

O Orador: Não sei.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem assim a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na minha segunda intervenção, a propósito da concorrência desleal com as clínicas privadas, eu esqueci-me de referi, só para dar uma ideia daquilo a que eu chamei a preocupação com o lucro, que é o seguinte.

O custo médio de uma esterilização de um animal no setor privado é cerca de 100€ para cima ...

Deputada Graça Silveira (PSD): Isso em São Miguel!

A Oradora: Em S. Miguel, eu sei bem porque tive uma cadela. 100€ para cima!

Ora, o custo de material necessário, não é o BE que o diz, é um veterinário, para uma esterilização é cerca de 10, 15€ para machos e 25, 30€ para fêmeas. É curiosa esta diferença.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é, não senhora. Depende do peso do animal!

A Oradora: Isto sem o preço da mão-de-obra. Volto a repetir, 10, 15€ - 25, 30€

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É falso!

A Oradora: ... para 100 ou 120, ou 140, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é nada disso!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados deixem-me dizer-vos uma coisa, o lucro já não é uma questão de concorrência, é uma questão de indecência.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, de facto há aqui questões que gostaria, uma vez que o Projeto de Resolução é o do BE, que a Sra. Deputada me dispensasse alguma atenção que é consigo que eu estou a falar.

De facto há problemas que são prementes e pertinentes no Projeto de Resolução que V. Exa. aqui apresenta, para os quais já manifestámos a nossa concordância, agora há de facto outras questões incontornáveis.

A Região Autónoma dos Açores não tem capacidade para criar um serviço de saúde pública veterinária. Isso é uma utopia!

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas isso não faz parte do projeto!

O Orador: Faz, porque já quer criar um hospital público em S. Miguel e quer criar condições equivalentes nas outras ilhas todas dos Açores.

Deputada Zuraída Soares (BE): Leia o projeto!

O Orador: Foi o que a senhora acabou de dizer aqui por aditamento ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Leia o que está no nosso projeto!

O Orador: Não era um aditamento que ia fazer?

Seja séria e não negue aquilo que disse aqui.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nas outras ilhas!

O Orador: O que é que eu estou a dizer? Oh Sra. Deputada tenha paciência!

Há de facto pessoas, uns por vício, outros por mentalidade, não gostam, ou não estão preparados para pagar contas dos seus animais, mesmo podendo fazê-lo.

Eu estou à vontade para falar, porque sendo médico veterinário não tenho clínica veterinária. Trabalhei numa cooperativa agrícola (não tenho clínica veterinária) portanto posso falar com toda a isenção sem ser acusado de estar aqui a defender qualquer espécie de *lobbie*.

No entanto a senhora incorreu mais uma vez numa inverdade ao falar dos preços dos custos das esterilizações.

Deputada Zuraída Soares (BE): Praticados em São Miguel!

O Orador: Mas a senhora incorreu numa inverdade porque é muito diferente esterilizar uma cadela caniche ou esterilizar uma cadela S. Bernardo, porque o custo da medicação está diretamente relacionado com o peso do animal, que tem a ver com a dose e com a quantidade dos medicamentos aplicados...

Deputada Zuraída Soares (BE): Por catálogo!

O Orador: ... o que faz com que possa haver diferenças do dobro, do triplo ou do quádruplo no preço da medicação consoante o animal e o tamanho que seja para esterilizar.

Portanto, isso faz toda a diferença.

Nós não podemos estar aqui a falar de utopias e aquilo que a senhora quer fazer em relação à proposta do hospital público é uma utopia.

Mais, quanto a fundamentalismos e ao apoio do lucro e dos privados.

A senhora, neste momento, não faz a mínima ideia de quanto lutam para sobreviver devido à concorrência que fazem umas com as outras, as clínicas veterinárias desta Região. Não faz!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A existência de um serviço que faça à borla todos os serviços veterinários num centro urbano, como o de Ponta Delgada, nem vou falar no das outras ilhas, o que vai fazer é com que fechem clínicas, vai fazer com que fiquem sem emprego médicos veterinários, enfermeiros veterinários, auxiliares de consultório, empregados de limpeza, porque estas empresas são micro e pequenas empresas e como bem sabe as micro e pequenas empresas são elas que criam emprego e que dão rendimentos às famílias, elas vão levar uma grande pancada e vai levar ao aumento do desemprego na Região.

Nós todos estamos preocupados com os animais e os seus direitos sim, mas as pessoas vêm primeiro, Sra. Deputada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tencionava intervir sobre esta matéria, mas parece-me que a Sra. Deputada Zuraída Soares entusiasma-se um bocadinho com as coisas e diz algumas coisas que não são corretas.

A Sra. Deputada referiu aqui os preços, que eu não duvido que tenha pago 100€

...

Deputada Zuraída Soares (BE): Para esterilização!

O Orador: ... ou as outras pessoas pagaram e dizendo que o material técnico custa apenas 15 a 20€.

A Sra. Deputada não sabe quais são os custos, além do material técnico.

Primeiro há os honorários do médico veterinário; ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mão-de-obra! Foi o que eu disse!

O Orador: ... depois há os honorários do assistente ou do auxiliar; ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Extensão de mão-de-obra!

O Orador: ... depois há os custos de amortização do investimento da clínica que montou; depois há os custos de manutenção do edifício (água, luz, rendas, etc., etc.).

Portanto, Sra. Deputada, quando vai formar um preço tenha ao menos a decência de saber como é que se forma esse preço, para não estar aqui a dizer barbaridades como acabou aqui de dizer, insultando os privados que criam emprego nesta Região. Quem cria emprego nesta Região, são os privados, criam muito nesta área, área da veterinária.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quem cria emprego são os privados? E o Governo?

O Orador: A esmagadora maioria dos veterinárias desta Região, são profissionais liberais que criaram o seu próprio emprego, a sua própria clínica, pagam os seus impostos, pagam a segurança social e a senhora aqui insulta gratuitamente, Sra. Deputada Zuraída Soares.

Defenda lá os gatinhos, as gatinhas, da maneira que quiser, agora não insulte as pessoas, não insulte quem trabalhou para tirar um curso, e não insulte quem trabalha todos os dias, paga impostos e a senhora com essa sua demagogia pura vai levar à falência, mas há-de ser responsabilizada por isso.

É irresponsável aquilo que a senhora aqui acabou de dizer.

Vou às clínicas privadas, conheço as clínicas privadas, conheço muito bem a iniciativa privada nessa e noutras matérias.

Se a senhora vem para aqui, diga-me que capacidade tem a Região, a nível do emprego público, para absorver os açorianos licenciados em medicina veterinária? Onde é que lhes vai arranjar emprego no setor público? É uma questão que lhe coloco e que a senhora vai responder.

Já agora, como vai fazer mais um projeto de resolução, faça dois ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é uma ordem?

O Orador: ... e crie um regulamento de deslocação para os animais e seus donos irem à consulta.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De preferência por altura de Santo Cristo!

O Orador: É preciso ter um regulamento de deslocação de doentes animais para irem à consulta. É preciso também prever verba para isso, Sra. Deputada. Isto podia ter sido uma coisa pacífica. A senhora foi fundamentalista e não conseguiu que nesta Casa se conseguisse alguma harmonia em defesa dos animais. A senhora acabou por prejudicar os animais.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem assim a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com toda a franqueza, Sr. Deputado Artur Lima, eu espero que os animais não o tenham ouvido por que senão neste momento estão muito zangados comigo porque eu prejudiquei os animais desta Região.

Mas queria dizer-lhe duas ou três coisas a propósito da sua intervenção.

Disse o senhor que eu fui demagógica (não disse mentirosa, mas andou lá perto) porque omiti uma quantidade de custos para além do mero ato cirúrgico.

Eu vou reler-lhe, porque a demagogia está do seu lado, a falta à verdade está do seu lado, o que há pouco li: “100€ é o custo médio de uma esterilização no setor privado (quando não é mais), ou seja é de 100 para cima; o custo do material necessário para uma esterilização são cerca de 10, 15€ para machos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, e no público não há custo nenhum!

A Oradora: ... e 25, 30€ para fêmeas, sem o preço de mão-de-obra”.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quem é que paga?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No público não se paga nada das outras despesas!

A Oradora: Oh Sr. Deputado, no preço de mão-de-obra evidentemente estão incluídos todos os custos que não são o mero ato cirúrgico.

Por exemplo, se o médico estiver constipado e tiver primeiro que ir a uma consulta para tratar a constipação antes de ir fazer o ato médico também é um custo acrescido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, é?!

A Oradora: Oh Sr. Deputado então vou dizer-lhe uma coisa, isso era uma fatura que mais parecia um rolo de papel higiénico, nunca mais terminava.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é que o diz! Ao ponto que isto chegou!

A Oradora: Portanto, a demagogia está da parte da sua intervenção.

Depois, o Sr. Deputado acusou-me de não estar atenta à sua intervenção (eu pedi desculpa porque na realidade deveria estar atenta) mas deixe-me dizer-lhe que o senhor não só não esteve atento à minha, como não esteve atento à leitura do ponto 6 do Projeto de Resolução, que eu faço questão de reler nesta câmara e que diz assim: “Recomenda-se ao Governo Regional que promova uma parceria com uma Associação de Proteção de Animais no sentido da exploração do Hospital Alice Moderno através de protocolo ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a Arrisca?

A Oradora: Quer que eu leia ou ... O Sr. Deputado afinal não quer estar atento. Se quer que eu lhe preste atenção dê-me a graça de também estar atento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Leia, se faz favor!

A Oradora: Vou continuar.

... que assegure tratamentos médico-veterinários a preços simbólicos (e agora vou enfatizar) para detentores de animais que apresentem carências económicas comprovadas (ênfatiso comprovadas) e desenvolver esforços no sentido da melhoria das instalações, etc. etc. etc.”.

O que é que isto quer dizer Sr. Deputado?

Para bom entendedor meia palavra basta.

Um dono de um animal, de um cão ou de gato, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os animais errantes têm dono?!

A Oradora: ... que tem poder económico para ir a um privado, não vai com certeza ao Hospital Veterinário Alice Moderno ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai!

A Oradora: Bom então engana o fisco porque se tiver que comprovar como aqui está, a sua carência económica, das duas uma: ou engana o fisco ou não vai ao Hospital Veterinário Alice Moderno.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas então vamos prejudicar?

A Oradora: Mais, dizia o Sr. Deputado Artur Lima que eu ia ser responsabilizada por uma quantidade de coisas, vá-se lá saber, com a morte das galinhas também.

Queria dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado, quem há-de ser responsabilizado, quem está a ser responsabilizado neste País pelas atrocidades que comete, não com os animais, mas com as pessoas, é o Governo do seu partido e do PSD na República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já cá faltava!

A Oradora: Portanto não me venha falar a mim de responsabilidades para com os animais, preocupe-se com as responsabilidades do seu Governo com as pessoas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Claro! Era com isso que a senhora devia estar preocupada!

A Oradora: ... com os trabalhadores, com os reformados, com os jovens que procuram emprego, com os emigrantes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

A Oradora: ... preocupe-se com isso antes de me acusar-me de estar a abusar dos animais.

Finalmente, foi aqui falado num tal dum regulamento de deslocamento dos animais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deslocação das outras ilhas!

A Oradora: Sr. Deputado Artur Lima fico excitadamente à espera dessa proposta do CDS-PP.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afinal sempre consegui excitar a Sra. Deputada! Estava difícil!

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, eu gostaria que me explicasse como é que uma clínica veterinária, seja ela pública ou privada vai ter meios para comprovar a capacidade financeira de quem lhe aparecer lá com um gatinho.

Vai ver como é que a pessoa está vestida? Vai espreitar para dentro do bolso?

Deputada Zuraída Soares (BE): É como o senhor quando vai ao hospital e para pagar as taxas moderadores pergunta se paga!

O Orador: Oh Sra. Deputada mas para isso existe um Serviço Regional de Saúde, que está informatizado e tem os dados das pessoas.

Portanto quando eu lhe disse que aquilo que a senhora quer aqui é uma utopia, que é um Serviço Regional de Saúde de veterinária, não é possível. Não é possível!

Deputada Zuraída Soares (BE): As juntas de freguesia não funcionam?

O Orador: Não, não funcionam. Não funcionam sequer para implementar o SICAVE e a senhora sabe isso muito bem.

Agora, que o BE faça estas proposta e que tenha esta retórica, acho que não surpreende ninguém, agora que o PS cavalgue esta proposta e vá atrás disto já devia surpreender toda a gente.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Incomoda-o o nosso silêncio!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O silêncio às vezes é ensurdecador.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): O PS já falou!

O Orador: Oh Sr. Deputado Berto Messias estão muito bem calados! Deixem-se estar calados, não tem problema nenhum!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe que não temos problemas em falar!

O Orador: Nós percebemos, ou eu percebo. Não tem problema.

Sra. Deputada Zuraída Soares só para lhe dizer que a demagogia é totalmente da sua parte, reafirmo, a senhora leu e releu aquilo que tinha lido há minutos atrás.

Há uma coisa que se chama custos e os custos não são só aqueles que a senhora disse, são outros e outros que são fundamentais para a formação do preço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No público e no privado!

O Orador: Se a Sra. Deputada não sabe...

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Deputado ensina-me!

O Orador: Ensino Sra. Deputada. Ensino com todo o gosto.

Deputada Zuraída Soares (BE): E eu também! Sempre com todo o gosto!

O Orador: Não tenho nenhum problema em ensinar-lhe isso, porque sendo de custos ainda vou percebendo alguma coisa desde há muitos anos.

(Aparte inaudível da Catarina Moniz Furtado)

O Orador: Diga Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Desculpe!

O Orador: Não percebi o que disse era só para lhe dar a resposta, mas a Sra. Deputada deve estar ansiosa para intervir neste debate e o seu Grupo Parlamentar não deixa. Paciência!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora deputada pode falar quando quiser!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor quando quer sabe ser super desagradável!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor Deputado não merece que a Sra. Deputada fale!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não fazia tensão de regressar a este debate, tinha dado a posição de voto da Representação Parlamentar do PCP, tinha dito que isto não seria a resolução do problema do bem estar animal e o problema da proliferação dos animais errantes, mas que era um passo, um passo num caminho que todos temos de trilhar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é só para aqui!

O Orador: Mas de facto a direita parlamentar introduziu aqui algumas questões que me levam a vir de novo ao debate.

Estas preocupações com a atividade privada e, digamos, a importância que a atividade privada tem na promoção do emprego, na produção de riqueza, etc. etc.

Mas Srs. Deputados, digam-me lá uma coisa, Srs. Deputados da direita parlamentar: a atividade privada, mesmo aquela que diz respeito à veterinária, tem ou não tem apoios públicos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não vá por aí. Vai-se despistar!

O Orador: Dispõe ou não de avultados apoios públicos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem?

O Orador: A atividade privada, designadamente na veterinária. Existem ou não?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Existe protocolos com as câmaras municipais!

O Orador: Realmente esta coisa de dinheiro público não há para resolver alguns problemas, designadamente esta questão. Não há!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eu disse isso. O senhor deputado não ouviu a minha intervenção!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nacionalize-se!

O Orador: Não há porque pode fazer falta à atividade privada, a tal atividade privada que é o grande motor do desenvolvimento regional. Não fosse o dinheiro público, eu gostaria de ver onde é que ia esse motor.

Portanto meus caros Srs. e Sras. da direita parlamentar:

Vs. Exas. podem não estar satisfeitos com o Projeto de Resolução que aqui estamos a discutir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ponha-se lá comité nacional!

O Orador: Não resolve o problema. Não resolve. Também é o meu entendimento, mas não encontrem desculpas para não apoiar este Projeto de Resolução. Não encontrem desculpas, designadamente aquelas que têm vindo na vossa retórica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desculpas, o quê?

O Orador: Portanto, esta questão de não haver recursos é preciso termos aqui algum cuidado, ou estão com algum receio que haja falta de recursos públicos para manter a iniciativa privada?

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do PCP e a Sra. Deputada do BE introduziram aqui neste debate a questão da Região poder promover o bem-estar animal e o controlo das populações dos animais errantes.

Do ponto de vista do princípio, e circunscrevendo esta questão a apenas àquele que é o título, estamos todos de acordo.

Agora, há que separar as águas, em relação ao que a extrema-esquerda está a defender.

Eu considero que o que é responsabilidade do Estado são as prioridades que nós temos neste momento com as populações e as nossas prioridades são assegurar a educação das crianças, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a saúde!

O Orador: ... assegurar a saúde, assegurar o funcionamento dos setores estratégicos e nós temos que definir aquilo que o Estado deve fazer, nós temos que definir aquilo em que gastamos o dinheiro, porque o dinheiro não chega para tudo. Têm que ser definidas prioridades. Esta é que é a questão.

Quem não define prioridades, quem considera que existe dinheiro para tudo e para mais alguma coisa não deixa de fazer aquilo que é essencial para fazer aquilo que é menos importante e deixa de ajudar e de projetar o investimento nas prioridades, que são as prioridades políticas das populações que nos elegeram para este lugar. Nós estamos a representar as populações e sabemos que os recursos ainda para mais num momento de crise, são recursos limitados. O que é que temos que fazer? Definir as prioridades. Isto é que é uma política humanista. Definir prioridades significa que temos uma prioridade nas nossas políticas. São as pessoas que estão a passar por enormíssimas dificuldades. Se nós já não estamos a chegar a todos, no âmbito da saúde e não estamos a chegar a todos no âmbito da educação, eu pergunto-lhe se nós devemos alargar o âmbito da intervenção do Estado? Não devemos.

Devemos concentrarmo-nos naquilo que é possível fazer e vermos em política aquilo que é essencial. A política é sobretudo estabelecer prioridades e as prioridades dos partidos e grupos ideológicos significa quais são as nossas

prioridades do ponto de vista ideológico e de ação política. A nossa prioridade é as pessoas

É evidente que a partir de determinado momento os recursos públicos não chegam para tudo e quem cria mais uma despesa está a retirar, está a retirar de setores absolutamente essenciais.

Neste momento o que é que é preciso fazer? Melhorar estes setores e é necessário combater o desemprego.

Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: eu quero dizer que a postura do Governo Regional, nesta matéria, é criticável, porque o Governo Regional nesta matéria absteve-se.

Aqui há que definir e há que discutir com pragmatismo quais são as nossas prioridades, qual é a nossa função.

O Governo Regional deu a sua concordância a um projeto que não pensa cumprir.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: O Sr. Secretário o que disse foi: este projeto diz-nos que devemos fazer isto, recomenda-nos, mas nós consideramos que não devemos fazer nada disto.

Depois o que diz a seguir é que não devemos fazer nada disto, mas este projeto deve ser aprovado. Isto faz algum sentido? Isto tem alguma responsabilidade política de quem está no Governo?

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: O partido que está no Governo deve definir as suas prioridades e evidentemente deve deixar bem claro, bem claro, quais são as prioridades do ponto de vista económico, do ponto de vista social.

Temos prioridades, o dinheiro não dá para tudo e não podemos aprovar um projeto que significaria o aumento da despesa pública e esse aumento significaria que vamos retirar dinheiro de áreas que são absolutamente fundamentais e essas áreas absolutamente fundamentais são as áreas sociais.

Deputados Cláudio Almeida e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou de acordo Sr. Deputado Paulo Estêvão que as prioridades do Estado (e da Região) mas do Estado português visto que V. Exa. se referiu ao estado portanto será ao Estado português, deviam ser as pessoas (a educação, a saúde, a segurança social). Se está lembrado da discussão da parte da manhã dos 18 mil, quase 19 mil desempregados, nem 8 mil chegam a receber subsídio de desemprego.

Portanto essas preocupações do estado português com as pessoas são muito relativas.

As prioridades, de facto, nem são a educação, como temos visto, nem são a saúde, nem são a segurança social.

As prioridades do estado português têm sido a recapitalização da banca...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falamos da Região!

O Orador: ... para onde já foram direccionados milhões, milhões e milhões de euros, que dariam não só para sustentar um sistema educativo universal e gratuito, um sistema nacional de saúde e a segurança social para todos os portugueses. A questão é esta, é de facto uma questão de prioridades.

As prioridades têm sido a recapitalização da banca ao invés de serem as pessoas e muito menos então os animais.

Portanto, Sr. Deputado, é de facto uma questão de prioridade e para a direita a prioridade tem sido não as pessoas mas a recapitalização do setor financeiro em Portugal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional eu queria fazer-lhe uma pergunta muito concreta: tomando certo, não digo o valor que a Sra. Deputada Zuraida Soares aqui

anunciou para uma esterilização de uma gata, e considerando que por exemplo nos Açores estão registados (vamos aos cães que são os números que eu tenho aqui no projeto da Sra. Deputada) 7400 cães – 4 000 em S. Miguel, 2 000 na Terceira – Sr. Secretário contas assim por alto quando o senhor diz que o Governo não tem qualquer responsabilidade nisso e que o PS está a provar hoje, que verba tem o senhor para alocar a este Projeto de Resolução ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... porque pelas minhas contas um milhão de euros não chega...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está caladinho!

O Orador: ... portanto para promover tratamentos médico-veterinários e práticas de esterilização. Isto é dos cães porque os gatos são muito mais. Um milhão de euros não chega.

Portanto não é o PS vir para aqui dizer que aprova e depois isto não é consequente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Deputada Marta, então? É um milhão de euros?

O Orador: Eu quero saber que verba tem o Governo e que contas fez o Grupo Parlamentar do PS para aprovar isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares. Tem pouco mais de um minuto Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Telegraficamente duas notas.

Primeira é que os cães e os gatos não têm de facto culpa nenhuma das diferenças ideológicas que bem e claramente ficaram patenteadas durante esta discussão.

Portanto não culpemos quem não tem culpa nisso, assumamos essas diferenças e cada um fica com o ónus daquilo que disse e da maneira como votaram.

Em segundo lugar dizer que o BE não tem o mínimo problema em afirmar nesta câmara que uma das suas prioridades é a saúde pública.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima, de facto aquilo que nós entendemos é a promoção de protocolos ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É o que diz aqui!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Ponto 4!

O Orador: ... em que nós somos uma parte cooperante nesta matéria e não poderemos, naturalmente, suportar a totalidade desse custo.

Portanto é uma situação que fazemos em colaboração com as associações protetoras e com as autarquias. A responsabilidade é naturalmente das autarquias.

Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): Quem é que assina o protocolo?

Presidente: Muito obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima não tem mais tempo. Há pouco esqueci-me de dizer-lhe que só tinha um minuto.

A Mesa não tem mais inscrições pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e o Sr. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 votos a contra do PSD, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Sr. Deputado Renato Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra. Cinco minutos Sr. Deputado.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD foi contra este Projeto de Resolução apresentado pelo BE apenas porque em um dos pontos põe em concorrência desleal as várias clínicas veterinárias da nossa Região que já têm realizado protocolos com várias associações zoófilas com o objetivo de reduzir custos.

O que está em causa é o bem-estar dos animais, a redução dos abates e a sua adoção.

Isso sim já são medidas concretas e não a aprovação de uma medida que põe em causa postos de trabalho na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Passemos ao ponto seguinte da nossa agenda: **Petição n.º 2/X – “Por Uma Nova Política para com os Animais de Companhia”**, apresentada por Teófilo José Soares de Braga, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o art.º 192 do Regimento da Assembleia e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes.

Cada Grupo ou Representação Parlamentar intervém uma única vez, por tempo não superior a 10 minutos.

Para apresentação do relatório dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão de Economia, Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

CAPÍTULO I

Introdução

A 24 de dezembro de 2012 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 2/X, intitulada “Por uma nova política para com os animais de companhia”, que reúne um total de 1258 (mil duzentas e cinquenta e oito) assinaturas, tendo como primeiro signatário o Dr. Teófilo José Soares de Braga.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 27 de dezembro de 2012, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 21 de agosto de 2013, na delegação da cidade de Ponta Delgada.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à Saúde Pública, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 31 de janeiro de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da ilha Terceira, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) **OBJETO DA PETIÇÃO**

A presente petição tem como objeto um apelo para que seja “criada legislação que se traduza na tomada de medidas no sentido de combater o abandono de animais de companhia e controlar as populações de animais errantes”. Surge a petição na sequência de um aumento do abandono de animais de companhia, tendo em consideração o contexto socioeconómico da região, e constatando os peticionários que “grande parte destes acaba por ser abatida nos canis ou Centros de Recolha Oficiais (CRO)”.

Consideram ainda os peticionários que “o abandono de animais é um problema humanitário e de saúde pública cuja resolução não pode depender, exclusivamente, do setor privado da atividade médico-veterinária, ou da boa vontade das Associações, amigos e protetores de animais”.

Solicitam, assim, que se tomem medidas legislativas “no sentido da promoção da esterilização dos animais errantes (...) e do incentivo à adoção responsável”

Mais solicitam que, respeitando a memória de Alice Moderno, extraordinária pioneira da proteção dos animais na nossa região, se transforme o Hospital Veterinário Alice Moderno em Hospital Público, “onde os animais temporariamente a cargo de associações de proteção ou de detentores com dificuldade ou incapacidade económica possam ter acesso a tratamentos a preços simbólicos”, ficando essa função, nas restantes ilhas, “a cargo de um Centro de Recolha Oficial.”

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Na reunião de 31 de janeiro, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, Dr. Teófilo José Soares de Braga
- Audição do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, Dr. Luís Neto de Viveiros
- Solicitação de parecer por escrito à AMRAA

Na reunião de 13 de março, depois de ouvido o primeiro peticionário e o Sr. Secretário Regional, foi aditada a seguinte diligência:

- Solicitação de parecer por escrito ao Comando Regional da GNR (Secção SEPNA)

1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR, DR. TEÓFILO JOSÉ SOARES DE BRAGA

A audição do primeiro subscritor teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Ponta Delgada, a 13 de março de 2013.

Começou por referir que gostaria de ter vindo acompanhado de alguém de uma associação de proteção (da APA – Associação Açoriana de Proteção dos Animais, ou da Cantinho dos Animais), mas que tal não fora possível. Em seguida, efetuou uma súpula dos números de que dispunha e que culminam na constatação de que há 10 canis nos Açores, mas que só um deles (o de Ponta Delgada) está licenciado, pois as outras autarquias não dão a devida atenção a esta problemática; e que, em várias ilhas, se aguardam, há anos, obras de melhoramento ou novas instalações que possam conduzir a novos licenciamentos.

A realidade que se constata, segundo o primeiro peticionário, é que existem dezenas de animais abandonados, e que esta situação tem tendência a aumentar, sobretudo se não forem tomadas medidas no sentido da esterilização. A Associação Açoriana de Proteção dos Animais, por exemplo, esterilizou, em 2011, 97 animais, mas isso implica uma despesa que se torna incomportável para qualquer associação.

De resto, há o grave problema dos abates dos animais nos canis. O canil de Angra do Heroísmo, por exemplo, só pode albergar 40 animais – todos os outros são abatidos. Segundo informações que recolheram junto do veterinário da Câmara Municipal de Ponta Delgada, de 2088 animais, só 780 é que foram adotados, pelo que mais de 60% foram abatidos. Em 2012 foram recolhidos cerca de 2500 animais, o que, pela incapacidade de alojamento do canil, implica o abate de cerca de 40 animais por semana. A tendência destes números, pelo contexto socioeconómico que atravessamos, é para aumentar.

Na verdade, o 1.º peticionário refere que as pessoas têm pouca confiança nos canis, porque sabem que, se não for encontrada uma solução rápida, os animais acabam por ser abatidos. As associações fazem, dentro das suas possibilidades, o resgate de alguns animais – mas são dezenas os que, não sendo resgatados nem adotados, terminam ali as suas vidas, mesmo tratando-se de animais absolutamente saudáveis, e muitas vezes jovens. Esta é, diz o Dr. Teófilo Braga, “a dura realidade” neste campo.

As associações de proteção, que têm tido um papel muito ativo nesta matéria, queixam-se sobretudo de falta de espaço e de falta de apoios para o acompanhamento de despesas veterinárias. O Dr. Teófilo Braga trouxe, pois, para a exposição em Comissão, algumas sugestões dessas associações, a saber: esterilização dos animais errantes; mudança do estatuto do animal, que é muitas vezes considerado um “objeto”; possibilidade de dedução de despesas veterinárias no IRS; encerramento dos canis e reconversão em abrigos para adoção consciente; criação de um hospital veterinário público; apoio na vacinação considerada mais importante; divulgação da importância do microchip.

Salientou, como fator positivo, que a sociedade tem reagido bem a esta questão, e que há uma sensibilização crescente para esta problemática. As associações, que segundo o primeiro peticionário se têm mostrado mais ativas do que mesmo algumas associações ambientalistas, realizam feiras de adoção, ações de sensibilização em escolas, eventos de angariação de alimentos, etc. Ou seja,

segundo a sua perceção, a sociedade preocupa-se, de forma geral, mas não dispõe dos meios necessários para responder adequadamente.

A presente petição veicula, assim, três principais propostas, que o Dr. Teófilo Braga sintetizou, no final da sua exposição: criação de medidas legislativas que conduzam à esterilização; incentivo à adoção responsável; respeito pela memória de Alice Moderno, seguindo o desejo que expressou ao deixar à Região o edifício da clínica veterinária situada na zona de São Gonçalo, em Ponta Delgada. Noutras ilhas, propõe-se que haja centros de recolha para famílias que estejam a passar maiores dificuldades.

Seguiu-se um período de debate, com as intervenções dos deputados Renata Correia Botelho, Cláudio Almeida e Catarina Moniz Furtado.

A deputada Renata Correia Botelho começou por fazer uma declaração de interesses, uma vez que é uma das subscritoras da petição – que, declarou, toca em questões que lhe são particularmente caras. Em seguida, afirmou que as dificuldades atuais, embora possam explicar uma parte significativa do abandono, não o justificam e muito menos o desculpam. Na sua opinião, para se abandonar um animal é necessário que os níveis de privação dos donos estejam no patamar da mais elementar sobrevivência, e, mesmo assim, há que recorrer sempre a associações que possam ajudar a encontrar uma solução, pelo menos temporária. Questionou o primeiro peticionário sobre o que se pretende exatamente, quando se fala da criação de um hospital público, ao que este respondeu que seria um local onde os veterinários pudessem fazer consultas muito baratas, vacinar os seus animais, esterilizá-los por preços muito inferiores aos praticados pelas clínicas privadas.

O deputado Cláudio Almeida mostrou-se igualmente preocupado com as questões do bem-estar animal, referindo que estes devem ser acarinhados e tratados com dignidade, e afirmou que este pode ser igualmente encarado como um problema de saúde pública, que é necessário acautelar. Relativamente à questão do Hospital Alice Moderno, perguntou se não seria mais viável estabelecer parcerias com as clínicas (para a esterilização dos animais, por exemplo), de forma a evitar que o hospital público fosse considerado um

concorrente desleal relativamente às clínicas privadas, ao que o primeiro peticionário respondeu que qualquer avanço será positivo, qualquer medida que melhore as atuais circunstâncias será salutar, e que considera que o sonho de Alice Moderno, ao entregar os seus bens à Junta Geral, nunca foi concretizado. A deputada Catarina Moniz Furtado referiu conhecer casos de pessoas que, todos os dias, se dedicam a alimentar animais de rua, despendendo aí muito do seu tempo e do seu orçamento mensal. Considera que a esterilização é uma via importante para a contenção dessas populações. Perguntou se os peticionários veem o abate dos animais como uma questão a afastar em absoluto, ou se a consideram uma solução extrema, de fim de linha, para abandonos demasiado prolongados, tendo o Dr. Teófilo Braga respondido que, antes dessa, têm de ser adotadas todas as outras medidas, embora perceba que é uma situação inevitável, a partir de certa altura. Mas reitera que, com maior colaboração entre os canis e as associações de proteção (que é deficitária, no seu entender), esta situação seria minimizada, bem como os outros problemas inerentes a este tema.

2) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, DR. LUÍS NETO DE VIVEIROS

A audição da Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (SRRN) teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Ponta Delgada, a 13 de março de 2013.

Referiu que acha improvável que estejamos já perante uma situação de perigo para a saúde pública, mas que poderá, com o passar do tempo, vir a evoluir para tal.

Relativamente a um dos pontos da petição, o de criação de legislação, considera que existe já a legislação suficiente para acautelar a situação, e que o atual quadro legislativo enquadra os vários itens necessários. Referiu ainda que, de acordo com a lei, as Câmaras Municipais têm a responsabilidade do alojamento dos animais errantes em condições dignas, mas que nem todas as Câmaras têm tido capacidade de assumir em pleno as suas responsabilidades, e que só a Câmara Municipal de Ponta Delgada tem um canil devidamente certificado. Há,

contudo, um esforço por parte das autarquias para se dotarem das estruturas adequadas, estando obras em curso noutros canais, para que cheguem à situação de certificação. Salientou que, por maior boa vontade que exista, não é possível alojar todos os animais capturados, e que ao fim de algum tempo (previsto na lei) os animais são abatidos. Fez alusão ao desejável envolvimento das associações protetoras de animais nos processos, o que tem funcionado em alguns casos, tendo dado como exemplo a Associação Açoriana de Proteção dos Animais (APA), à qual o Governo tem concedido, pontualmente, algumas ajudas.

Quanto ao Hospital Alice Moderno, outro ponto da petição, disse que não veria problema de maior em que se tornasse um hospital público e deixou evidenciada a possibilidade de o Governo Regional efetuar algum tipo de protocolo com alguma associação deste tipo, no entanto o edifício necessita de adaptações, para melhorar as suas condições.

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento, com as intervenções dos deputados Renata Correia Botelho, Cláudio Almeida e Nuno Melo Alves.

A deputada Renata Correia Botelho perguntou sobre quem faz, oficialmente, a detenção dos animais errantes; sobre como funciona exatamente, neste momento, o Hospital Alice Moderno e como poderia operacionalizar-se a alteração solicitada pelos peticionários; e ainda sobre se haverá possibilidade de o Governo Regional apoiar esterilizações de animais errantes.

O deputado Cláudio Almeida perguntou se há algum tipo de parcerias com as Clínicas veterinárias ou outras entidades privadas, e se não seria equacionável a prestação de apoio a privados, para que não se crie concorrência desleal, em vez de se apoiar a criação de um hospital público.

O deputado Nuno Melo Alves pretendeu saber se a Secretaria Regional dos Recursos Naturais teria realmente disponibilidade para suportar um hospital veterinário público.

O SRRN respondeu que a entidade que detém os animais é a GNR, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA).

Quanto à questão do hospital veterinário, esclareceu que o que existe atualmente não é propriamente um hospital público, mas que funciona num edifício público, com preços praticados ligeiramente abaixo dos privados, para não criar concorrência desleal. Ou seja, funciona num regime semipúblico / semiprivado. Referiu já ter havido, em tempos, intenção de uma associação em manter-se lá, mas dispunham de muito pouco espaço para alojamento. Mas essa parceria é sempre uma possibilidade. E depois, também mediante protocolos, é possível que essas parcerias aconteçam noutras ilhas, no sentido de criar estruturas que permitam minimizar o problema.

Frisou, no entanto, que grande parte da responsabilidade nestas matérias passa pelas Câmaras Municipais.

Relativamente à esterilização, diz que será complicado o Governo Regional suportar esses custos, pelo menos na sua totalidade, no entanto nunca considera que estes sejam temas fechados.

Pareceres rececionados, que fazem parte integrante do presente relatório:

- AMRAA
- Comando Regional da GNR

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1258 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento;
- 2) A atual legislação, tendente a concretizar em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, tem de ser devidamente aplicada, punindo com severidade aqueles que não cumpram princípios e regras do bem-estar animal;

3) É obrigação indelével da sociedade olhar os animais, independentemente de género ou raças, como seres sencientes, que sentem e sofrem – e, como tal, tratá-los com toda a dignidade;

4) Verifica-se, apesar do período socioeconómico conturbado que atravessamos e que tem potenciado situações de abandono de animais, uma sensibilização crescente para esta problemática, o que deverá traduzir-se numa verdadeira mudança de atitude, por parte da sociedade no seu todo, no que concerne ao respeito pelos animais;

5) Deverão ser devidamente estudadas, por todos os intervenientes, as possibilidades de se trabalhar no sentido da esterilização de animais errantes, como forma de contenção da proliferação descontrolada das populações, com o perigo que isso pode representar para as pessoas (sobretudo no caso de animais potencialmente perigosos), o sofrimento que acarreta para os animais (que veem a sua sobrevivência, em condições mínimas de dignidade, muito comprometida), a sobrelotação dos Centros Oficiais de Recolha (e o inevitável e dramático abate de dezenas de animais por semana) e a impossibilidade de resposta por parte das associações de proteção (que já se encontram a operar muito para além dos seus limites) – podendo vir a traduzir-se, em última análise, e num espaço potencialmente preocupante de tempo, num problema de saúde pública;

6) As associações de proteção e a tutela deverão comunicar, com vista ao estabelecimento de parcerias que visem uma utilização pública do espaço do Hospital Alice Moderno, em moldes que se mostrem adequados a todas as partes e que respeitem a memória da referência, neste contexto, que é Alice Moderno;

7) A sensibilização para esta temática, junto das camadas mais jovens, facultando-lhes contacto direto com documentos centrais como a Declaração Universal dos Direitos do Animal e a Convenção Europeia para Proteção dos Animais de Companhia, deverá constituir uma preocupação constante, para que a nova geração assuma, desde logo, uma

postura mais esclarecida nesta temática e mais integralmente respeitadora dos direitos dos animais;

8) A adoção responsável deverá ser um tema incansavelmente trabalhado por todos os intervenientes nestes processos;

9) As Câmaras Municipais, entidades decisivas nesta matéria, devem continuar a desenvolver todos os esforços ao seu alcance, e no âmbito das responsabilidades que lhes estão acometidas, para que a situação fique devidamente acautelada;

10) Numa região como a nossa, em que se aposta num turismo sustentável e de usufruto de uma beleza natural única, a abandono de animais constitui uma mancha que urge, sem reservas, resolver e sanar, pois é sabido que um dos parâmetros de avaliação de quem nos visita é também a forma como tratamos os nossos animais;

11) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço, bem como ao Comando Regional da GNR – SEPNA e à AMRAA.

A Relatora, Renata Correia Botelho

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Domingos Cunha

Presidente: Muito obrigada Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito no ponto anterior da nossa Agenda, mas num tema desta envergadura nunca tudo fica dito.

Deixem-me ler-lhes uma perna que me chegou por uma mão amiga que sabe da minha especial dedicação a esta luta, uma dedicação que, felizmente, partilho, com muitos presentes dos vários quadrantes políticos e que data de 1858, é uma obra que está no Instituto Açoriano de Cultura.

“Deveres para com os animais irracionais.

Não molestaremos se não para seu ensino e nunca pelo bárbaro prazer de os espancar, seria cobardia porque não podem defender-se e grande crueldade porque por serem animais não deixam de sentir as dores como nós.

Mesmo para seu ensino nunca seremos severos e violentos porque eles só respiram obediência ao homem e não têm erros de vontade.

Devemos usar de carinho e meios brandos para melhor conseguirmos o seu ensino e serviços e para que nos tomem afeição”.

Isto está nos princípios gerais de moral de 1858.

Ora, estas palavras e estes deveres apontados em meados do séc. XIX são em 2013 desconcertantemente atuais na sua chamada de atenção para os maus tratos aos animais, onde obviamente se inclui o abandono, um problema talvez mais recente e que foi agravado pela situação sócio económica em que nos encontramos.

Estamos convictos porém que nesta matéria e como aqui já ficou perfeitamente esclarecido é mais o que nos une do que aquilo que nos separa.

Assistimos a um consenso cada vez mais alargado em torno desta matéria ainda que com algumas divergências como também ficou aqui evidente.

A presente petição como foi dito pela Sra. Relatora debruça-se sobre estes temas e retoma a questão do Hospital Alice Moderno e o respeito pela vontade expressa por aquela figura cimeira na defesa dos direitos dos animais.

São questões que o Grupo Parlamentar do PS tem entre as suas mais vivas preocupações.

O PS tudo fará para que por pequenos que sejam vão sendo dados passos importantes, como ficou evidenciado na aprovação do Projeto de Resolução, por mais do que a carolice de alguns, este é um problema de humanidade, uma questão civilizacional que a todos deve tocar e não é só pela causa animal, as

peessoas precisam de apoio, os donos dos animais imploram ajuda, os que veem animais errantes abandonados sem conseguir acolhê-los, clamam por ajuda, pedem socorro às associações na mais absoluta aflição.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Uma vez que estamos em tempos de lembrar Mandela, e sobretudo o seu exemplo de humanidade retomo aqui uma frase sua, das mais simples e lapidares que têm circulado nos últimos dias: “Toda a injustiça é a prazo” e é de injustiça que aqui falamos, de uma gritante injustiça na forma como o homem se relaciona a miúdo com os seres com os quais afinal divide este chão que pisa. Urge sermos humildes na perceção desta verdade insofismável, sermos conscientes das nossas ações que fazem de nós seres humanos e que por isso mesmo nos distinguem dos outros animais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Seria tão fácil neste contexto de crise remeter este assunto para um mais tarde, sem tempo.

Mas é exatamente em tempos como os que o mundo atravessa, carente que está de valores humanitários, que faz mais sentido lutarmos em uníssonos por causas desta natureza.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Resistir! Batalhar! Lutar! É o tema de todos os que entregam muito tempo das suas vidas a militâncias supra partidárias como esta, pelos animais seres sencientes que sentem e sofrem, pelos seus donos, pelos animais errantes que todos os dias encontramos nas ruas e que serão maioritariamente mortos às dezenas, às centenas nos canis e nos gatis porque os canis e os gatis não conseguem dar resposta ao número incalculável de animais que lhes chegam por dia, pela segurança de todos nós, pela saúde pública, por uma sociedade responsável e respeitadora dos direitos dos animais.

Por tudo isto é absolutamente evidente que o PS congratula vivamente os signatários desta petição, da qual tive ainda o prazer de ser Relatora e mais do que isso o PS está ao lado dos peticionários nesta corajosa luta.

Os açorianos podem, mais uma vez, e sempre contar connosco.

Obrigada.

Deputados Manuel Pereira e José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de fazer uma cordial saudação aos peticionários pela sua intervenção proactiva na vida democrática da nossa Região.

Em segundo lugar, e como médico veterinário que sou, não poderia deixar de referir e assumir que o modo como uma sociedade trata os seus animais é revelador do seu estado de evolução civilizacional.

Concordo com a Deputada Renata Correia Botelho quando afirma que é mais o que nos une do que aquilo que nos separa, mas de facto há diferenças, e como se diz em França “Vive la difference!”.

Esta petição traz ao debate político a questão do abandono dos animais de companhia, dos problemas que podem advir da existência de animais errantes, incluindo os problemas de saúde pública e questões relativas à guarda e ao destino dos animais errantes, uma vez capturados.

Não consideramos que exista na Região uma falta de medidas legislativas que vão ao encontro das aspirações dos peticionários. Não é por falta de lei.

No entanto, concordamos que a sua aplicação e fiscalização peca por escassa, se não mesmo inexistente, daí que sejam raras ou nulas as vezes em que sejam punidos aqueles que não cumprem com as regras e princípios do bem-estar animal.

Compete às entidades oficiais com responsabilidades nesta área aumentarem drasticamente a sua atuação, quer em quantidade, quer em eficácia.

Se a situação atual é má é porque o Governo e autarquias não atuam na sua obrigação de fiscalização e punição de prevaricadores.

O período de dificuldades sociais e económicas que a Região atravessa tem, infelizmente, potenciado todos estes problemas.

De igual modo torna-se cada vez mais difícil para os açorianos com menores recursos cuidarem bem dos seus animais, porque as pessoas estão primeiro.

Sabendo que já existem, e que funciona, concordamos que possam e devam ser reforçados os protocolos entre as entidades oficiais, Governo e municípios, e os centros de atendimento médico-veterinário, bem como as associações de proteção, defesa e amigos dos animais, de modo a melhor mitigar os problemas aqui levantados e que têm a ver com a esterilização dos animais, com a sua identificação e registo através de chipagem, com a vacinação e desparasitação.

Não concordamos que se crie uma espécie de Serviço Regional de Saúde Pública Veterinária com sede no Hospital Alice Moderno ou noutra qualquer. A argumentação restante já foi exposta no ponto e no debate que fizemos anteriormente.

Medidas que promovam o associativismo em defesa dos direitos dos animais, que promovam a quotização e o aumento dos membros das referidas associações e que sejam criativas no sentido de criar mais e melhores protocolos com os centros de assistência e atendimento médico veterinário e as referidas associações de modo a ir ao encontro daqueles que sendo detentores de animais de companhia veem-se com dificuldades em manterem-nos nas melhores condições, serão sempre de saudar.

Não apoiamos a promoção de serviços públicos novos numa área que consideramos estar os Açores bem servidos e em que a cooperação existe e pode ainda ser aprofundada.

Quanto aos canis municipais é sabido que o de Ponta Delgada está licenciado, que Angra do Heroísmo construiu um novo e que deverá estar licenciado muito em breve.

No que diz respeito às restantes ilhas dos Açores aí sim, julgamos que se justifica uma aposta nas obras de melhoramento ou de construção de novas instalações adequadas à detenção destes animais abandonados.

Quanto aos abates dos animais, é inevitável assumir esta situação como uma incontornável fatalidade que só pode ser mitigada mas não abolida por completa.

Para além das medidas de esterilização já referidas impõe-se que se invista mais nas campanhas de adoção de animais, de modo a encontrar um maior número possível de bons lares para os mesmos e assim diminuir o número daqueles que não podem estar eternamente fechados num canil ou num gatil, sendo alimentados e esperando por uma adoção que não virá.

Por muito boa vontade que exista nunca será possível alojar eternamente todos os animais capturados, tornando-se inevitável a medida de último recurso que é, infelizmente, o abate dos mesmos.

Nem o maior dos defensores dos animais poderá levá-los todos para a casa, nem haverá nunca um canil na Região que seja sustentável e que não encha também, infelizmente.

Há sim, ainda, muito trabalho a fazer ao nível da sensibilização para a mudança de mentalidades e conseqüentemente de hábitos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Antes de continuarmos o debate eu queria informar todos os presentes que está nas galerias um antigo Deputado, não tão antigo quanto isto porque foi há muito pouco tempo que nos deixou, o ex-Deputado Luís Maciel, a quem saúdo em nome da Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que a discussão sobre a questão dos animais domésticos foi extensível, longa e no fim ficou uma ideia de que a direita por questões de clínicas privadas não quer aprovar projetos que defendam os direitos dos animais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E ficou muito bem!

O Orador: Eu penso que ficou muito clara na minha intervenção de que é uma preocupação do CDS a questão das populações errantes, a consciencialização porque não podemos sistematicamente estar a desculpabilizar as pessoas, arranjar mecanismos para resolver problemas que nos ultrapassam.

Os problemas devem ser resolvidos na sua génese e sim, obviamente, sermos desresponsabilizados por tentar solucionar uma situação que neste momento já existe, mas que deve haver uma intervenção a todos os níveis, nomeadamente de sensibilizar as pessoas para a chamada guarda responsável.

Todos nós temos essa obrigação de que existe a possibilidade de fazer um estudo, sem ser com grandes elaborações, em vez de se estar a investir imenso dinheiro na captura, na manutenção durante imenso tempo dos animais em cativeiro com métodos de eutanásia e eliminação, fazer um encontro porque como já foi dito aqui nesta Casa e com muita razão o CDS prefere apoiar pequenas medidas que sejam implementadas, do que grandes projetos que nunca chegam a acontecer.

Pelas questões que foram aqui levantadas há essa possibilidade de se aprovar um Projeto de Resolução que exige um investimento enorme à Região e que neste momento não existe verba. Portanto o problema continua por resolver.

Acho que ninguém duvida, nesta Casa, quem representa as populações com o nível de consciência que temos, que haja alguém que em perfeito juízo não considere que é um problema grave o problema das populações errantes e que os animais devem ser tratados com todo o respeito que lhes é devido até porque como comecei por dizer os principais responsáveis pela existência hoje na terra de animais domésticos, foi o humano que os domesticou.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma saudação aos peticionários e relevar a importância que tem a participação e a interação dos cidadãos com o Parlamento, até porque

acabámos de aprovar há minutos atrás um Projeto de Resolução que visa no fundamental ir ao encontro das preocupações manifestadas nesta petição.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem assim a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Associar-me também às congratulações aqui já expressas a todos os peticionários e peticionárias que assinaram uma Petição “Por uma nova política para com os animais de companhia”.

Acho que não vale a pena dizer que o BE subscreve cada um destes considerandos e destas chamadas de atenção e é com orgulho que eu digo, em nome do BE, o Projeto de Resolução que há pouco acabámos de aprovar deu entrada nesta casa antes dos peticionários apresentarem esta petição, o que quer dizer que as preocupações aqui expostas e manifestadas pelo BE, são subscritas na RAA, no mínimo, por 1258 pessoa. É obra!

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Era escusado, Sra. Deputada!

Deputada Zuraida Soares (BE): Está preocupado, Sr. Deputado? Quer fazer campanha?

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

A mesa não tem mais inscrições pelo que vamos encerrar este ponto da agenda e fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

(Eram 17 horas e 06 minutos)

Presidente: Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 43 minutos)

Entramos no ponto 3 da nossa agenda **Petição N.º 6/X – “A favor da erradicação dos sacos de plástico da Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Daniel da Silva Gonçalves, na qualidade de primeiro subscritor. Para apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Relatora da CAPAT, Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 6/X – A FAVOR DA ERRADICAÇÃO DOS SACOS DE PLÁSTICO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 7 de outubro de 2013, na delegação da Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 6/X – “A favor da erradicação dos sacos de plástico da Região Autónoma dos Açores”.

A mencionada Petição, contendo 210 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 30 de abril de 2013, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Consultada em 7 de outubro de 2013 a página com endereço internet <http://www.peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2013N39761>, verifica-se que, até esta data, a Petição foi subscrita por 266 pessoas.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição

Os peticionários pretendem que sejam implementadas medidas legislativas que promovam, ainda que a longo prazo, a erradicação dos sacos de plástico das ilhas dos Açores.

No imediato, os peticionários pretendem que seja proibida a distribuição gratuita dos sacos de plástico em todos os estabelecimentos comerciais da Região.

Invocam, em síntese, a natureza perene destes sacos enquanto resíduos, o perigo que representam para os habitats naturais e espécies, a nódoa que representam na paisagem açoriana, que a sua oferta perturba a consciencialização ambiental dos cidadãos, que a cobrança de taxas diminui o seu uso em mais de 50% e que a sua irradicação representaria uma mais-valia incalculável em termos de reconhecimento internacional na luta contra o desperdício.

c) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- i. Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- ii. Audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais;
- iii. Audição da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores;
- iv. Audição da Associação de Consumidores da Região Açores;
- v. Solicitação de pareceres à Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, e à Amism – Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel, na qualidade de entidades gestoras de resíduos.
- vi. Solicitação de parecer à AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;
- vii. Solicitação de pareceres às ONGA “Quercus”, “Gê-Questa”, “Azorica” e “Associação Ecológica Amigos dos Açores” e ao Observatório do Ambiente dos Açores.

As diligências realizadas são sucintamente descritas abaixo, à exceção dos pareceres recebidos, os quais são juntos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

i. Audição dos peticionários

A Comissão procedeu à audição do primeiro subscritor, Dr. Daniel Gonçalves, na sua reunião do dia 6 de junho de 2013.

O **Presidente da Comissão** procedeu ao enquadramento da audição no âmbito da apreciação da Petição n.º 6/X.

O **Peticionário** começou por cumprimentar a Comissão e esclarecer que a Petição que subscreve tem como sonho utópico a erradicação dos sacos de plástico, o qual só poderá ser atingido noutra geração que não a sua, pelo que a Petição visa a diminuição do uso e a proibição da distribuição gratuita.

Considerou que, na ausência de legislação, é complicado para o comerciante não oferecer os sacos e cobrá-los, facto que condiciona as escolhas dos consumidores, sendo necessárias medidas educativas junto das pessoas.

Referiu que os sacos de plástico são lixo perene com muito tempo de degradação e a falta de racionalidade no seu uso. Para o Peticionário, a utilização como contentores de lixo é desadequada.

Considerou que, na Região, seria relativamente fácil lutar para que não houvesse o saco plástico como um símbolo do lixo do mar, que é um grande perigo para o ecossistema marítimo.

Concluiu esta sua intervenção referindo locais onde o uso do saco plástico foi racionalizado pela cobrança de uma taxa e considerou que, no futuro, seremos conhecidos como geração do plástico, pela utilização que dele fazemos.

O Deputado **Paulo Borges**, do **PS**, cumprimentou o primeiro subscritor da iniciativa, a qual demonstra, segundo considerou, a importância de implementar alternativas ao modo como nos comportamos e a necessidade de considerar o lado utópico da petição.

O Deputado referiu a existências de tentativas, na área tecnológica, para encontrar alternativas que deverão estar disponíveis num espaço não muito longo. Na atual situação, esta é uma iniciativa importante e lembrou que existem grupos económicos no continente que já adotaram a prática de venda dos sacos de plástico. O Deputado louvou a iniciativa e disse que procurará apoiá-la e encontrar uma forma de a materializar, entendendo que carecerá de uma medida legislativa para que tenha eficácia.

O Deputado **Luis Rendeiro**, do **PSD**, saudou os peticionários e questionou se encaram a utilização de alguns polímeros biodegradáveis, elaborando-se regulamentação que obrigaria à produção dos sacos de plástico a partir desta nova tecnologia.

Considerou muito pertinente a referência à educação e questionou o peticionário sobre as diferenças de custos entre sacos de plástico, polímeros e sacos de papel e sobre os valores anuais do impacto ambiental da eliminação de sacos de plástico na Região Autónoma dos Açores.

O **Peticionário** considerou necessário legislar sobre a proibição da oferta de sacos plásticos e que qualquer distribuição deve implicar uma taxa, referindo que a sua aplicação na Madeira fez diminuir em 68% a distribuição dos sacos de plásticos.

Disse que, de acordo com a sondagem que fez junto dos comerciantes mais pequenos, o uso dos sacos com polímeros implica custos maiores aos quais só as cadeias maiores conseguem aceder, pois o custo depende da qualidade. Considerou que o uso do saco não biodegradável é mais comum nos estabelecimentos pequenos, porque é o produto mais barato.

Segundo o Peticionário, 10% do lixo doméstico está ligado aos sacos de plástico, desde logo porque é contentor preferido para acondicionar produtos, sendo 90% do lixo doméstico acondicionado em sacos de plástico não biodegradáveis.

Referiu que muitas pessoas questionam onde irão colocar o lixo e colocam a questão da compra de sacos próprios para o efeito e lembrou a responsabilidade dos produtores de resíduos no seu acondicionamento. Ao concluir esta sua intervenção, considerou que, para a sociedade atual, seria muito drástico banir o saco de plástico, pelo que a Petição pede que sejam implementadas soluções legislativas que possam, para já, diminuir a utilização dos sacos de plásticos.

O Deputado **Paulo Borges** quis saber se o Peticionário encara a possibilidade de liderar, em Santa Maria, uma iniciativa para diminuir a utilização dos sacos de plástico.

A Deputada **Graça Silva**, do **PS**, questionou se a aplicação da medida na Madeira levou a um aumento da utilização de sacos plásticos para acondicionar o lixo.

Respondendo aos Deputados, o **Peticionário** referiu que grande parte dos estabelecimentos comerciais adquiriu sacos de pano, *nylon* ou polímeros, que podem ser trocados quando se estragam e que houve, naturalmente, aumento na aquisição de sacos de plástico para lixo. Referiu, ainda, que tem um movimento preparado para depois da petição, o qual implica a escola, a Câmara Municipal e os serviços de ambiente.

ii. Audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais na sua reunião do dia 27 de junho de 2013.

O **Presidente da Comissão** procedeu ao enquadramento da audição, no âmbito da apreciação da Petição n.º 6/x.

O **Secretário Regional dos Recursos Naturais** manifestou o seu apreço e acordo com a ideia da Petição e manifestou o apoio do Governo a uma iniciativa desta natureza atendendo à importância ambiental da matéria.

Referiu que o PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) regula a gestão de resíduos e define medidas que conduzem à reciclagem, pelas Câmaras Municipais, de todos os resíduos produzidos na Região e suscetíveis de serem submetidos a esta operação, entre eles o plástico.

Considerou que qualquer diligência no sentido da erradicação necessita de ponderação, pelos impactos na vida diária das pessoas e para os agentes económicos. Para o governante, é necessário conjugar esforços e ouvir o comércio e os consumidores.

Entende que os plásticos são um flagelo, produzido a partir de energias que não são renováveis e que produz resíduos e deu o exemplo da Irlanda, onde a aplicação de uma taxa sobre a utilização dos sacos de plástico reduziu em 90%

a sua utilização mas aumentou a utilização de sacos pretos para condicionamento de lixo doméstico.

Referiu a Diretiva comunitária que impõe a revisão dos programas de gestão de resíduos e que qualquer medida terá que envolver todos os agentes económicos. Informou que o Governo está a proceder à revisão do PEGRAA, a qual deverá ocorrer até ao final do ano, segundo determinará a Resolução do Conselho do Governo, pelo que, nesse âmbito, poderão ser adotadas medidas no sentido pretendido pela Petição.

Esclareceu que a intenção do Governo é introduzir de medidas que levem a uma redução progressiva, com erradicação em 2020 e que a estratégia junto dos consumidores finais inclui sensibilização e disponibilização de meios de carregamento e transporte, impondo uma densidade mínima para a utilização. O governante referiu, ainda, a interdição de publicidade nos sacos plásticos pelas grandes superfícies comerciais, desincentivando a sua utilização pelas empresas. Concluiu considerando que a petição apresenta linhas de intervenção que podem ser seguidas.

O Deputado **Luís Rendeiro**, do **PSD**, enalteceu a clareza da exposição feita pelo governante e questionou se o Governo tem ideias mais concretas sobre a implementação das medidas que indicou, bem como se estão previstas medidas para a utilização dos plásticos constituídos por polímeros biodegradáveis ou sacos em tecido ou papel. Perguntou, ainda, que dados existem do PEGRAA, atualizados, sobre a tonelagem de plásticos utilizados, eliminados em aterro nos Açores.

O **Secretário Regional dos Recursos Naturais**, respondendo ao Deputado, reiterou que está em curso o processo de revisão do PEGRAA, que decorrerá até ao final do ano. Informou que não existem, ainda, medidas definidas, uma vez que as mesmas estão a ser estudadas e avaliadas para que a decisão confira maior segurança à prossecução do objetivo, envolvendo todos os agentes, a população e forças políticas.

Acrescentou que a informação que existe resulta da ação dos centros de processamento de resíduos e dos municípios, cujos resultados são animadores,

como é o caso da Graciosa, que apresenta resultados acima do que se faz no país. Concluiu referindo que facultará os dados à Comissão.

O Deputado **Paulo Borges**, do **PS**, questionou se a iniciativa será de implementar como forma rápida de avançar nesta área, considerando a boa resposta dos açorianos na área dos resíduos.

O Deputado **Luis Rendeiro** perguntou se o Governo tem hipótese de indagar, junto das grandes superfícies que já taxaram a utilização de sacos de plástico, a nível nacional, os valores da redução para melhor avaliar a eficácia da utilização da taxa. Quanto à Graciosa, e dado que não está em funcionamento a central da Terceira, o Deputado quis saber qual o destino final dos resíduos.

O **Secretário Regional dos Recursos Naturais** informou que ainda não estabeleceu esse contacto com empresas nacionais, mas que terá gosto em fazê-lo e em conhecer e avaliar o impacto de tais medidas nessas empresas para tirar ilações que possam ser aplicadas aos Açores e fortalecer as medidas que venham a ser aplicadas na Região.

Quanto à situação das Flores e Graciosa, informou que os resíduos são encaminhados para a sociedade Ponto Verde, no continente. Acrescentou que a ideia é atuar junto da população, das escolas e da agricultura, cujos resíduos têm um peso significativo. Concluiu afirmando que a atuação do Governo pretende ter um grande nível de envolvimento para maior sucesso.

O Deputado **Paulo Borges** referiu um estudo que mostra que sacos plásticos com capacidade rápida de reconversão no solo também provocam problemas e que as medidas que venham a ser tomadas devem ter em consideração as alternativas a estes plásticos.

O **Secretário Regional** agradeceu o comentário anterior e concordou que esta deve ser uma linha de trabalho.

iii. Audição da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Direção da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores – CCIA, Dr. Sandro Paim, na sua reunião de 28 de agosto de 2013.

O **Presidente da Comissão** procedeu ao enquadramento da audição no âmbito da apreciação da Petição n.º 6/X e referiu que, atendendo à importância prática da questão e ao uso generalizado de sacos de plástico por parte das entidades comerciais, este é um assunto que interessa às entidades empresariais.

O **Presidente da Direção da CCIA** reafirmou a sua concordância com uma estratégia ambiental sustentável, na qual se enquadra a iniciativa de petição, e referiu a necessidade de esforços contínuos nesse sentido. Disse não compreender e discordar da concentração da questão nos sacos de plástico, pois existem outras embalagens utilizadas pelas famílias que têm maior peso, pelo que a estratégia deve ser mais abrangente.

Neste âmbito, referiu a adoção de medidas que desincentivem a utilização individualizada e o reforço da recolha seletiva e mencionou o trabalho significativo da Região a esse nível.

Considerou que a adoção de sacos de plástico pelos estabelecimentos comerciais é económica, dado o maior custo dos sacos de papel. Para o Presidente da Direção da CCIA, a proibição não é adequada, como não é adequado legislar apenas para os sacos de plástico, devendo atender-se aos sobrecustos que adviriam da proibição, pelo que deve analisar-se a inclusão de apoio a esse sobrecusto no âmbito dos apoios às empresas.

Quanto ao alargamento da iniciativa a outras embalagens, o Deputado **Paulo Borges**, do **PS**, disse entender que se trata de situações diferentes, pois os sacos de plástico podem ser controlados pelo preço, enquanto as outras embalagens estão associadas à produção e inserem-se numa questão de âmbito internacional. Quanto ao custo, o Deputado entende que o pagamento de uma fração do saco de plástico implicaria uma poupança para as empresas.

O Deputado **Luis Rendeiro**, do **PSD**, concordou com a necessidade de uma política mais abrangente, mas considerou que os sacos de plástico têm

características peculiares, como a dispersão, que justificam uma abordagem específica.

O Deputado manifestou, ainda, a sua concordância com a introdução de uma taxa que deve reverter a favor das entidades que fazem o tratamento de resíduos e considerou que o valor recomendado da taxa, entre 2 e 5 cêntimos, não parece representar um encargo significativo para as famílias.

O Deputado **Nuno Melo Alves**, do **CDS-PP**, disse compreender a preocupação com outros produtos, como é o caso dos sacos de ração e considerou que não se pode pensar apenas nas grandes superfícies, uma vez que 98% são pequenos comerciantes e todos serão afetados por uma medida desta natureza. Assim, sugere que se pondere a adoção, pelos comerciantes, de outros materiais com menos impacto ambiental, querendo saber qual a posição da CCIA face a essa possibilidade, bem como se a CCIA está disposta a dialogar com a Assembleia Legislativa para que se concilie a proteção ambiental e o interesse das famílias e empresas.

Referindo-se à intervenção do Deputado Luis Rendeiro sobre a reversão da taxa a favor dos operadores de resíduos, o Deputado **Paulo Borges** manifestou o entendimento de que as pessoas não adeririam à medida pois esta traduzir-se-ia num benefício para os operadores.

O Deputado **Luis Rendeiro** esclareceu que o seu comentário é no sentido de que a aplicação da taxa tem um duplo efeito de medida dissuasora que, simultaneamente, gera receita que ajuda ao tratamento de resíduos.

Quanto aos materiais que não são controláveis na Região, porque a sua origem é no exterior, o Deputado **Nuno Melo Alves** quis saber qual a natureza do impacto que teria na economia regional a imposição de uma taxa ou de entraves à sua importação.

O **Presidente da Direção da CCIA** manifestou total disponibilidade para discutir melhorias ambientais e defender os empresários. Referiu que, até agora, a generalidade dos Deputados tem criticado severamente a diminuição dos rendimentos das famílias e parece-lhe desadequada a introdução de um

sobrecusto sobre o consumidor final. Reiterou que deve reforçada a reciclagem e que discorda da imposição de uma taxa ao consumidor final, sem alternativa.

Quanto a constituir uma oportunidade para as empresas açorianas, entende que é uma questão a estudar, mas que só teria efeitos num médio prazo e passaria por um sistema de incentivos à instalação de empresas de embalagens mais amigas do ambiente e, posteriormente, à troca de embalagens pelas empresas a operar no mercado da Região. Concluiu referindo a maior apetência das empresas privadas para operar no sector de resíduos.

O Deputado **Paulo Borges** referiu que decorrem, a nível internacional, iniciativas muito interessantes que investigam novos materiais e que, algures no tempo, irão revolucionar as embalagens dos produtos beneficiando, também, a Região.

O Deputado **Luís Rendeiro** disse entender a preocupação da CCIA com o acréscimo de custos para os consumidores, pelo que a taxa deve ter um valor simbólico. Segundo o Deputado, existem alternativas ao saco plástico, como é o caso do saco reutilizável e do carrinho de compras, que devem ser incentivadas pelas superfícies comerciais.

iv. Audição da Associação dos Consumidores da Região Açores

A Comissão procedeu à audição do Secretário-Geral da Associação dos Consumidores da Região Açores – ACRA, Senhor Mário Agostinho Reis, na sua reunião de 7 de outubro de 2013.

O **Presidente da Comissão** procedeu ao enquadramento da audição e relevou a importância da auscultação à Associação representativa dos consumidores, atenta a matéria em causa na Petição.

O **Secretário-Geral da ACRA** afirmou o acordo da Associação quanto à questão de princípio. Contudo, considerou que a oportunidade não é a melhor porque os custos da erradicação serão refletidos no consumidor num momento muito difícil para o país.

Questionou se a questão abrange apenas os sacos de plástico das grandes superfícies comerciais ou todo plástico, nomeadamente para fins agroindustriais e comerciais.

O Deputado **Luis Rendeiro**, do **PSD**, compreendendo a referência aos tempos de crise e ao reflexo do custo no consumidor e atendendo a que todas as entidades ouvidas defenderam a erradicação e a utilização de alternativas, quis saber se a ACRA defende a aplicação de uma taxa simbólica para os sacos que são distribuídos nas superfícies comerciais e qual o seu valor.

Para a Deputada **Graça Silveira**, do **CDS-PP**, poderia ser considerada a manutenção do saco de plástico, mas promovendo a utilização de sacos reutilizáveis, pelo que quis saber se a ACRA defenderia este tipo de solução, que não levaria a banir a respetiva utilização.

O Deputado **Paulo Borges**, do **PS**, indicou o exemplo dos sacos das lojas IKEA como alternativa a ser utilizada pelas superfícies comerciais.

Comentando as intervenções anteriores, o **Secretário-Geral da ACRA** considerou que o ideal seria a utilização dos sacos de papel, os quais, na sua opinião, também levantam problemas ambientais que se prendem com a sua matéria de origem, nomeadamente com a utilização do eucalipto, e concluiu que qualquer solução que venha a ser adotada terá sempre prós e contras.

Referiu que a ACRA já foi instada, pela então Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a pronunciar-se sobre a matéria e que mantém a sua posição, ou seja que os sacos de grandes dimensões têm que ter um nível de qualidade que permita a sua reutilização. Considerou que qualquer solução será sempre polémica e complexa.

Quanto aos consumidores virem a pagar uma taxa dissuasora, referiu ser uma modalidade que já se pratica em alguns locais, mas entende ser complicado implementá-la no momento atual e tem a maior reserva sobre a eficácia desta medida.

Considerou, ainda, a utilização dos sacos de pano, mas pensa que tal implicaria ultrapassar décadas de hábitos de consumo.

Em síntese, disse que apesar de todas as questões ambientais mantém reservas quanto à aplicação de uma taxa, mas também considera que não pode ficar tudo como está.

A Deputada **Graça Silveira** esclareceu que os sacos que referiu resultam de uma mistura de plástico e fibra, pelo que são mais resistentes e alertou para o facto de que os sacos atualmente distribuídos já têm um custo que é necessariamente imputado. Acrescentou que, em tempo de crise, talvez seja adequado implementar alternativas mais adequadas, as quais todos concordam que são positivas.

O Deputado **Luís Rendeiro** referiu que na situação atual os sacos distribuídos são aparentemente gratuitos mas que o seu custo está refletido nos custos de exploração. Considerou necessário definir um valor necessariamente baixo e simbólico, mas que alertaria as pessoas para a necessidade de diminuir a utilização de um material que é nocivo. Concluiu reiterando a sua sensibilidade face às preocupações invocadas.

O **Secretário-Geral da ACRA** reiterou a necessidade de cautelas face ao momento que atravessamos e exemplificou com a criação da ERSARA que levou a um grande aumento do custo da água, esclarecendo que quando a ACRA se pronunciou a favor da regionalização destes serviços não imaginava o aumento de custo que daí decorreria.

Para o Secretário Geral, toda e qualquer medida que se adote e que tenha a ver com custos terá reflexos na comunidade.

Quanto a valores de uma eventual taxa, disse que não se pronunciaria por não dispor de estudos que suportem aquele que seria um valor razoável.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* regista o esforço da indústria, a nível internacional, que procura desenvolver alternativas ao plástico, que permitirão, no médio prazo, substituir a utilização de sacos deste material. Para o PS, é

necessário refletir sobre o que é melhor para o ambiente e sobre as melhores soluções para o problema objeto da Petição e essa responsabilidade cabe, também, à Comissão. Considera, ainda, que apesar dos custos envolvidos na eventual aplicação de uma taxa, é necessário adotar medidas que levem à alteração do comportamento humano nesta matéria.

O Grupo Parlamentar do PSD considera a Petição muito pertinente pelo impacte ambiental dos sacos de plástico e regista que os pareceres recebidos pela Comissão apontam todos no sentido da redução da sua utilização. Atendendo ao tempo excessivo de degradação dos sacos utilizados pelas grandes superfícies comerciais, o PSD entende que é necessário equacionar alternativas e medidas dissuasoras e que, a ser aplicada uma taxa, a mesma deve ser de pequeno montante e simbólica.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que parte da questão se prende com o comodismo das pessoas, uma vez que todos os bens são vendidos em embalagem própria. Regista a existência de superfícies comerciais em que não são disponibilizados sacos de plástico normais e considera que existem, no imediato, soluções baratas que podem ser adotadas mesmo pelas pessoas com menores rendimentos. Considera, no entanto, que não se pode pensar apenas nas grandes superfícies, uma vez que nos Açores 98% são pequenos comerciantes e todos serão afetados por uma medida desta natureza. Para o CDS-PP a solução do problema é, também, responsabilidade da Assembleia Legislativa.

A Representação Parlamentar do PCP considera que a formação e a sensibilização são as medidas mais eficazes porque levam à alteração de comportamentos e não impedem o desenvolvimento paralelo de outras medidas, como a introdução de uma penalização pela utilização de materiais não degradáveis. Considera, ainda, que existe uma consciência generalizada dos efeitos dos plásticos nos ecossistemas, a que acresce a poluição da paisagem.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição nº 6/X, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A utilização de sacos e embalagens de plástico no comércio, serviços, indústria e agricultura tem impactes ambientais significativos, quer ao nível dos ecossistemas e das espécies quer ao nível da paisagem.
2. A educação e a sensibilização para a redução da sua utilização devem ser reforçadas.
3. Devem ser implementadas medidas orientadas para a redução progressiva da utilização destes materiais e para a sua substituição por materiais alternativos, com melhor comportamento ambiental, as quais devem ser integradas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, no âmbito da revisão em curso.
4. No caso particular da utilização dos sacos de plástico, devem ser adotadas medidas que permitam a redução substancial, no curto prazo, da sua utilização no comércio, designadamente a aplicação de uma taxa, ainda que de valor simbólico, no momento da sua disponibilização.
5. A sensibilização dos consumidores finais para a utilização de meios alternativos de carregamento e transporte deve ser reforçada.
6. O sucesso de uma estratégia orientada, no curto prazo, para a redução da utilização dos sacos de plástico, mas que vise, num horizonte temporal mais alargado, a sua erradicação, bem como a substituição do plástico por materiais com melhor comportamento ambiental em todas as áreas de atividade implica, necessariamente, o envolvimento dos diferentes níveis de poder e de todos os agentes económicos e sociedade civil.

7. A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deverá, no âmbito das suas competências legislativas próprias, tomar as iniciativas que se mostrem necessárias e adequadas à prossecução dos objetivos mencionados.

Considerando que a Petição foi subscrita por 266 cidadãos e atendendo ao âmbito dos interesses em causa e à importância social da matéria, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação da Petição em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento.

Angra do Heroísmo, 7 de outubro de 2013

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por saudar os peticionários que nos trazem, com esta petição, um assunto que é pertinente, quer pelas preocupações ambientais que têm subjacentes, quer ainda por razões que se prendem até com o efeito dos sacos de plástico, como elementos poluidores duma paisagem que queremos limpa.

Como decorre da leitura do relatório que foi feito pela Deputada Isabel Rodrigues, a Representação Parlamentar do PCP aprovou quer as conclusões, quer este relatório.

Vamos estar certamente atentos à implementação do conjunto destas conclusões, designadamente as conclusões 2 e 3 que dizem respeito à educação

e sensibilização para a redução da sua utilização, que devem ser reforçadas, bem assim como a implementação de medidas orientadas para a redução progressiva da utilização destes materiais e para a substituição por materiais alternativos, com melhor comportamento ambiental, as quais devem ser integradas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores no âmbito da sua revisão.

Em relação à conclusão nº. 7 e que diz que: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deverá, no âmbito das suas competências legislativas próprias, tomar as iniciativas que se mostrem necessárias e adequadas à prossecução dos objetivos mencionados”, a Representação Parlamentar do PCP anuncia à câmara e aos peticionários de que no primeiro trimestre de 2014 fará entrar uma iniciativa legislativa que vá ao encontro da pretensão dos peticionários.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos desde logo de saudar também o peticionário e todos os que assinaram esta petição pelo interesse desta iniciativa, quer em termos ambientais, sociais e económicos.

A petição em apreciação “A favor da erradicação dos sacos de plástico da Região Autónoma dos Açores”, chega de facto numa altura em que a nossa sociedade atingiu níveis absurdos de utilização do plástico para uma grande diversidade de fins.

Os peticionários de facto identificaram os seguintes problemas:

Os plásticos são de facto, a maior parte dos que nós utilizamos, não recicláveis, são descartados e chegam aos aterros provocando, muitas vezes, grandes problemas nos ecossistemas terrestres e marinhos;

Os sacos de plástico são uma verdadeira ameaça para o nosso ecossistema, em particular para as espécies marinha. De facto está estimado que 80% da

poluição marinha, nas doze maiores regiões do Planeta, é causada por sacos de plástico.

Este relatório, o Relatório das Nações Unidas, refere ainda que 95% das espécies de aves aquáticas que sobrevoam zonas do norte da Europa apresentam vestígios de plástico no seu estômago.

Esta é de certo modo uma petição visionária, porque ambiciona uma mudança de paradigma da forma como a nossa sociedade utiliza este tipo de materiais.

Os custos associados a este tipo de materiais têm a ver com, por exemplo, a necessidade de limpeza dos cursos de água, das praia, limpeza de lixo urbano, limpeza de resíduos da atividade agrícola, reciclagem e triagem de material plástico, programas públicos de educação ambiental.

Hoje existem esforços internacionais para encontrar alternativas ao plástico, estando a ser desenvolvida investigação a nível industrial para, por exemplo, encontrar plásticos biodegradáveis.

No entanto, também sabemos que alguns desses plásticos biodegradáveis têm vindo a verificar-se que têm também impactos nos ecossistemas pelo que não é seguro que tenhamos chegado a soluções minimamente aceitáveis a este nível também.

Nos Açores o PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) constitui o programa que regula os processos de reciclagem.

A gestão recente de resíduos nos Açores destaca-se pela dimensão financeira de investimento e pela capacidade que o Governo Regional teve em criar, em todas as ilhas, centros de processamento de resíduos para lidar com o grande volume de resíduos, que o nosso tipo de sociedade produz.

Tendo como base, por exemplo, o horizonte 20/20, a Comissão Europeia pretende reduzir drasticamente o uso de sacos de plástico, reduzindo o lixo, incentivando a prevenção de resíduos e o uso mais eficiente dos recursos com posições positivas para a economia.

Por exemplo, a Comissão Europeia, calcula que de acordo com os números de 2010, cada cidadão da União Europeia utiliza cerca de 200 sacos de plástico por ano, cerca de 90% destes são estimados como sendo sacos ditos leves.

Dados do Eurostat indicam que, com base em medidas como a introdução de uma taxa sobre os sacos de plástico, na Dinamarca e na Finlândia o consumo médio de sacos de plástico finos era apenas de 4 por pessoa, em comparação com 466 na Polónia, Portugal ou Eslováquia.

O Grupo Parlamentar do PS regista o esforço internacional na procura de alternativas biodegradáveis ao saco plástico, teremos no entanto que avançar com medidas mais sistémicas que passam pela educação das populações, introdução gradual de alternativas ao saco plástico e outras que terão que ser encontradas dentro dos próximos anos.

O PS e o Governo Regional dos Açores estão sensíveis a esta temática e não deixarão de refletir em futuras medidas legislativas essa sua preocupação.

Obrigado.

Deputadas Isabel Almeida Rodrigues, Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo, como é habitual, por saudar os peticionários, pela utilização deste instrumento de democracia participativa, e ativa, que é a Petição Pública. E, neste caso, de uma forma ainda mais entusiástica, tendo em conta a pertinência do tema que a petição em causa aborda, bem como a oportunidade em que o mesmo é aqui trazido, numa altura em que a problemática dos resíduos e da valorização ambiental se assumem nas nossas ilhas como temas centrais da ação governativa.

O debate, em comissão, da problemática aqui trazida por esta petição - os problemas ambientais causados pela utilização dos sacos de plástico - foi amplo, franco e esclarecedor. As conclusões do relatório produzido pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho dão boa nota disso mesmo.

Daí que ninguém questione os significativos impactes ambientais dos sacos e embalagens de plástico, frequentemente utilizadas por todos os agentes de atividade económica, sobre os ecossistemas, espécies e paisagem;

E que daí, também, se assuma a necessidade de reforçar as medidas de educação e sensibilização para a redução da utilização destes materiais. Neste capítulo, assumem especial importância as medidas especialmente orientadas para a dissuasão da utilização do saco de plástico e sua substituição por materiais alternativos, reutilizáveis e amigos do ambiente.

Quaisquer medidas a tomar, devem ser implementadas de modo a que promovam uma redução substancial do uso do saco de plástico, no mais curto espaço de tempo possível, ao mesmo tempo em que se reforça a promoção de alternativas reutilizáveis e/ou biodegradáveis, de modo a aliviar o ambiente desta autêntica “chaga” que são os sacos de plástico, cuja dispersão, quer pelos ventos quer por outros meios, acentua a gravidade do problema ambiental por eles causado.

Não nos parece que seja difícil encetar esforços no sentido de virem a ser tomadas medidas legislativas que vão ao encontro das aspirações dos petionários. Concordamos com a urgência das mesmas.

Estamos também a par daquilo que foi feito noutros locais, com objetivos idênticos, e quais os resultados que foram alcançados. Dificilmente se conseguirá a erradicação total do uso de sacos de plástico nos Açores, mas com certeza que será possível, com a adoção de medidas concretas, uma redução substancial da utilização dos mesmos, que possa ser sentida no quotidiano das pessoas e no ambiente que todos devemos querer cuidar e preservar nos Açores. Está também comprovado que os sacos de plástico, ditos biodegradáveis, distribuídos pelas grandes superfícies comerciais, levam demasiado tempo a “degradar-se”, o que faz com que, ainda assim estejam demasiado tempo presentes e a contaminar o ambiente. Do mesmo modo, as mais modernas tecnologias em termos de polímeros, rápida e verdadeiramente biodegradáveis, ainda não se encontram disponíveis para uma utilização massificada e económica.

Os sacos em papel, nos Açores, dificilmente poderão ser alternativa dadas as nossas circunstâncias climatéricas, uma vez que a humidade danifica precocemente esta forma de acondicionamento das mercadorias adquiridas no comércio. Para além disso, e de acordo com as informações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, o custo dos sacos de papel é superior ao dos sacos de plástico.

Apesar de não biodegradáveis, os sacos de plástico são recicláveis. No entanto, a Região, uma vez que ainda não conseguiu concluir o PEGRA, fruto da não construção, até ao momento, das centrais de valorização energética de resíduos da Terceira e de São Miguel, apresenta-se deficitária ao nível do tratamento e valorização destes contaminantes ambientais.

Concordo com o senhor Secretário Regional dos Recursos Naturais quando este defendeu, em comissão, que uma das medidas que seria possível de implementar de forma rápida e que levaria a uma menor utilização dos sacos de plástico seria a interdição de publicidade nos mesmos, sobretudo pelas grandes superfícies comerciais.

Deve também assumir-se que a distribuição gratuita dos sacos de plástico nas superfícies comerciais é uma falácia. Os sacos de plástico têm um custo de produção e aquisição que, por mais baixo que seja, está sempre reflectido e diluído nos preços dos bens de comércio que os consumidores adquirem, ou seja, faz parte dos custos de exploração.

Quanto à questão mais polémica que é a da aplicação, ou não, de uma medida de carácter pecuniário sobre a distribuição dos sacos de plástico, deverá ser precisamente a questão a debater com mais seriedade e serenidade em todo este processo.

Existem grupos económicos em Portugal Continental que já adotaram a medida de cobrar um valor pela distribuição do saco de plástico, promovendo assim a reutilização do mesmo, bem como o uso de outros “sacos” ou recipientes que o cliente traga de casa. Há resultados dessa medida que podem ser estudados e valorizados.

Na Madeira, e segundo informação fornecida pelo primeiro peticionário, a qual poderá ser confirmada por esta Assembleia, a aplicação de um valor pecuniário sobre a distribuição de sacos de plástico terá levado a uma diminuição de cerca de 68% da utilização dos mesmos.

Temos informações de que a utilização de medidas dissuasoras de carácter pecuniário na distribuição dos sacos de plástico diminui rápida e eficazmente a proliferação deste produto nos espaços comerciais e, conseqüentemente, fora deles.

No entanto, também não somos alheios às dificuldades que a nossa população vive no momento presente e que a aplicação de toda e qualquer medida que onere o que quer que seja. Poderá ser um encargo adicional, mais um, que as famílias veriam cair sobre si. Ao mesmo tempo, é de reconhecer que é exatamente neste tipo de cenário que tais medidas têm a sua eficácia máxima.

Toda a ponderação se exige nesta matéria. A avançar neste sentido, será essencial uma ótima comunicação e explicação de motivos, quer a consumidores, quer a empresários, eventuais medidas pecuniárias deverão sempre reverter em favor das entidades que promovam as ações de reciclagem e/ou limpeza e qualidade ambiental, e nunca serem encaradas como mais uma fonte de proveitos para as empresas.

Qualquer ação de carácter financeiro a implementar e a aplicar, terá obrigatoriamente que ser de um valor baixo, simbólico até, de modo a que tenha um efeito meramente dissuasor da utilização do saco de plástico e não penalizador do consumidor, ao mesmo tempo que se atenuam os custos das medidas de tratamento dos resíduos que veriam aqui mais uma ajuda ao seu financiamento que, como todos sabemos, é oneroso e muitas vezes deficitário.

Este é um assunto da máxima pertinência. Merece de nós, a mais cuidada atenção.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o objeto deste petição é louvável e por isso saudamos os peticionários, não só pela iniciativa em si, como pela sua pertinência.

As questões ambientais preocupam há muito o CDS nas quais se incluem naturalmente as questões relacionadas com a poluição ambiental, seja ela ou não causada por sacos de plástico.

Obviamente que os sacos de plástico sendo derivados do petróleo têm períodos de degradabilidade demasiados longos com todas as consequências que isso tem, muito em particular nas ilhas onde temos as nossas bolsas de resíduos completamente saturadas, sem alternativas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e portanto todas as medidas que vierem no sentido de reduzir este problema serão bem vindas.

Parece-me que o âmbito desta petição não é efetivamente no sentido do tratamento de resíduos, mas dos sacos de plástico muito mais na perspetiva de serem descartados num ambiente de forma incorreta que contribuem não só para a poluição visual, que numas ilhas como as nossas que se querem promover pelo turismo, conta e muito. Queremos defender o não poluído, a natureza e depois termos os ambientes marinhos completamente contaminados com sacos de plástico, à parte dessa imagem, obviamente que constituem um perigo para os ecossistemas e para os animais marinhos.

No entanto, quanto ao texto da petição fica-se com a impressão de que a principal preocupação será a distribuição gratuita de sacos plásticos nas superfícies comerciais, que efetivamente constitui um problema em termos de consciencialização social para comportamentos ambientais menos corretos, no entanto a questão da venda de sacos plásticos nas superfícies comerciais é apenas uma ínfima parte daquilo que se pretende com esta petição ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que é a favor da erradicação dos sacos plásticos na RAA. Aí temos que pensar que todos os bens que são vendidos, ou a grande maioria que

são vendidos nestas superfícies já têm embalagens individuais, muitas delas de plástico, os que não têm embalagens individuais que nós temos que pesar avulso, falo de frutas e legumes, são também disponibilizados sacos de plástico e pergunta-se se se vai também taxar o saquinho de plástico fininho que está na zona dos queijos frescos, dos vegetais, etc, etc.

Obviamente não podemos deixar de lembrar que todas as pessoas na Região que eu conheça, acondicionam o seu lixo em sacos de plástico.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nos saquinhos que estão na zona dos queijos e da fruta!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente não costuma fazer compras de super mercado para a sua casa?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Faço, faço!

A Oradora: Ah! Só compra fruta enlatada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na minha casa, não! No supermercado!

A Oradora: As latas também constituem uma contaminação ambiental.

A este respeito dos sacos de plástico para acondicionamento do lixo, parece-nos que existem também algumas incoerências no que se refere a esta petição, porque por um lado defende que se deve diminuir o desperdício, por outro lado preocupa-os o facto dos sacos serem descartados na natureza indevidamente e depois dizem a oferta dos sacos de plástico perturba porque provoca a sensação de que o acesso livre a este tipo de desperdícios pode ser uma forma de acondicionar gratuitamente o seu próprio lixo doméstico.

Ou seja, o que é que os nossos peticionários estão a dizer?

Não queremos desperdícios, não queremos deitar fora os sacos de plástico, mas usar os sacos de plástico das superfícies comerciais para meter o lixo não serve, porquê? Este saco é menos poluidor? Se eu comprar um saco plástico preto numa superfície comercial vou estar a contribuir menos para poluir o ambiente?

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não posso deixar de concordar que mais do que a natureza dos sacos (se são de plástico com todos os problemas que isso tem, se são de papel

pela questão da humidade que o Sr. Deputado Luís Rendeiro mencionou) se nos focarmos na questão ambiental que estamos aqui a discutir o abate de árvores para a produção de pasta papel, para a produção dos sacos e/ou os novos polímeros como todos nós sabemos, vão levar anos a chegar ao mercado, pelo menos a preços que as nossas populações possam praticar.

Portanto, não posso deixar de concordar que temos que sair do paradigma do descartável e passar a utilizar sacos que não sejam descartáveis mas reutilizáveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não estamos a falar de nenhuma invenção. Neste momento as nossas superfícies comerciais têm sacos de polímeros de fibra a preços muito praticáveis, a 50 cêntimos e que, por exemplo, e já tive oportunidade de dizê-lo, sei que não é porque sou mais iluminada mas porque vivi durante muitos anos numa sociedade onde isto é implementado, tenho os meus sacos na porta bagagem do carro, faço as compras levo nos sacos e volto a utilizar os mesmos sacos ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora é um exemplo de uma cidadã!

A Oradora: ... e muito me apraz saber que há miúdos novos, há uma nova geração muito aberta a esta consciencialização.

Todos nós temos obrigação de fazer a diferença com o exemplo.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

[Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.](#)

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito, pelo menos muita coisa de importante foi dito sobre esta petição, mas eu ainda não disse que saúdo amplamente e fervorosamente os peticionários e as peticionárias que ousaram levantar a questão da erradicação dos sacos de plástico na RAA.

Digo ousaram porque eu gostei particularmente de uma expressão utilizada pelo Sr. Deputado Paulo Borges quando disse que estes peticionários e peticionárias eram visionários, de alguma maneira eram visionários.

De facto eu assim os considero, na medida em que propor a erradicação dos sacos de plástico na RAA, (deixem-me dizer-lhes isto também) ou em qualquer Região do nosso País é de facto de um visionarismo e de uma ousadia muito grande, porque o plástico, não só os sacos de plástico, mas o plástico de uma maneira geral, faz parte dos nossos hábitos, dos nossos comportamentos que são quase uma segunda pele e nós até nos damos ao luxo de ficarmos muito admirados quando nos entregam um produto e não dão um saquinho de plástico para lá pôr dentro.

Quantas vezes nos entregam uma coisinha deste tamanho, como uma caixa de medicamentos, que pesa 2 ou 3 gramas mas que tem que vir dentro do saco de plástico.

Ser visionário é realmente reivindicar para a RAA políticas e iniciativas que a médio e longo prazo possam assegurar a erradicação de um poluente, eu não sou cientista, mas dizem que o saco de plástico demora um minuto a fazer e quatrocentos anos a desaparecer da face da terra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é? Somos todos!

A Oradora: Penso que isto também tem que ser dito e redito aos cidadãos e às cidadãs desta Região (um minuto a fazer, quatrocentos anos a desaparecer) nós vamos colecionando montanhas de sacos plásticos lá em casa, às vezes até arranjam um caixote, ele também de plástico, para pôr os sacos de plástico que vamos acumulando e trazendo de tudo o quanto é sítio.

Portanto eu saúdo a visão, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A visão, o progresso...

A Oradora: ... saúdo a ousadia, saúdo sobretudo o atrevimento de pensar que é possível combater todos os interesses, todos os *lobbies*, todos os negócios, tudo aquilo que se prende também com a venda dos sacos de plástico, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O lucro!

A Oradora: ... para que algum dia os pássaros que sobrevoam por cima das nossas cabeças não tenham no estômago sacos de plástico; as tartarugas que andam nos nossos mares não morram asfixiadas com os sacos de plástico.

Na realidade às vezes ser progressista, Sras. e Srs. Deputados é ser conservador. Foi um grande amigo meu, com certeza conhecido por todos e por todas nesta casa que se chamava Veríssimo Borges, que me disse várias vezes que em termos ambientais o ser progressista tem que ser, ser conservador.

Quanto mais aprendo mais lhe dou razão e cá está os sacos de plástico. A minha avó, a minha mãe ainda na época, iam ao mercado com um saco ou de verga ou de pano e era esse saco de verga e de pano que nós trazíamos vezes sem conta dos mercados, lavávamos e voltávamos a ir buscar.

Eu já não digo para todos nós começarmos a ter um saquinho de pano, alguns deles tão bonitos com os bordados açorianos, por exemplo, que existem por aí ou de verga, mas que alguma coisa a sociedade tem que fazer para se ver livre desta pecha e deste atentado ambiental que é o plástico da nossa sociedade e nas nossas vidas, disso não tenho a mínima dúvida e os peticionários e as peticionárias estão absolutamente de parabéns por terem a ousadia de levantar esta questão na Assembleia Legislativa dos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM em relação a esta matéria nada mais tem a acrescentar do que aquilo que foi dito pela CAPAT, que na minha perspetiva fez um excelente trabalho e que nas conclusões que recomenda a este Parlamento, eu não posso estar mais de acordo com estas recomendações.

Eu penso que é um caminho pragmático e é um caminho possível de melhorias que é possível implementar.

Deputado José San-Bento (PS): Quantos sacos o Corvo tem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os gatos comeram!

O Orador: Nesse sentido eu concordo integralmente com aquela que foi a decisão e as conclusões que estão aqui sintetizadas pela CAPAT.

Presidente: Muito obrigada Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto 3 da nossa agenda e vamos avançar na ordem do dia para o ponto 4: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/X – “Medidas complementares ao subsídio de desemprego”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são aqueles que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa surge na sequência de uma intenção manifestada por parte do PDS-Açores logo aquando do debate do Programa do Governo em novembro passado.

Na altura (depois fizemos a sua apresentação formal no dia 14 de fevereiro) dizíamos que não podíamos ficar tranquilos, todos nós (não só o PSD-Açores, todos nós), com a dramática situação em que se encontravam muitos milhares de famílias açorianas, não podíamos estar descansados enquanto milhares de pessoas estavam a passar por graves dificuldades por falta de trabalho.

Dizíamos que existia, efetivamente, um regime que se encontrava em aplicação, um regime de subsídio de desemprego que pretendia também fomentar o regresso à vida ativa, mas que obviamente não cobria todas as situações possíveis, designadamente as situações mais dramáticas que estão a ser vividas por muitas famílias açorianas, por isso, a necessidade de criarmos medidas que minimizassem essas dificuldades, medidas de natureza complementar.

Aliás, tínhamos, logo desde o início da legislatura, manifestado o nosso propósito de colaborarmos com o Governo Regional e colaborarmos com todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, no sentido de criar situações, de criar medidas, de melhorar algumas das medidas existentes que

melhorassem a situação por parte dos açorianos a viverem uma situação tão trágica, tão dramática como aquela que se encontram a viver.

Não pretendemos, por isso, com essa iniciativa, substituir o que quer que seja. Há muitas medidas existentes e o próprio regime de subsídio de desemprego responde a muitas situações, mas há situações que neste momento se encontram a descoberto, designadamente pelo desemprego prolongado que se verifica e que tem aumentado da forma que todos conhecemos.

Portanto, é por isso que consideramos que isto é um regime complementar e não de substituição do que quer que seja.

Não é efetivamente possível ficar indiferente a esta dramática situação que se vive nos Açores e que se verifica com muitos açorianos.

Aliás, já hoje aqui falámos, no final da manhã, dessa situação e do grave problema com que neste momento se confronta a sociedade açoriana que é, sem dúvida, o problema mais grave, mais dramático que seguramente está na mente de muitos, que seguramente está no dia-a-dia de muitos ao nível das suas casas, ao nível do relacionamento com as suas próprias famílias.

São efetivamente os 21.545 desempregados que se conheceram no final do 3.º trimestre do ano, que nos preocupam e que constituem uma marca de enorme preocupação para todos nós (falo de todos nós aqueles que nos sentamos aqui, neste Parlamento).

É efetivamente um máximo infeliz que foi atingido em todo o tempo de autonomia que seguramente nos preocupa a todos.

Há efetivamente muitas famílias que neste momento assistem ou que vivem com uma situação de quebra de rendimentos muito acentuada e que as impede de satisfazer, junto das suas famílias, as suas próprias necessidades essenciais, as suas necessidades básicas.

É uma situação objetiva e efetivamente dramática e dentro desta situação dramática como um todo há muitas situações particulares dramáticas e existem especialmente situações muitíssimo dramáticas. É relativamente a estas que nos pretendemos dirigir quando avançámos com esta iniciativa, no sentido de

minimizar a situação grave em que se encontram. Foi por isso que apresentámos este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Tal como dissemos, e gostaria de reafirmar neste momento, estamos abertos (dissemo-lo em comissão, dissemo-lo na altura em que o apresentámos) a qualquer alteração relativamente à própria iniciativa que foi apresentada inicialmente.

Estamos disponíveis para qualquer aperfeiçoamento, estamos disponíveis para qualquer consenso que seja possível para resolver a situação de vários milhares de açorianos que podem ficar a beneficiar se esta iniciativa for aprovada, iniciativa (refiro mais uma vez) que nada substitui, apenas complementa.

Isto visa minimizar efetivamente a quebra do rendimento de muitas famílias, designadamente as que se encontram numa situação particular ou em duas situações particulares, em relação ao subsídio de desemprego: quem deixou de receber (e sabemos que o desemprego de longa duração tem vindo a aumentar e isso tem levado a que obviamente existam muitas famílias que, estando numa situação de desemprego, chegam ao final do subsídio de desemprego e, portanto, nem têm direito à prestação recebida e também ainda não encontraram trabalho, por isso entram numa situação de absoluta falta de rendimentos) e há inúmeros desempregados que efetivamente estão a assistir a isso dia-a-dia, (provavelmente o Membro do Governo, o Sr. Vice-Presidente, que é responsável pelos serviços de emprego, ou a Sra. Secretária da Solidariedade Social, saberão), e hoje mesmo haverão muitos açorianos que deixaram de receber o subsídio de desemprego, pois chegou o final do seu prazo e a partir de hoje muitos desses açorianos não terão rendimentos (isso cria verdadeiras situações de emergência); uma outra situação que também existe e que penaliza de uma forma acrescida algumas famílias são aquelas em que ambos os membros do casal ou pelo menos, no caso de famílias monoparentais, o único membro que tinha trabalho e que estava a receber o subsídio de desemprego, se confronta com uma situação que abrange, no fundo, todo o agregado familiar, isto é, não há ninguém na família que tenha efetivamente emprego e que possibilite a angariação de rendimentos.

É nesse sentido, são para estes casos mais dramáticos, são para estes casos de maior fragilidade, que esta iniciativa visa, para complementar aquilo que já existe, estabelecer estas medidas complementares de subsídio de desemprego e estabelecem-se a dois níveis, ou poderão ver-se a dois níveis - para aqueles que já terminaram o subsídio de desemprego, para aqueles, designadamente os desempregados de longa duração, que deixaram de receber o subsídio de desemprego -, existem duas alternativas: ou através de uma medida ativa, de uma medida que proporciona uma atividade ocupacional remunerada em instituições sem fins lucrativos, em cooperativas, na administração regional ou na administração local; ou uma medida passiva que será sempre uma alternativa à medida de atividade ocupacional remunerada, que será um subsídio sequente ao subsídio de desemprego e que visa, portanto, aqueles que, tendo acabado o seu prazo de subsídio de desemprego, não tendo direito a uma atividade ocupacional porque não existem projetos aos quais eles possam ficar ligados, têm um subsídio subsequente que é na ordem dos 50% daquilo que recebiam até aí e têm depois, dentro das medidas passivas, aquela que visa um complemento do subsídio de desemprego para as famílias em que o subsídio de desemprego atinge ambos os membros do casal.

Portanto, são três medidas. Se quisermos: uma medida ativa, atividade ocupacional; e duas medidas passivas (o subsídio subsequente ao subsídio de desemprego ou um complemento para aqueles em que ambos os membros do casal estão numa situação de desemprego).

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: De uma forma geral, e relativamente a esta iniciativa, quando foram ouvidos, designadamente em comissão, os parceiros sociais (questionando uma questão, questionando algo aqui ou ali), receberam bem, consideraram positiva esta iniciativa e o próprio Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, quando foi ouvido em comissão, começou por dizer que a iniciativa era bem-vinda (foram as palavras que utilizou, lembrei-as há pouco quando estava aqui a preparar esta apresentação).

Dizia, naturalmente, relativamente a cada uma das medidas e provavelmente vai dizê-lo hoje e vamos falar disso, algumas já se encontravam em curso, outras não teriam a ver exatamente pelo menos com a sua área de atuação. Vamos falar disso e estamos abertos, obviamente, a fazer todas e quaisquer alterações, todos e quaisquer aperfeiçoamentos no sentido de proporcionar aos açorianos que estão nesta situação uma forma de angariação de rendimento que se reflita positivamente nas suas famílias, que possibilite, no fundo, satisfazer as suas necessidades básicas.

Queremos efetivamente com esta iniciativa que existam novos meios de natureza complementar, meios complementares para melhorar a vida dos açorianos.

Há efetivamente muitas famílias em situação de manifesta aflição.

Este é o contributo da parte do PSD-Açores relativamente às situações mais dramáticas e esperamos obviamente que, pelo menos em tempos parciais, exista um acolhimento por parte deste Parlamento, porque temos a certeza que assim teremos todos a oportunidade, de fazer surgir uma iniciativa que vai aliviar os açorianos que estão a viver uma situação perfeitamente dramática.

Prestaremos seguramente um bom serviço aos açorianos se conseguirmos que estas medidas que estão nesta iniciativa, ou parte destas medidas que estão nesta iniciativa, possam favorecer os açorianos. É para isso que estamos aqui a trabalhar.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria em primeiro lugar de repetir as palavras que disse na comissão, de saudar o espírito subjacente à iniciativa do PSD.

É uma iniciativa que foi apresentada e remetida a esta Assembleia no dia 14 de fevereiro de 2013 e que visa, principalmente no âmbito daquilo que é considerado a medida ativa, criar um programa de atividades ocupacionais remuneradas a que tenham acesso os inscritos nos centros de emprego há 4 meses e que possa ser utilizado pela administração regional e local, por cooperativas e associações sem fins lucrativos, com um prazo de 6 meses, eventualmente prorrogável por mais 6 meses, com um valor que é sensivelmente entre o ordenado mínimo e de 720 € por mês, sendo que a entidade que recebe no âmbito desse programa tem uma participação de 10%.

Isso foi apresentado pelo PSD no dia 14 de fevereiro passado e a nossa concordância com esta medida,...

Aliás, esta proposta foi feita na sequência (agora quero fazer aqui um parêntesis, não estou aqui, nem devemos nunca estar a discutir o que é que surgiu primeiro, não é isso que interessa, não é isso que é relevante) do Governo ter anunciado uma medida de idêntico sentido no dia 4 de fevereiro, no Conselho de Governo de dia 15 de fevereiro aprovou o Programa Recuperar, que foi publicado no dia 19 fevereiro e coincide exatamente à medida que aqui está proposta.

O que quer dizer que há sobre esta matéria uma sintonia absoluta entre o Governo dos Açores e o PSD. A sintonia é tão absoluta com aquilo que foi apresentado na altura (portanto, a responsabilidade de estar agora a ser discutida não pode ser assacada ao PSD, tem a ver com o processo legislativo), a importância desta medida foi para o Governo de tal maneira urgente que coincidiu com (e volto a dizer que não vou discutir, não é isso que interessa, se foi na sequência do anúncio que o Governo fez ou se foi uma questão atrás de outra, o que importa é que nesta matéria houve uma convergência) a necessidade de tomar uma medida precisamente para resolver o problema dos desempregados que deixaram de receber subsídio de desemprego, que ficaram

sem rendimento e que são cerca de 80% dos desempregados inscritos nos centros de empregos.

Essa deve ser a nossa prioridade absoluta. São pessoas que estão em situação de desemprego e ficaram sem rendimento. Coincidentemente a proposta que o PSD traz a esta Assembleia corresponde, como estive a apresentá-la, exatamente, com pequenos, muito pequenos pormenores, com aquilo que o Governo aprovou no Conselho de Governo do dia 14 de fevereiro e que foi publicada no dia 19 de fevereiro. Está em vigor para benefício dos açorianos desde essa altura.

Posso dizer que neste momento estão já 755 açorianos a beneficiar desta medida que agora é debatida. Portanto, a nossa concordância sobre a mesma não foi uma concordância de palavras, foi uma concordância de atos, ou seja, já há cerca de 10 meses que esse objetivo e essa metodologia, que foi por vós agora proposta, está em vigor na nossa região.

Como consideramos que não era a medida (e o tempo veio a demonstrar) perfeita, posso também dizer que estamos a preparar e vamos, muito rapidamente, fazer alguns ajustamentos a este mesmo programa, aquilo que também o PSD não incluiu na sua proposta e que também na regulamentação existente publicada em fevereiro não acontecia.

Conforme tive oportunidade de dizer na comissão quando fui ouvido sobre essa matéria, era necessário fazer um aperfeiçoamento da proposta para que isto deixasse de ser um programa ocupacional e passasse a ser efetivamente um contrato onde se salvaguardasse os direitos de trabalho das próprias pessoas que exercem essa atividade, nomeadamente através da introdução da obrigatoriedade do desconto para a Segurança Social, para que esse tempo seja um tempo efetivo de trabalho e que corresponda conseqüentemente a adquirir um conjunto de direitos sociais e de contagem de tempo de serviço correspondente a isso.

Era o que faltava neste programa e o Governo, de acordo com o compromisso que anunciei aliás na comissão, está neste momento em condições de fazer

precisamente essa alteração ao programa que tem desde fevereiro, que é o Programa Recuperar como todos sabem e que está neste momento em vigor.

Portanto, o que posso dizer sobre esta matéria é que a nossa concordância com este problema é tão absoluta e tão emergente que nós, em fevereiro, aprovámos e temos em vigor um programa exatamente com o espírito que propõem neste momento fazer.

Por outro lado, se me permitem, também chamar a atenção para uma questão.

Programas de emprego, este tipo de programas, têm um efeito multiplicador muito grande se forem financiados, enquadrados, na política do âmbito do Fundo Social Europeu. Carece de uma notificação prévia às instâncias comunitárias, aos seus representantes, de forma a que possamos, com o mesmo investimento, beneficiar 9 vezes mais pessoas do que se fosse um programa não enquadrado, no âmbito do Fundo Social Europeu. Isso implica uma notificação prévia que fizemos no âmbito do Recuperar e com isso conseguimos, com os mesmos recursos, com o mesmo investimento, beneficiar 9 vezes mais pessoas do que o um programa com estas características, que não tinha essa notificação prévia, mas nesta matéria não é o importante, porque o programa já está em vigor.

Também gostaria de deixar ficar aqui o compromisso do Governo que a importância e o sucesso deste programa é tão relevante que, no próximo ano, vamos, no âmbito do Programa Recuperar, fazer um investimento de 12 milhões de euros na execução deste programa, alavancando ainda mais a sua importância, o desenvolvimento da capacidade de empregabilidade dos açorianos no apoio às instituições Particulares de Solidariedade Social, às instituições desportivas, recreativas e culturais, à administração local, que podem beneficiar deste programa e assim também criar condições para que o mesmo beneficie mais açorianos e tenha mais sucesso do que aquele que já tem neste momento.

Para concluir sobre esta matéria, sobre esta parte das medidas ativas, dizer que nesta matéria estamos perfeitamente de acordo, tão de acordo que o Governo já

está, desde fevereiro, a executar aquilo que agora chega à Assembleia, a vossa proposta, mas que, também registado, foi apresentada no dia 14 de fevereiro.

Segunda matéria, em relação àquilo que consideram e que chamam, não de medidas ativas, mas de medidas passivas.

Aí o Governo tem, não em relação ao objetivo, mas em relação à forma, algumas divergências que também tive oportunidade de apresentar na comissão. A primeira divergência tem a ver com a solução. A solução é associar à situação, não dos 80% de desempregados que não têm subsídio de desemprego, mas aos 20% que beneficiam de subsídio de desemprego, única e exclusivamente um complemento de rendimento.

A nossa proposta, aquilo que nós estamos a executar correspondendo a essa preocupação de associar mais rendimento a quem beneficia do subsídio de desemprego, não é apenas dar um complemento de rendimento sem contrapartida. É, sim, associar a esse complemento de rendimento uma prestação correspondente de serviço em contexto de trabalho. Por isso é que foi criado o programa comumente chamado CTTS, que permite precisamente esse complemento de rendimento ao subsídio de desemprego, tendo como contrapartida a prestação de serviço em contexto laboral, assegurando o rendimento por um lado, mas assegurando ao mesmo tempo uma contrapartida de trabalho, pelo que pensamos que é a solução mais correta que está em vigor e corresponde não só à vossa preocupação, mas para além de dar este complemento de rendimento, dá também uma perspetiva de formação adicional e de qualificação profissional adicional.

Por outro lado, (correspondente também ao mesmo objetivo) detetámos que infelizmente cerca de 70% das pessoas que estão inscritas nos centros de emprego têm como habilitação literária menos do 9.º ano. Isto é outro problema estrutural associado ao desemprego.

Para que muitas pessoas que estão desempregadas e inscritas nos centros de emprego tenham maiores condições de empregabilidade, acho que o primeiro desafio a colocar é, criando esse apoio, esse apoio que nós já temos e desenvolvemos, dar aquilo que é essencial para voltar a ter sucesso no mercado

laboral, que é qualificação académica essencial para reforçar a sua atividade de empregabilidade.

Por isso mesmo criámos o programa de aquisições básicas de competências, que permite, através de um complemento ao subsídio, que nesse espaço as pessoas tenham acesso a uma qualificação que vai desde o 4.º ano de escolaridade ao 9.º ano de escolaridade e criámos, estamos agora a desenvolver também, o Programa Reativar, que permite atribuir, através de uma formação de 22 meses com esse complemento de rendimento, o 12.º ano a essas pessoas.

O que é que nós queremos dizer sobre isso?

É essencial que as soluções, nesta matéria das medidas consideradas passivas, não sejam apenas um complemento de remuneração, mas esse complemento remuneratório que temos já nas nossas medidas de apoio, como referi (CTTS, o Recuperar, etc.), estejam sempre associadas a uma oferta formativa que melhore as suas qualificações profissionais ou uma oferta de trabalho efetivo que também melhore a sua capacidade de empregabilidade. Não se deve associar apenas uma componente de rendimento. Não quero usar aquela velha e estafada expressão de que “não basta dar a cana, é importante também ensinar a pescar”.

Deputada Zuraída Soares (BE): É dar o peixe!

O Orador: É esse o objetivo, garantindo sempre que o objetivo final é ter o peixe, é preferível ter o peixe, ensinando a pescar, do que dar apenas a cana.

Portanto, o que vos quero dizer para concluir (e é a posição do Governo), é que saudamos o esforço do PSD. Dizer que em relação às medidas ativas partilhamos totalmente, por isso já as temos em vigor e já as temos em vigor salvaguardando a capacidade das mesmas serem financiadas, estando a ser financiadas pelo Fundo Social Europeu, o que permite alavancar 8 vezes mais o conjunto de beneficiários; dizer que essa medida é tão importante pelo que estamos a aplicar o Recuperar desde fevereiro, que corresponde à proposta e que no próximo ano vamos investir, nesta medida, 12 milhões de euros, aperfeiçoando inclusivamente esta resolução aprovada em fevereiro do Recuperar, de forma a que também possa ser-lhe associado a contribuição para

a Segurança Social, para que seja assim também associados os direitos sociais e direitos contributivos a quem beneficiar deste programa.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Continuam abertas as inscrições.

Não há inscrições, por isso vamos passar então à votação.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o voto favorável a esta iniciativa do PSD.

Não posso, no entanto, deixar de tecer aqui uma ou outra consideração para mim importante, porque o PSD reconhece até no preâmbulo que as medidas que estão no Programa de Assistência Financeira, portanto, no pacto de agressão (diria eu) da troika e que foram subscritas pelo PS, desde logo, depois pelo PSD e CDS, criam instabilidade, provocam o desemprego, etc., etc., na região e vêm apresentar aqui (e bem!) uma proposta que procura de alguma forma que a região minimize os efeitos negativos que entretanto têm sido tomados, designadamente as alterações que houve ao nível da atribuição do subsídio de desemprego, etc., etc.

Não posso deixar passar isto em claro.

Vs. Exas. têm responsabilidade na situação que se está a viver no país e na região. Não poderia, mesmo aprovando esta iniciativa, deixar de lembrar aos açorianos e às açorianas que o PSD vê e reconhece até através desta proposta as malfeitorias que o Governo da República tem feito e os efeitos negativos, quer em termos sociais, quer em termos económicos, que o Programa de Assistência Financeira provocou em Portugal e designadamente na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, mesmo aprovando, não deixa de ser (e gostaria até de compreender isto um pouco melhor) estranho que o Sr. Vice-Presidente nos venha dizer que o essencial destas medidas está já em vigor na região.

Portanto, há necessidade de aprovar? Não há necessidade de aprovar?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Eu? Está a fazer-me a pergunta?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Tem de fazer a pergunta para a bancada!

O Orador: De facto, ou ao PS ou ao Governo.

Posso até não ter percebido bem, mas o Sr. Vice-Presidente disse que já está em vigor, portanto, ainda não ouvi...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O Governo ainda não vota!

Deputado Francisco César (*PS*): O PS ainda não falou!

O Orador: Ah, o PS ainda não se pronunciou.

Então, Sra. Presidente, vou aguardar pela intervenção do Partido Socialista para depois continuar a minha intervenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estou satisfeita depois desta intervenção do Deputado Aníbal Pires, porque pensei que era só eu que estava confusa, mas agora vejo que pelo menos já estamos dois confusos, o que já quer dizer alguma coisa.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Que confusão!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Depois da queda do muro de Berlim é normal que isso aconteça!

A Oradora: De facto, interrogo-me sobre o que é que nós vamos aprovar?

Nós temos em mãos uma iniciativa legislativa do PSD, um Projeto de Decreto Legislativo Regional, sobre a epígrafe “Medidas Complementares ao subsídio de desemprego”, que tem várias formas de apoio, vários critérios para esse apoio a pessoas que já perderam o subsídio de desemprego, ou que ainda não perderam. Tudo bem!

O Sr. Vice-Presidente intervém numa intervenção pedagógica ou informativa que nos deu todas as notas possíveis sobre esta matéria, ficámos com um *dossier* completo, mas que só podemos chegar a uma conclusão: isto que aqui está já está implementado creio que desde fevereiro deste ano.

Com mais uma outra coisa que não está aqui acrescentada, que são os 20%, os tais 20%, que embora ainda recebendo o subsídio de desemprego, têm uma carência económica dada a exiguidade via política do Governo da República cada vez maior desse subsídio de desemprego e precisam de um apoio suplementar para que tenham uma vida minimamente digna desse nome.

Sra. Presidente, termino, perguntando o que é que nós vamos aprovar?

Vamos aprovar aquilo que o Governo já implementou em fevereiro?

Vamos aprovar o Projeto de Decreto Legislativo Regional da autoria do PSD?

Ou afinal não vamos aprovar coisa nenhuma e vamos todos para o Natal satisfeitos?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Naturalmente que a sua pergunta foi retórica.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo inscrições para o debate vamos passar então...

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional perante a situação de desemprego existente na Região lançou o repto à oposição para que apresentasse propostas que visassem a melhoria do desemprego e a situação dos desempregados na Região.

O PSD respondeu apresentando um projeto de DLR que mais não faz do que inventar o que já estava inventado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estava indo tão bem!

Deputado Humberto Melo (PSD): O Sr. Vice-Presidente acabou de confirmar a importância!

A Oradora: O projeto do PSD tem duas vertentes: medidas ativas e medidas passivas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não ouviu o Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: Já lhe respondo, Sr. Deputado!

Como medidas ativas propõe a criação de um programa que visa criar uma atividade ocupacional remunerada para inscritos nos centros de emprego há, pelo menos, 4 meses e não tenham direito a receber subsídio de desemprego e implementar o regresso à vida ativa, se bem entendi.

Como medidas passivas propõe criar somente a atribuição de um complemento ao subsídio de desemprego e a atribuição de um subsídio subsequente ao subsídio de desemprego.

Lembrar o PSD que o subsídio de desemprego é responsabilidade da Segurança Social que pertence ao sistema nacional. O contrário é transferir para a Região o ónus da questão.

Quanto às medidas ativas propostas como podemos verificar, existem já medidas com o mesmo fim na Região, em vigor e implementadas, como foi referido agora há pouco pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Através do programa do Governo Regional RECUPERAR, que se destina aos desempregados que estão inscritos há 4 meses nos Centros de Emprego ficaram sem o respetivo subsídio,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se perca, Sra. Deputada!

A Oradora: ...na maioria em virtude das restrições recentemente introduzidas pelo Governo da República através do Orçamento de Estado 2013 com uma redução de 6% no subsídio de desemprego.

De referir que o programa RECUPERAR, que tem também como objetivo promover o regresso à vida ativa, é direcionado para os trabalhos de conservação e reabilitação das áreas culturais, desportivas, urbanísticas, ambientais e naturais da Região e de atividades nessas áreas que são

desenvolvidas por cooperativas, por associações sem fins lucrativos e pela administração pública regional, municípios e juntas de freguesia, que se veem, (também por imposição do atual Governo da República) impedidas de admitirem mais trabalhadores,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Onde isso já vai!

A Oradora: ...obrigando o poder autárquico a substituir postos de trabalho permanentes por programas ocupacionais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é grave!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mau!

A Oradora: É verdade que o projeto do PSD trazia uma novidade que era o prolongamento por mais 6 meses do que estava previsto no programa existente, mas esta foi já sanada pela prorrogação recentemente feita do programa RECUPERAR.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então isto é uma reinvenção!

A Oradora: Portanto, como podemos verificar a proposta do PSD, nesta matéria é extemporânea!

Quanto às pessoas em situação de desemprego que não têm qualquer rendimento ou que terminem proximamente aquele subsídio referir que é com grande preocupação vemos a sua situação. Essas pessoas merecem-nos uma especial atenção. Pois são cerca de 80% dos desempregados, como já foi aqui referido,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mesmo aqui nos Açores?

A Oradora: ...e que, na sua maioria, têm muito baixas qualificações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que estamos em último lugar no *ranking* da educação!

A Oradora: Por isso, foi criado recentemente, na Região, os programas Família Estável e Aquisição Básica de Competências que visam possibilitar a melhoria dos rendimentos dos agregados familiares, ao mesmo tempo que lhes proporciona a possibilidade de melhoria de competências para que possam aceder mais facilmente ao mercado do trabalho!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual mercado de trabalho?

A Oradora: Por fim, dizer ao Sr. Deputado Joaquim Machado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seu colega sindicalista!

A Oradora: ...que tanto gosta de referir a CGTP,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito mais que a senhora!

A Oradora: ...que é pena que não tenha tido em conta as posições da CGTP, por exemplo, quanto ao Orçamento de Estado 2014 antes do PSD-Açores o ter aprovado...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Plano de Região para 2014. Era isso que a senhora devia ter lido!

A Oradora: ...e que passo a ler: “o Orçamento de Estado não atinge a Região.”

A CGTP diz: “O Orçamento de Estado 2014 é um brutal pacote de empobrecimento, exploração e uma afronta aos mais elementares princípios e valores democráticos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Plano da região o que dizia?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que a CGTP diz da Região?

A Oradora: Este é um orçamento que asfixia a economia,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ...prolonga a recessão e esmaga os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os jovens e os desempregados.”

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Aníbal Pires não diria melhor!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado António Marinho faça a sua intervenção.

O Orador: Vou referir aqui algumas questões daquelas que foram faladas, quer por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo, quer depois por parte dos Srs. Deputados que falaram.

Não vou por ordem. Deixaria para o final o Sr. Vice-Presidente do Governo. Não é por menos consideração do que tenho relativamente aos outros, mas aproveitaria uma questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu, a que o PSD reconhece.

O PSD reconhece e o motivo pelo qual apresenta esta iniciativa é porque reconhece que existem 21.545 desempregados na região, que existem pessoas em situação dramática e por isso a apresenta. Isso é o que o PSD reconhece. Tudo o resto não é uma discussão que aqui venhamos a ter, embora tenha todo o prazer obviamente em discutir consigo.

Quanto à Sra. Deputada Zuraida Soares o que é que vamos aprovar?

Oh Sra. Deputada, tem três medidas lá. O Sr. Vice-Presidente, tanto quanto me apercebi (já vou falar relativamente à questão que ele referiu) falou numa delas que estava em implementação, que não era absolutamente igual,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É igual!

O Orador: ...é semelhante, mas já falamos sobre ela, mas tem mais duas.

Portanto, o que é que vai aprovar?

Essa é a sua capacidade, é a sua capacidade de análise e a de todos aqui dentro. Lembremos que há bocado referi, terminando a minha intervenção, que estamos disponíveis para quaisquer aperfeiçoamentos, para quaisquer alterações e obviamente estamos também disponíveis, perante o facto de existir uma medida que já tem uma configuração semelhante, para anulá-la e aprovar as outras duas.

Portanto, tudo é possível.

As propostas de alteração e o trabalho servem para isso mesmo, portanto, temos de trabalhar todos nesse sentido, penso eu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quanto à Sra. Deputada Graça Silva deixe-me dizer-lhe uma coisa.

A senhora tem que alinhar o seu discurso ou por um lado, ou por outro. Não pode é às terças, quartas e quintas ser da CGTP e por acaso às terças-feiras ter, de vez em quando, um discurso do PS.

Tenho muita consideração por si, Sra. Deputada Graça Silva, como sabe...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e como sei que sabe, mas a senhora está numa encruzilhada, porque a determinada altura a senhora acabou por dizer aí uma questão que pôs em causa uma coisa que o Sr. Vice-Presidente disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Disse assim, por exemplo, a determinada altura que “era trocar postos de trabalho permanentes por programas ocupacionais”.

Oh Sra. Deputada, o Sr. Vice-Presidente acabou de falar no CTTS que é isso mesmo. Portanto, a senhora entenda-se e faça entender o grupo parlamentar do seu partido com o Governo.

Depois, digo (um bocadinho!) que a determinada altura, com esse seu alinhamento com o Governo (que é normal, a senhora é deputada do Partido Socialista), perdeu toda a capacidade reivindicativa que tinha. Não lhe digo das saudades que tenho quando era sindicalista, não digo isso pela consideração que tenho por si, agora perdeu essa capacidade reivindicativa e alinhou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Imagine se não tivesse consideração o que é que dizia!

O Orador: Quando disse, relativamente ao Orçamento de Estado, que era bom que o meu colega Joaquim Machado visse a recomendação da CGTP.

Olhe que há uma coisa engraçada relativamente ao Orçamento da Região. O PSD-Açores, por acaso, apresentou aqui duas propostas de alteração, uma relativamente ao complemento de pensão e outra relativa ao complemento de Abono de Família, que eram justamente da CGTP e foram chumbadas pelo Partido Socialista.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quanto à questão que eu falava de que uma medida era da responsabilidade da Segurança Social. É!

O Abono de Família é da responsabilidade de quem?

Da Segurança Social, no entanto, o Governo Regional criou um complemento de Abono de Família e faz disso gala.

As pensões são da responsabilidade de quem?

Da Segurança Social, no entanto, o Governo Regional criou o complemento de pensão.

Portanto, entendam-se!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Finalmente, Sr. Vice-Presidente, vou tentar ficar com algum tempo para qualquer réplica que possa existir.

Vou alinhar um bocadinho no discurso do Sr. Vice-Presidente...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não faça isso! Assim perde a piada toda!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é o mês de Natal!

O Orador: ...e saúdo o facto de termos, relativamente à medida ativa, uma medida de configuração semelhante.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diga igual!

O Orador: Saúdo o facto de ter dito (há ali ligeiras diferenças) que não estávamos aqui em campeonato de quem é que apresentou primeiro e ainda bem, mas não falou tanto nas outras duas medidas.

Falou dos CTTS como se os CTTS tivessem surgido agora.

Vou dizer-lhe uma coisa: por acaso sou originário dessa área.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se calhar é que criou os CTTS!

O Orador: Decreto Regulamentar Regional n.º 50/82/A, tanto quanto me lembro.

Isso é uma medida existente de 1982 com outro nome, tinha outro nome, foi mudando de nome, é atualmente o CTTS.

É o 50/82/A ou o 50/83/A, é uma coisa assim, já não me lembro bem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mais dez, menos dez!

O Orador: É a memória! É terrível! É a idade! A idade vai pesando.

Relativamente ao CTTS ou relativamente a outros programas, esses programas são todos de acarinhar e o PSD dá-lhes todo o seu apoio. Para alguns deles a génese foi em governos do PSD e depois foram sofrendo alterações, melhorias e transformados naquilo que atualmente são.

Portanto, nós não os criticamos. Esforcei-me por dizer uma coisa aqui, Sr. Vice-Presidente (e o senhor há de reconhecer isso), que isto não vem substituir nada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É o que eu digo! Não substitui nada!

O Orador: Portanto, aquilo que existe é positivo e merece o nosso acordo.

O que nós viemos propor aqui, e não falando agora na medida ativa, falando nas duas medidas passivas, são aquelas que vão atingir franjas que não são beneficiadas pelos outros. São as situações em que ambos os membros do casal se encontram a receber subsídio de desemprego e que têm uma determinada majoração, melhorando os seus rendimentos e permitindo satisfazer necessidades básicas das suas famílias e é relativamente àqueles que terminaram e estamos a falar em pessoas que têm um rendimento *per capita* inferior a 200 €, para que essas pessoas no final do período de subsídio de desemprego tenham um subsídio subsequente ao subsídio de desemprego num montante de 50% do anterior.

Estamos a falar em situações que não estão cobertas pelos outros.

Sr. Vice-Presidente, peço desculpa, mas há bocado não ouvi se falou no Família Estável.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não falei!

O Orador: Não falou no Família Estável,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas vou falar!

O Orador: ...mas vai falar. Falou na comissão.

Família Estável é uma prática.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, é uma garantia!

O Orador: É uma prática nos centros de emprego no sentido de dar prioridade à situação dos casais que estão ambos em situação... Mas é uma prática.

Isto é uma garantia e é essa toda a diferença, Sr. Vice-Presidente.

Portanto, renovo aqui a esperança de que mesmo com prováveis alterações relativamente àquilo que já está coberto, independentemente de quem foi o autor, quem foi o primeiro, o segundo ou o terceiro, (e renovo também a esperança dos açorianos) para que, relativamente às outras duas medidas, seja reconhecido que beneficia muitas e muitas famílias que estão afetadas pelo fenómeno do desemprego, o tal que atinge 21.545 pessoas neste momento, nestas 9 ilhas. Renovo isso e acho que prestaríamos um bom serviço aos Açores se assim o fizéssemos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela frase e repetindo uma afirmação do Sr. Deputado António Marinho (e digo isto não é por ser o mês de Natal,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isto não está bom! É preciso uma pimentazinha!

O Orador: ...de espírito natalício, mas com toda a objetividade).

Efetivamente como o Sr. Deputado António Marinho referiu, a proposta do PSD não vem substituir nada. Não é esse o problema.

O problema é que uma parte substancial da proposta vem apenas repetir o que já existe e, portanto, não faz sentido nós aprovarmos nesta Assembleia uma proposta que diz exatamente o mesmo que uma medida que já está em vigor desde fevereiro e penso que sobre esta matéria estamos de acordo.

Deputado António Marinho (PSD): Uma!

O Orador: Depois, isso também quer dizer o seguinte.

Como disse no princípio, o Governo reconhece que esta solução nessa matéria era boa, mas ao mesmo tempo isso quer dizer que o PSD também está a reconhecer que as medidas que o Governo dos Açores tomou eram boas medidas e eram as medidas necessárias para resolver este problema. É também a conclusão que tiramos sobre esta matéria.

Agora em relação à questão do complemento ao rendimento que é a segunda parte da questão, a segunda parte do projeto, o complemento ao rendimento no âmbito do subsídio de desemprego.

Como disse, no universo de desempregados, 80% não seriam abrangidos por esta segunda medida, seriam abrangidos pela primeira que o Governo já tem em execução.

Em relação à segunda o que digo e reafirmo é que consideramos que as medidas que o Governo já tem implementadas precisamente com o mesmo objetivo, que é de complementar o rendimento das pessoas que recebem o subsídio de desemprego, quer seja quando os dois membros do agregado familiar estão desempregados, quer quando isso não aconteça, aquelas que já estão implementadas...

Recordou o CTTS, que é uma medida que já vem detrás, que é uma boa medida, que é reforçada, que é mantida e que é ajustada, mas também quero lembrar o PROSA, o Programa FIOS, o Reativar, o Aquisição Básicas de Competências, o Reativar Tecnológico, são todas medidas que correspondem exatamente à segunda parte da proposta do PSD com uma diferença. É que não se trata apenas de um complemento ou de um rendimento. É associado ao complemento de rendimento uma solução do ponto de vista de formação, quer seja ou em contexto de trabalho, quer seja do ponto de vista de qualificação académica.

Porquê esta solução?

Não só porque é a melhor solução que dá a resposta que assegura não só um complemento de rendimento, mas assegura também um complemento de capacitação das pessoas que estão desempregadas.

Essa aliás é a solução correta definida pela próxima Comissão Europeia. Sabe porquê Sr. Deputado?

Porque medidas que apenas complementam o rendimento sem estar associado um complemento de formação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!... Bem-vindo ao clube!

O Orador: ...um complemento de qualificação profissional neste contexto de desempregados, não são aceites pela Comissão Europeia nem pela regulamentação do Fundo Social Europeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

O Orador: Portanto, a solução que apontamos, a solução que temos vindo a desenvolver sobre esta matéria, as medidas que tomamos sobre essas matérias são aquelas medidas que correspondem ao enquadramento e à política definida de enquadramento do Fundo Social Europeu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): RSI, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ...e neste contexto não é só a maior correção da matéria,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por isso nunca quiseram fazer planeamento!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube!

O Orador: ...ou seja, não é só a melhor solução, é também a solução que permite, com os mesmos recursos beneficiar 8 vezes mais pessoas do que beneficiariam se não tivesse este enquadramento financeiro de apoio.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos a ver se nos entendemos neste debate, pese embora o espírito natalício que enfim paira sobre nós, mais a ventania e a chuva, próprias também do espírito natalício. E água, muita água que também vai caindo!

Sra. Deputada Graça Silva, a senhora afirma na sua intervenção que o Governo Regional lançou um repto à oposição para que apresentasse medidas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Antes disso!

O Orador: ...mas depois vem dizer e desfazer tudo o que a oposição apresenta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, não quer. Das duas, uma: ou lança o repto e discute as medidas, ou não está com a preocupação de dizer que já fizemos tudo isso. Isto não contribui em nada para a defesa de quem passa mais necessidades.

O que a senhora fez aqui foi uma coisa e o seu contrário logo a seguir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi, foi! Apoiado!

O Orador: O que o Governo quer? Quer ou não quer discutir com a oposição medidas?

Deputada Graça Silva (PS): Foi o PSD que o disse!

O Orador: A questão é esta.

Depois, medidas complementares.

Alguma destas medidas contraria o espírito ou alguma medida do Governo?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Boa pergunta!

O Orador: Não contraria. Então, se não contraria, por que é que não se estabelece o tão apregoado diálogo, cooperação, colaboração e a simbiose entre a oposição e o Governo?

Se o Governo apela a que se colabore por que é que quando se colabora o Governo nega?

Portanto, é um paradoxo, Sra. Deputada. A senhora vai ter de explicar isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não está no ADN do PS!

O Orador: O Partido Socialista vai votar contra este projeto do Partido Social Democrata, estou certo ou estou errado?

Porque já ouvi o Sr. Vice-Presidente do Governo, percebi que não iam aprovar isto, mas ainda não ouvi da bancada do Partido Socialista, que é quem vota,...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos chumbar!

O Orador: O senhor líder parlamentar confirma com um espírito natalício que vai votar contra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Chumbar!

O Orador: Vai chumbar!

De resto, Sr. Vice-Presidente, concordo consigo na questão da qualificação, da formação, da reintrodução das pessoas no mercado de trabalho, dar-lhes competências, qualificar... Estamos os dois absolutamente de acordo, Sr. Vice-Presidente.

Agora é preciso não esquecer,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Requalificar!

O Orador: ...Sr. Vice-Presidente, de uma coisa muito importante, que acho que o senhor, não intencionalmente, colocou o dedo na ferida da questão, que são as baixas qualificações dos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu disse! Então não disse: 70%!

O Orador: É que nós estarmos em último lugar no *ranking* da educação...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não tenho nada a ver com isso!

O Orador: Tem! Vamos à origem do problema, ao âmago do problema e tem a ver com a educação, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Saíam da escola muito cedo!

O Orador: A questão não é sair da escola muito cedo ou muito tarde. A questão é sair da escola qualificado. Essa é que é a questão.

O que tem acontecido e aconteceu durante muitos anos na nossa região...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Andaram na terra e no mar!

O Orador: Infelizmente, abandonaram a terra e o mar, porque andar na terra e no mar não é impeditivo de ser qualificado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É isso que estou a dizer!

O Orador: Para andar na terra e no mar tem de se ser qualificado e ainda bem que temos, por exemplo, na nossa agricultura já gente...

Há quem defenda também uma escola de pescas para formação de pescadores e é necessária.

Portanto, os setores produtivos, a agricultura e a pesca, não são incompatíveis com uma licenciatura, com formação, com qualificação.

Esse devia ter sido o caminho do Governo Regional. Não aconteceu porque se mascarou durante muitos anos os números da educação, porque se escondeu as nossas dualidades. Em vez de se fazer há 20 anos, quando o PS tomou o poder, devia ter enfrentado esse problema de frente e apostado rigorosamente, quase há duas décadas, nesse setor, Sr. Vice-Presidente.

Hoje, 17 anos depois, repare que quem tinha 10 anos na altura, hoje tem 27. Quem tinha 15, hoje tem 32 e está no mercado trabalho.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não está a fazer bem a conta!

O Orador: Estou sim senhor, Sr. Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já lhe respondo a seguir!

O Orador: Se quiser ir mais atrás, podemos ir.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, pois! O problema está aí. O problema está em ir mais atrás!

O Orador: Podemos ir e concordo consigo. Não estou a dizer que discordo e que o erro inicial...

Qual a faixa onde há mais desempregados na região, Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não são os mais desempregados. Não são!

O Orador: Ah! Mas qual é? É entre os 15...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é, não é!

O Orador: Então qual é?

Então vamos ver e muitos desses estão incluídos nos não qualificados.

O que se passou foi que o Governo Regional e os responsáveis pela educação foram absolutamente negligentes. Mascararam durante muito tempo os resultados da educação,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...criando programas, programinhas, avaliações, avaliaçõezinhas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Entre os 35 e 44!

O Orador: 35! 17 com 17, 34! 18 com 17, 35!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É antes!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, há uma linha que é comum e aí o senhor facilmente chegou à conclusão que é verdade o que estou a dizer, como eu cheguei à conclusão que o senhor tinha razão naquilo que estava a dizer.

Qualificar, formar, seja em que área for. Na agricultura, nas pescas, na indústria, é isso que nós temos de fazer para termos uma indústria competitiva, com gente qualificada.

Pesca competitiva com gente qualificada, agricultura competitiva com gente qualificada e por aí fora.

Portanto, nesse aspeto, Sr. Vice-Presidente, esta proposta do PSD até pode ser como o Melhoral “nem faz bem, nem faz mal”, mas muitas vezes só o facto de tomar o placebo passa a dor de cabeça.

Esta proposta é complementar.

É verdade que esta proposta repete, nalgumas matérias, complementa numa outra, nem que seja numa,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas não é!

O Orador: ...e por isso mesmo, se calhar, vale a pena refletir.

Se não quer aprovar, vou utilizar um termo do PS: viabilize, abstenham-se.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão, penso eu, é muito mais complexa que o espírito natalício.

A questão tem a ver fundamentalmente com a exigência que se coloca a todos os políticos na conjuntura que nós estamos a enfrentar.

Nós temos que ter a capacidade de criar pontes, temos de ter a capacidade de convergir no âmbito do interesse comum. É isso que as populações esperam.

As populações esperam que neste momento, que é o momento decisivo, um momento em que a Europa, o país e a região estão a enfrentar um dos contextos mais difíceis de sempre desde a crise 1929, nós temos que ter a capacidade de produzir convergências políticas e temos que ter a capacidade de resolver o problema das pessoas. De outra forma vamos cometer os mesmos erros que foram cometidos pelas democracias na década de 30 e de 40 que foi acelerar a desagregação do sistema político pela incapacidade que tiveram as diversas forças parlamentares de convergir no essencial.

Penso que esta matéria é uma matéria de enorme relevância política. A ser aprovado este projeto do PSD é óbvio que isto significaria uma mais-valia do ponto de vista político e do ponto de vista partidário bastante relevante, porque de facto ataca uma questão central, que é a questão de combater o desemprego, nomeadamente no sentido daqueles desempregados que já deixaram de receber o subsídio de desemprego.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Mas já existe, Sr. Deputado!

O Orador: Ataca também uma outra questão que é a do complemento de rendimento de pessoas que recebem o subsídio de desemprego. Desta forma são duas questões fundamentais.

Diz o Governo: “Bom, mas nós já temos muitas destas medidas. Têm o mesmo impacto, têm uma natureza muito semelhante e têm um efeito pretendido agora pelo PSD.”

O que eu verifiquei é que, ouvindo atentamente quer a apresentação do documento por parte do PSD, quer também a análise que fez o Sr. Vice-Presidente em relação ao documento, não existem diferenças significativas do ponto de vista dos instrumentos que querem utilizar.

Verifiquei que há aqui possibilidade (e o Partido Socialista tem essa capacidade do ponto de vista regimental) de associar uma medida que me parece bastante

positiva, que é o facto de atribuir ao complemento de rendimento uma associação à formação e à qualificação académica.

Parece-me um princípio absolutamente fundamental, mas é possível juntar essa natureza a este documento que me parece estar bem sintetizado e que me parece estar bem estruturado.

Portanto, nesse sentido, nada impede que se possa associar essa natureza, de associar formação, a qualificação a um complemento de rendimento por parte das pessoas que recebem o subsídio de desemprego.

Portanto, nesse sentido, considero que isso é possível e devo dizer que em relação a esta matéria o PPM chamou a atenção durante muitos anos que era um erro atribuir rendimentos sem ter uma preocupação na qualificação das pessoas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então não concorda com a proposta!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PPM já tem esta posição há 900 anos!

O Orador: ...na formação e sem ter uma preocupação de que essas pessoas que recebiam esses rendimentos tivessem a perceção que este era um direito, mas que esse direito pressupunha também um dever do ponto de vista do esforço social que era necessário realizar por todos.

Por isso, na minha perspetiva temos aqui um documento em que é possível convergir do ponto de vista político, do ponto de vista partidário e desta forma responder de uma forma muito pragmática e de uma forma muito responsável a uma situação que afeta o desemprego, que afeta gravemente a sociedade açoriana.

Devo dizer para terminar esta primeira intervenção que este é talvez o problema principal que os Açores enfrentam atualmente.

Uma resposta que não seja meramente uma resposta governamental ou que não seja uma resposta do maior partido do sistema político açoriano, uma resposta que consiga criar uma convergência política efetiva, uma convergência política que junte várias forças políticas nesta matéria ou a maioria das forças políticas nesta matéria, penso que era um sinal de enorme importância para a sociedade

açoriana porque significaria ou sinalizaria na sociedade açoriana, nos agentes económicos, que o Parlamento dos Açores está unido ao combate a esse flagelo que é o desemprego.

Vencer o desemprego é uma prioridade social, vencer o desemprego é fundamental para a autonomia dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer, relativamente àquilo que foi referido na última intervenção por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo, que se atribuímos à componente de um programa ocupacional, se complementarmos rendimentos, se associarmos uma atividade ocupacional, obviamente é o que é preferível.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! É aí que estamos a divergir!

O Orador: Aliás, vou dizer-lhe uma coisa. No caso concreto desta nossa iniciativa o que se diz quer numa, quer na outra é que todas têm caráter transitório (as medidas passivas ou ativas têm caráter transitório), são de natureza excecional e são de duração limitada. Porquê?

Porque são para resolver pequenas situações em que as pessoas estão a descoberto, completamente.

Mais!

Diz, em determinada altura, na prevalência da medida, no artigo 6.º: “Atribuição da medida ativa de minimização e reparação da situação de desemprego prevista no artigo 4.º [que é a atividade ocupacional remunerada] prevalece sobre a medida passiva prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 5.º”, ou seja, se eu conseguir atribuir uma atividade ocupacional pois tanto melhor, ou seja, não é atirar dinheiro sem haver uma contrapartida em troca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Vice-Presidente.

Estive a ver aqui rapidamente, os últimos dados conhecidos são do mês de outubro, e nos três centros de emprego da região existiam 4.692 desempregados ocupados, sem programas ocupacionais. Grande parte destes (não sei quantos e já refiro-lhe isso a seguir) 4.692 estão ao abrigo do tal CTTS.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não!

O Orador: Estão! É um programa ocupacional!

Ai não é?

Então vou dizer-lhe outra coisinha. É porque este CTTS é (vamos descodificar para quem não está familiarizado com a medida) Colocação Temporária de Trabalhadores Subsidiados, ou seja, são aqueles que estão a receber subsídio de desemprego,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: ...são ocupados por algumas entidades, recebem o subsídio de desemprego e a entidade que os ocupa complementa aquele valor, mas são subsidiados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É o mesmo. Só que têm trabalho!

O Orador: Exatamente. É essa tal medida que existe desde 82.

Referiu também o PROSA e tal. A gente tinha muito tempo para falar.

Por exemplo, o PROSA também já vai dos anos 80, portanto, não vamos pôr isso como novidade.

Mas já agora vou dizer-lhe uma coisa.

Disse-lhe que era um CTTS. O senhor diz-me que não. Infelizmente, não tenho meios para dizer que o senhor está a dizer a verdade ou não está a dizer a verdade. Sabe porquê?

Vou dizer-lhe, mas isso é um problema que tem este Governo. Em junho passado o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento para conhecer todos esses dados por concelho.

Hoje, dia 10 de dezembro, o requerimento feito em junho passado ainda não chegou. Se tivesse chegado, talvez eu tivesse possibilidade de contrapor aquilo que o senhor está a dizer.

Agora há uma coisa. Diz-me a prática de alguns anos na área que muitos deles são CTTS. Portanto, são pessoas que estão ali subsidiadas, ou seja, existem franjas (e vou recuperar uma coisa que ainda disse hoje de manhã: enquanto houver um desempregado, há um problema) que não estão abrangidas por nenhum destes programas, que não estão a receber subsídio de desemprego, que pertencem a famílias que estão a viver situações dramáticas. Quanto mais não fosse por esses, nem que seja só um, tal como o senhor diz, aproveem pelo menos parte das medidas que podem auxiliar açorianos que estão a viver uma situação muito complicada, uma situação de grande necessidade, muitos não têm capacidade de assegurar a subsistência das suas famílias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP e o Deputado Aníbal Pires, em nome da dignidade e da satisfação das necessidades básicas do povo açoriano,...

(Risos dos Deputados Artur Lima e Luís Garcia)

...designadamente os açorianos que estão desprovidos de direitos, como o direito ao trabalho, e tão desprovidos de rendimento, até aceita que a região, em determinada circunstância, se possa substituir ao Estado e por isso mesmo, tal como anunciei na minha primeira intervenção, a Representação Parlamentar do PCP irá dar o voto favorável a esta iniciativa do PSD.

Mas, Sr. Deputado António Marinho, convenhamos que o número de desempregados que acedeu à prestação social de desemprego no mês de outubro de 2013 não chegou aos 8 mil e o número de desempregados, como nós sabemos, infelizmente, é muito superior a esse número.

Mas por que é que os outros nossos conterrâneos, que não têm acesso a esta prestação, deixaram de a ter? De quem é a responsabilidade?

É da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema está na República!

O Orador: Não posso deixar de dizer isto, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga!

O Orador: É da República.

E de quem é o Governo da República?

Quem é que suporta o Governo da República?

É o PSD e é o CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é na República. Está no regime autonómico. O senhor é centralista!

O Orador: Não! O senhor não ouviu foi aquilo que eu disse logo no início da minha intervenção, mas percebo por que é que o senhor não ouviu. O senhor depois lê o Diário das Sessões. Não vou repetir. O senhor depois há de ler o Diário das Sessões.

Portanto, não posso deixar de dizer isto.

Vou apoiar a vossa proposta, mas Vs. Exas. o que estão aqui a fazer é, diria, um jogo de alguma hipocrisia política.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Ai é?!

O Orador: Sr. Deputado, vejamos uma coisa.

As prestações de desemprego e as prestações sociais...

Deputado António Marinho (PSD): Essa é tão baixa!...

O Orador: Pois, eu sei!

As prestações sociais são pagas com que dinheiro? São pagas com que financiamento? Com que dinheiro?

Com dinheiro do trabalho, com dinheiro do orçamento da Segurança Social, com dinheiro que os trabalhadores entregaram ao Estado e que o Estado entretanto desbaratou, enfim, da forma como nós sabemos e tem desbaratado.

Portanto, aquilo que Vs. Exas. vêm aqui fazer é pedir ou exigir que a região se substitua ao Estado e como eu disse no princípio da minha intervenção até aceito em nome da dignidade que devem ter todos os açorianos que a região se substitua ao Estado, mas esta responsabilidade é uma responsabilidade do Estado e quem governa no país e que é responsável por esta situação é o PSD e o CDS-PP.

Portanto, Srs. Deputados, não venham com esse jogo de ilusão, porque a verdade é esta: a responsabilidade é das medidas políticas das opções políticas que têm sido tomadas na República.

Mais!

O orçamento da Segurança Social é financiado não é com os nossos impostos, é com dinheiro dos trabalhadores. É com dinheiro do trabalho e foi esse dinheiro que o vosso Governo andou a desbaratar e agora vêm pedi-lo à região.

O PCP até vai dar o apoio à vossa proposta, mas não poderia deixar de clarificar esta situação.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sequer vale a pena dar a resposta!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, pois não! Sabes que eu tenho razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito simples e sintético nesta matéria. Penso que em bom rigor ninguém poderá, nesta Assembleia, aprovar o conteúdo de uma proposta que corresponde exatamente àquilo que já está a ser implementado desde fevereiro.

Deputado António Marinho (PSD): Uma! E as outras duas?

O Orador: Ou seja, a questão não está na concordância ou não com a proposta, a questão está que a proposta já está em vigor desde fevereiro.

Deputado António Marinho (PSD): Uma! E as outras duas?

O Orador: Esse é o cerne da questão. São as medidas ativas.

Na outra componente a questão é muito simples.

O que o Governo considera é que aquilo que tem em vigor, as respostas que tem para essa problemática, ou seja, para a problemática dos que recebem subsídio de desemprego e são cerca de 20% dos desempregados, para esses as respostas que tem correspondem melhor aos objetivos, porque associam complementaridade de rendimento à existência de uma contrapartida de formação ou de trabalho por parte das pessoas, assegurando que esse complemento seja associado a um enriquecimento quer profissional, quer de qualificação por parte das pessoas e não a um (como os senhores muitas vezes dizem) atirar dinheiro para os problemas.

Por isso, não é a concordância com o objetivo da segunda parte. É que aquilo que nós temos implementado vai muito para além daquilo que os senhores propõem.

Portanto, se uma parte não pode ser aprovada porque já existe, na outra parte consideramos também que não pode ser aprovada porque aquilo que já está a ser feito vai para além daquilo que os senhores propõem.

Mas quero dizer Sr. Deputado, em nome do Governo, a nossa disponibilidade total para, no âmbito desse princípio (de associar um complemento ao subsídio de desemprego desde que o mesmo seja incorporado com formação, qualificação ou inserção profissional), aperfeiçoar com o vosso contributo as medidas que temos com esse objetivo, que correspondem a estes objetivos e que corresponde também aos vossos.

Concluindo, acho que há uma concordância de objetivos, mas numa (50% do diploma) já fazemos exatamente o mesmo há cerca de 10 meses e nos outros 50% do diploma aquilo que os senhores propõem, é menos daquilo que nós já fazemos.

É essa a conclusão que tiraria deste debate.

Deputado António Marinho (PSD): Os 50% é que são falsos!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Marinho para uma declaração de voto? Não! Peço desculpa.

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos interromper também por hoje os trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Uma boa noite para todos.

(Eram 19 horas e 35 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Documentos entrados

1 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova o regime jurídico aplicável ao nadador salvador em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões PCM (MDN) - (Reg. PL 354/2013) n.º 47/X – N.º 73X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 12 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 12 – 11.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o regime jurídico de proteção social nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social - MSESS - (REG.DL 472/2013). - n.º 72/X – n.º 72/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 12 – 02

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 12 – 11.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Veto ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2013 - Período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional

Autor: Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2013.11.28.

4 – Requerimentos:

Assunto: [Obras de beneficiação e manutenção da sede social da Casa do Povo da Aqualva](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.11.27

Referência: 54.06.08 – N.º 171/X;

Assunto: [Água com bactérias na Graciosa - Encerramento do Hotel Graciosa Resort e das Termas do Carapacho.](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2013.12.04

Referência: 54.03.04 – N.º 172/X;

Assunto: [Governo considera que as Filarmónicas de São Miguel foram prejudicadas](#)

Autores: José Andrade e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2013.12.05

Referência: 54.03.02 – N.º 173/X.

5 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.12.05;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.12.06;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.12.06;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.12.06;

Assunto: [Petição n.º 11/X, intitulada “Reestruturação do Serviço Regional de Saúde/Encerramento do SAP no Centro de Saúde de Nordeste”](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.12.06;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/X – 2ª alteração ao DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DLR n.º 2/2012/A, de 12 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.12.06;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.12.06;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 43/X - Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.12.04;

Assunto: [Petição “Para o aumento do acréscimo ao salário mínimo nacional, na Região Autónoma dos Açores”.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.12.06.

6 – Diários:

Consideram-se aprovados na presente Sessão Plenária os Diários n.º s 36, 37, 38, 39 e 40.

Está presente nesta Sessão Legislativa a Separata n.º 15/X.

P'la redatora, Noélia Escobar

A redatora, Ana Sofia Machado